

Defesa Nacional



DE TEVEIREIRO

NÚMERO

9 4 3

3 4 5

DIRETORES RESPONSÁVEIS:

Cel. Renato Batista Nunes

Cel. Orozimbo M. Pereira

Ten. Cel. Lima Figueirêdo

Ten. Cel. Djalma Dias Ribeiro

Maj. Batista Gonçalves

A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Ano XXX

Brasil — Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 1943

N.º 345

SUMÁRIO

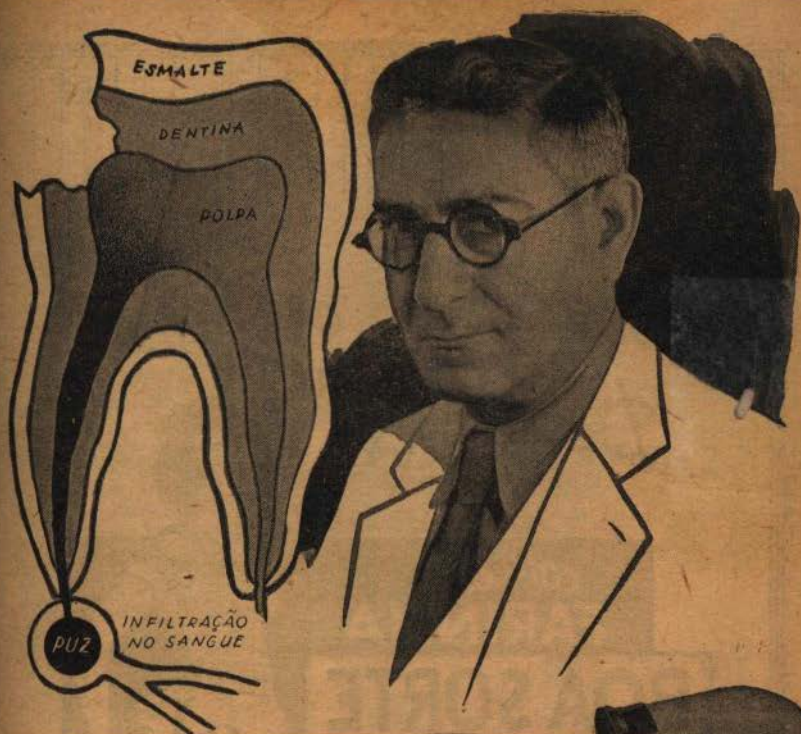
	Págs.
Editorial	149
O método de raciocínio na Artilharia — Ten.-Cel. Armando Pereira de Vasconcelos	153
O Centurião de Cafarnaum — Cel. Silveira de Mello	171
Alguns ensinamentos de três anos de guerra (trad.) — Cel. J. B. Magalhães	183
O Centenário de Uruguaiana — Cap. De Paranhos Antunes	189
“Arma de Transmissões” e não “Serviço de Trans- missões” — Major Alfredo Malan	197
Elementos mecanizados da D.C. — Major J. S. D’As- cenção	205
Efeitos dos projectis — Major Pastor Almeida	213
A Infantaria Moderna na travessia dos cursos d’agua — (trad.) — Ten.-Cel. Mac Cord	227
Livros do Exército — Cap. Umberto Peregrino	237
Noticiário & Legislação	249

Representantes

Atenção

Avisamos aos srs. representantes que enviaram as suas relações de assinantes para o ano de 1943, depois de 31 de Dezembro do ano passado, que a remessa dos números de Janeiro e Fevereiro está condicionada à satisfação dos pedidos de assinaturas solicitadas anteriormente a essa data, conforme solicitação da gerência em telegrama circular.

A GERÊNCIA



SEU DENTISTA LHE DIRÁ:

Um dente mal tratado é porta aberta para infecções e molestias gravíssimas, no coração, do fígado, dos pulmões e de todos os órgãos internos. Não despreze a higiene de seus dentes!" Ouça a palavra experiente de seu dentista. Visite-o duas vezes por ano e escove os dentes com ODOL três vezes ao dia. ODOL assegura uma asepsia completa do meio bucal, neutralizando as fermentações produzidas pelos resíduos de alimentos nos interstícios dentários. Tem gosto agradável, sendo usado com prazer até mesmo pelas crianças.

Para a proteção completa da boca:

Dentista duas vezes por ano.

ODOL três vezes ao dia.



*Bolos e Doces de sabor
inequalavel*

*só
com a*

FARINHA

BOA SORTE

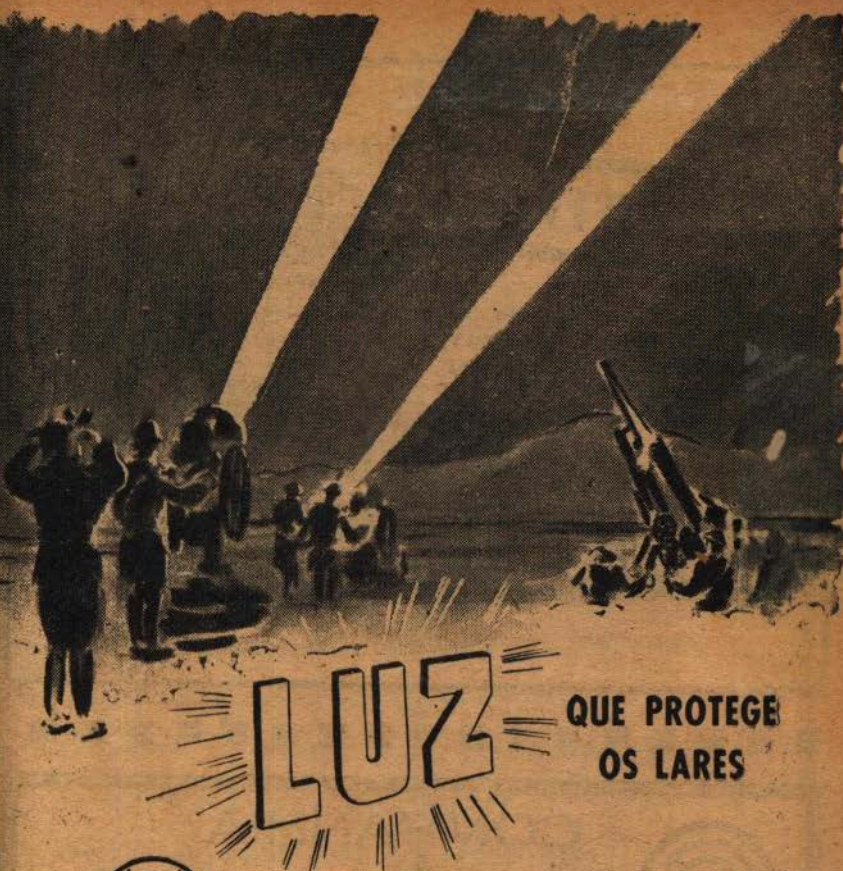
**DO MOINHO
FLUMINENSE S.A.**



*em
saquinhos
de
1 kg*



PROPRIA PARA FINS CULINARIOS



PROCURE ouvir os programas
"ONDAS MUSICAIS" nas
emissoras desta capital todas as



3as. feiras e nas
ante-penúltimas
e últimas
6as. feiras de
cada mês, das
12 às 14 horas.

DURANTE a noite, imensos jatos de luz vasculham o céu à procura de aviões inimigos. São como gigantescos dedos luminosos varando as trevas para deter a ameaça que paira sobre os lares... É a eletricidade mais uma vez posta a serviço da coletividade, acendendo fachos de esperança no coração dos povos que lutam pela liberdade. Na paz ou na guerra — quaisquer que sejam as suas aplicações — a eletricidade é sempre uma expressão de conforto, segurança e bem-estar. Sirva-se da eletricidade para melhor servir à pátria.

COMPANHIA DE CARRIS, LUZ E FORÇA DO RIO DE JANEIRO LTDA.

Sirva-se da

Caixa Postal 571



Eletricidade

Telefone: 43-4848

HYGIENE

EVITE o perigo das infecções da pelle. Faça a barba em casa sómente com lamina Gillette Azul, a unica rigorosamente aseptica.



Lamina GILLETTE AZUL



COMPANHIA CONSTRUTORA NACIONAL S/A.

(Endereço Telegráfico : CIMENTARME)

MATRIZ:

RIO DE JANEIRO

Rua Mexico, 168 - 12.º andar

Tel. 42-6033

FILIAIS:

SÃO PAULO

BAHIA

PORTO ALEGRE

CURITYBA



ESCOLA MILITAR — REZENDE



EDITORIAL

O mês de fevereiro é do Exército, porque a 22 será comemorado festivamente, em toda a vastidão do nosso território, onde houver um homem de farda, o transcurso do centenário natalício de Alfredo d'Escragno Taunay ou do Visconde de Taunay, como melhor o conhecemos.

Trazia de seu pai o gosto pelas belas-artes e de sua mãe a fineza de trato que era um dos seus traços marcantes.

Antes de terminar seu curso de ciências físicas e matemáticas seguiu, de motu próprio, para o campo de batalha, onde se houve com bravura e teve o ensejo de immortalizar nas páginas de seu livro o que mais tarde povo e governo brasileiros iriam perpetuar no bronze e no granito — a Retirada da Laguna.

Em 1869 chegou à capital do país com a missão de relatar ao monarca as jornadas vividas e a situação em que se achava o corpo expedicionário de Mato-Grosso. Sua fama de escritor já era de todos conhecida, e, quiçá por isso, o Conde d'Eu o convidara para exercer as funções de secretário do seu Estado-Maior. Aceita a nova comissão, segue incontinenti, para legar-nos seu documentoso e interessante "Diário do Exército", onde se refletem os últimos lampejos da guerra que durou cinco anos até findar-se tragicamente nas margens do Aquidabã.

Quem fôra para a luta, apenas com o simples galãozinho de 2.^o Tenente, regressava no posto de Capitão e com sobeja experiência para funções mais elevadas. Mas já cantara Camões que saber, engenho e experiência são coisas difíceis de serem encontradas no mesmo indivíduo. E Taunay quis ser, como tantíssimos outros, exceção à regra. Não teve pejo em voltar aos bancos escolares para concluir seu curso, afim de em curto tempo transpor, vitorioso, os umbrais da escola, com o imponente diploma de bacharel em matemáticas e ciências físicas debaixo do braço.

Ainda como Capitão rege com elevada proficiência a cadeira de Geologia e Mineralogia, na Escola Militar, destacando-se na cátedra tanto quanto já se houvera distinguido em campanha.

Vem mais um galão. E' Major em 1875; e daí começa, por curto prazo, sua dupla personalidade de militar e de administrador civil. Seu governo em Santa Catarina foi pródigo em relevantes realizações — foram dois anos de fecundo labor em proveito da terra esplêndida que ele dirigiu com sábio tino administrativo.

Visita a Europa. Ilustra-se. Pende totalmente para a política. E não querendo ser mau soldado para ser bom político, pediu demissão do Exército, para ser coerente consigo mesmo. E' nomeado Presidente do Paraná, para em seguida ocupar, sucessivamente cadeiras na Câmara dos Deputados e no Senado.

No crepúsculo do Império recebeu o titulo de Visconde com grandeza e não se conformando com o rude golpe sofrido pelo velho Imperador, pôs sua mirífica pena e seu talento de escól a serviço da verdade, na defesa de D. Pedro II, cujas virtudes ele exaltava destemerosamente.

No exílio do Bragança magnânimo, as epístolas do Xenofonte brasileiro eram o lenitivo suavizador, o "écran" onde mil recordações surgiam envolvendo de dulçuras suas saudades da terra que tanto amou.

Taunay tinha uma expressão de renúncia quando os acontecimentos o impeliavam para uma atitude com que não concordava: — "Eu quero acabar bem".

"Acabaste bem, porque acabaste digno" — afirmou o beletриста Francisco de Castro.

"Acabaste bem, porque tiveste na estíma contemporânea essa paz inefável que o Evangelho prometeu na terra aos homens de boa vontade, e a história reserva aos que militam pelas imensidades do seu tempo e guiam o progresso dos povos pela via das evoluções naturais. Acabaste bem; porque, embora sequestrado do movimento político, não desertaste à labutação intelectual, circunscreveste nas mais altas regiões do pensamento a arena dos teus troféus, continuaste a servir à glória das nossas letras com os primores da tua pena".



O MÉTODO DE RACIOCÍNIO NA ARTILHARIA

Pelo Tte. Cel. ARMANDO PEREIRA DE VASCONCELOS

O emprego da Artilharia na batalha constitui um problema ao mesmo tempo *tático* e *técnico* pelo caráter especial de intervenção desta arma.

No quadro da manobra, o *fogo da artilharia* é utilizado sempre em combinação com os meios de ação das outras armas e intervem no combate de modo decisivo para o cumprimento da missão comum.

Graças, porém, às possibilidades e características dos materiais modernos, sua atuação deve ainda permitir ao Comando poder utilizar seus efeitos, a qualquer momento, considerados uma *reserva poderosa e sempre disponível* com a qual poderá realizar a conduta do combate.

Este o aspecto *tático* do emprego.

Para o Cmt. de Arma (orgânico das grandes unidades) trata-se de resolver a *questão técnica do fogo*, estabelecendo o acordo entre as exigências de ordem *tática* e as conveniências de ordem *técnica*, de molde a assegurar seu máximo rendimento ante os fins visados pela manobra de conjunto de que o Chefe é responsável. Assim, pois, a toda situação *tática* no quadro de uma grande unidade que comportar uma decisão a tomar pelo respectivo Chefe, corresponderá um problema de emprego ou de simples previsões para a Artilharia, qualquer que seja o escalão de Comando considerado. Este problema comportará necessariamente: *decisões de Comando* (*tática*) e *decisões de arma* (*técnica*) em face de uma determinada missão.

Para que se possam tomar essas decisões de modo lógico e racional, é preciso que se tenham satisfeitos as três condições básicas do raciocínio que se corporificam em doutrina:

1.º) — *Um ambiente*, gerado pela missão no quadro da situação tática encarada e pelo hábito do trabalho em comum dos dois Chefes responsáveis: — Cmt. da G.U. e o Cmt. da Art. correspondente, na condição de Conselheiro Técnico.

2.º) — *Uma técnica*, assegurada pelo conhecimento perfeito e justo das propriedades, características e possibilidades da Arma para permitir a exequibilidade de suas missões e seu máximo rendimento na ação.

3.º) — *Um método*, para uniformizar o exame dos diversos fatores que definem o problema proposto e facilitar a síntese que condensa as decisões a tomar em cada caso.

Admitamos satisfeitas as duas primeiras condições. Insistamos um pouco no método.

O *método* é o já consagrado e conhecido para o solucionamento dos problemas táticos. Ele se fundamenta na análise de dados concretos e é objetivo porque define as *necessidades*, estudando a *missão* e o *terreno*, encarados de acordo com a situação ou ambiente e determina as *possibilidades* na *avaliação dos meios*, em confronto com as *possibilidades do inimigo*. A decisão visará a conveniente adaptação das possibilidades de ação às necessidades impostas pela missão, procurando neutralizar, ou pelo menos restringir, as possibilidades do adversário.

Este método, que é geral e suficientemente flexível, facilita a solução de todos os problemas de natureza tática e subsiste também no caso particular do emprego da Artilharia.

Do ponto de vista didático, a experiência nos tem aconselhado no trato das questões peculiares à Artilharia, que, na aplicação do método clássico, se obedeça a um *momento de raciocínio*, afim de facilitar a triagem das tarefas privativas de cada um dos dois chefes chamados a decidir. Por este meio se atende ainda a circunstância de que o método de comando, sendo intrínseco ao temperamento do Chefe, deve adaptar-se às situações particulares, comportando modalidades diferentes. Assim é que o Cmt. da G.U. poderá nesse sentido:

- delegar ao seu Cmt. de Art. a tarefa integral dessas decisões, fornecendo-lhe apenas as bases gerais de sua manobra;
- transmitir ao Cmt. da Art. as decisões básicas para o emprego da Art. na manobra a realizar pela G.U., cabendo-lhe então, após as cabíveis objeções feitas ao Chefe, decidir no que lhe diz respeito;
- caso ainda haverá em que o Cmt. da Art., como conselheiro técnico, participa das 2 fases, colaborando e executando a sua tarefa em íntima ligação com o Chefe.

O mérito do momento do raciocínio proposto está no fato de que, cingindo-se ao método geral do raciocínio, permite que se distingam os problemas referentes à manobra, dos que dizem respeito diretamente com as questões de Arma e prepara desde logo as conclusões parciais em cada sector as quais devem influir na síntese final procurada.

Isto posto, vejamos em que consiste o raciocínio para os problemas de emprego de Artilharia, de acordo com o método geral referido.

As decisões para o emprego da Artilharia compartam duas fases:

- a concepção da manobra da Artilharia, da competencia e responsabilidade do Cmt. da G.U.
- a realização da manobra da Artilharia, da alçada exclusiva do artilheiro, comportando as decisões de carácter técnico necessárias à execução nas melhores condições daquela concepção geral.

A — CONCEPÇÃO DA MANOBRA DA ARTILHARIA

Nessa concepção o Cmt. da G.U. deve:

- *definir as missões da Art. subordinada;*
- *regular a sucessão dos esforços a reallizar;*

1) — *Definição das missões da Artilharia*

As missões na Artilharia devem traduzir-se pelos seguintes elementos:

- a) — *natureza das ações a realizar*;
- b) — *as regiões de intervenção* de cada ação.

a) *Natureza das ações*

As ações correspondem ao atos essenciais da Artilharia na batalha.

Não basta discriminar as ações a realizar, é preciso completá-las indicando também os seus fins, isto é, os efeitos que deverão produzir no quadro de combinação das armas, em vista das necessidades da manobra.

Assim, conforme a situação tática encarada, deve-se indicar para cada ação, por exemplo:

— *Ações ajastadas* com o fim de impedir que o inimigo:

- alimente seu dispositivo com novos reforços;
- se retraia organizado;
- movimente livremente suas reservas;
- reajuste sua Artilharia, etc. etc.

Esses os fins que devem ser nitidamente indicados ao artilheiro e que caracterizam a natureza das ações.

— *Ações de contra-bateria*, com o fim de impedir que o inimigo utilize em boas condições a sua Art. (de apoio ou de contra-bateria) permitindo conforme o caso:

- cobrir a montagem do dispositivo;
- o lançamento de meios de passagem;
- a conquista de uma base de partida;
- o desembocar do ataque, etc etc.

— *Ações em proveito imediato do dispositivo*. No caso da defensiva, há conveniência de se indicar se elas devem atuar em proveito exclusivo da P.R. ou se englobar também as ações em proveito dos P.A. e, ainda, se devem colaborar no retardamento do inimigo, mediante *ações aproximadas* para perturbar a realização do ataque adverso. No ataque, é preciso dizer que elas se devem aplicar em toda profundidade da posição a conquistar, e se o esforço se caracteriza

permanentemente num sentido da frente ou se haverá modificações no desenrolar da manobra. No caso de serem empregados carros, (manobra de conjunto ou cooperação) convém acrescentar como devem ser executadas as ações em seu proveito além da intervenção corrente em proveito da Inf. que os acompanha.

Pode parecer demasiado, mas não se deve esquecer que o Cmt. da A. comanda os meios e consequentemente se faz responsável pela sua *organização e dispositivo* na conveniente repartição de tarefas entre os executantes, de forma que sem a idéia clara do Chefe não poderá formular suas objeções nem promover a conveniente adaptação dos *meios às necessidades*. Não parece por isso, suficiente dar-se como missões que "*As A.D. farão as ações em proveito imediato do Dispositivo*", salvo casos particulares.

Todavia, é preciso não exorbitar, adotando formulas feitas para todos os casos, porque para cada um haverá condições especiais, ditadas pelas possibilidades dos meios. Não se infira daqui, por outro lado, que o comando procedendo assim cerceie a iniciativa do Cmt. da A.; pelo contrário, permite-lhe coordenar a execução dessas ações com mais conhecimento de causa, determinando aos executantes o reforçamento de meios sob a forma de hipotecas, seja por cooperação de fogos, por ações recíprocas, mediante pedidos etc.

b) *Regiões de intervenção*

A definição das missões da A. fica completa com a discriminação pelo Cmt. da G.U. das regiões de intervenção das ações prescritas.

Para isso, ele será levado a estudar o *terreno* na zona de aplicação de fogos, tendo em linha de conta a missão (fins das ações) e as possibilidades do inimigo.

O terreno, na zona de aplicação de fogo, deve ser encarado dentro de certos limites:

- *em largura* definida pelas zonas de ação da G.U.
- *em profundidade*, tomado desde a linha de contacto ou do limite de alcance dos materiais a empregar.

EM PROFUNDIDADE

O terreno deve ser estudado da retaguarda do inimigo para a linha de contacto, procurando-se examinar:

- 1.º — *As comunicações em que pesam:*
 - os eixos de penetração que se dirigem para a frente;
 - as transversais entre esses eixos;
 - os pontos ou nós de comunicações que se enquadram nos limites de alcance, constituindo pontos importantes ou sensíveis de interesse para a manobra.
- 2.º — *A zona provavel de desdobramento da A. inimiga, de acordo com a ordem de batalha do inimigo que se conhece ou que se procura conhecer.*
- 3.º — *Na posição inimiga:*
 - a zona ocupada pelo seu dispositivo, se já há indícios de organizações, linhas atingidas, profundidade etc.;
 - as zonas de reunião favoráveis na retaguarda imediata da posição.

EM LARGURA

Analogamento deve-se estudar o terreno tendo em vista:

- 1.º — *As comunicações em que se identificam:*
 - os pontos de passagem bem caracterizados sobre as transversais e sobre os obstáculos naturais, ao longo dos eixos;
 - os caminhamentos de acesso, seja para a realização do dispositivo adverso, seja para o prosseguimento das operações, em face das hipóteses feitas sobre o inimigo.
- 2.º — *A zona provavel de desdobramento da A. adversa em que se procura identificar:*
 - as P.B. já referidas em ação;
 - as zonas de procura de P.B., seus Obs., P.C., abrigos, etc.
- 3.º — *Na frente de contacto:*
 - os pontos fortes e importantes da posição inimiga;
 - os locais favoráveis a reuniões etc., etc.

E' bem evidente que o Cmt. da G.U. ao indicar regiões de intervenção ao seu Cmt. de Art. procurará retirar do exame do terreno as conclusões gerais que o orientam sobre a execução das ações, cabendo então ao Cmt. da Artilharia pormenorizar este estudo mais objetivamente no sentido de identificar as regiões que forem mais interessantes

à aplicação dos fogos na execução mesma das ações. Sua conclusão recairá como consequência, na definição dos limites em profundidade para as Artilharias subordinadas numa verdadeira repartição de missões. Essas as finalidades do estudo do terreno em cada escalão de Cmdo. considerado.

2) — *Sucessão dos fogos*

O Cmdo. terá regulado a sucessão de esforços a ser observada pela Art. na execução de suas missões quando houver:

- a) *dosado os meios*, isto é, repartido em grosso os meios à sua disposição segundo a importância das ações a realizar;
- b) *indicado os momentos de intervenção* dessas mesmas ações segundo as conveniências do *sigilo* e da *oportunidade* da intervenção, ditados pelas necessidades da manobra no quadro da combinação das armas.

a) — *Dosagem dos Meios* (global)

Os meios, correspondem para o Cmdo. em considerar a existência de *tubos e munições* e, eventualmente, *Cmdos*. Para reparti-los pois, é preciso encarar cada um desses elementos na sua decisão.

Quanto aos tubos, cabe-lhe indicar grosso modo a proporção dos meios a serem atribuídos às ações, com o que caracterizará a importância delas em face dos fins em vista. Assim por exemplo, deverá indicar quais as ações ou ação que devem ser realizadas com a *totalidade dos meios* e quais as que deverão comportar uma proporção menor de acordo com as necessidades bem caracterizadas na missão.

Trata-se pois do estudo dos meios e da avaliação de suas possibilidades. Aqui deve fazer-se reclamada a opinião do técnico, o Cmt. da Art.

A essa altura, convém advertir que nessa decisão o Comando não deve interessar-se pela designação de calibres, nem de alcances dos meios a empregar porque é assunto da alçada exclusiva do artilheiro, mas sim indicar o *número de grupos* a empregar em cada ação porque essa é a unidade de combate da Artilharia. Em certos casos, poderia repartir os calibres.

Por isso, deve-se sempre ter em vista evitar a exorbitância de atribuições, medindo justamente os limites de atribuições de cada Chefe, na suposição de que o subordinado (artilheiro) será sempre capaz de cumprir o seu papel. Nesse mesmo sentido, é preciso se evitar a impropriedade de expressões porque elas diminuem a autoridade do Chefe. E' o caso por exemplo de se dizer "as Ações Afastadas serão executadas com a *maior parte* dos meios"; isto significaria que o Chefe não avaliou suas possibilidades e não viu o problema, no que compromete sua responsabilidade.

Para as munições, trata-se para o Comando de calcular de modo global as necessidades em munições para a sua manobra, fixando uma ordem de grandeza para a constituição das dotações a pedir ao escalão superior.

Partindo dessa base, a decisão do Comando no que se relaciona com as munições poderá completar-se com a fixação dos consumos a admitir em cada ação.

b) — *Momentos de intervenção*

Sob este aspecto, a decisão do Chefe deve indicar claramente:

- 1.º — o valor do *segredo*, no interesse da manobra;
- 2.º — a *oportunidade* da intervenção de cada ação conforme o ritmo fixado para a manobra.

No primeiro aspecto trata-se de resolver sobre a *abertura de fogo*.

Será livre para o artilheiro antes do desencadeamento das operações, fica-lhe interdita qualquer indiscrição antes daquele instante ou dentro de que limites de restrição poderá fazer-se ?

Essa indicação é indispensável porque permitirá ao artilheiro decidir nas melhores condições sobre os problemas técnicos de *ajustagem*, *confrontos*, etc., indispensáveis à *preparação da abertura de fogo* em condições de eficácia favoráveis.

Sobre a *oportunidade* da intervenção das ações compete ao Cmdo. indicar explicitamente como deseja que sejam desencadeadas de acordo com o *ritmo de sua manobra*, isto é, se sucessiva ou simultaneamente em cada uma de suas fases. No caso de concorrência das ações interessa indicar a qual compete a prioridade. Convém advertir ainda que essa decisão em definitivo apoia-se igualmente na consulta ao técnico.

Convém esclarecer que os momentos de intervenção da alçada do Cmo. não dizem respeito ao *desencadeamento do sistema de fogos* que é atribuição do artilheiro no problema da conduta dos fogos; ela interessa o desencadeamento das ações propriamente ditas.

Certos sistemas de fogos porém, como a *preparação* e a *contra-preparação* devem merecer do Cmo. uma preocupação especial, fixando as condições gerais de sua execução: fins e duração máxima, ou dispositivo a preparar.

B — REALIZAÇÃO DA MANOBRA DA ARTILHARIA

Nessa parte cabe essencialmente ao Cmo. da Art. da G.U. resolver os seguintes problemas:

1.º — *Organizar os fogos* tendo em vista satisfazer:

- a) as necessidades impostas pela manobra da Grande Unidade a que está subordinado;
- b) as necessidades impostas pelo Comandante da Artilharia do escalão imediatamente superior.

2.º — *Assegurar a manobra de fogos* tendo em vista a conduta do combate no quadro da manobra prevista.

Para isso ele deve:

1 — *Organizar e repartir os meios*

Em face das missões impostas pelo Cmt. da G.U. e das servidões impostas pelo escalão imediatamente superior, cabe ao Cmt. da Art. da G.U. balancear as possibilidades dos meios para concluir sobre:

- organização dos Cmdos. de agrupamentos;
- a repartição dos meios pelos agrupamentos;
- a repartição das tropas de fogos por esses agrupamentos.

Para os dois primeiros atos tudo depende dos meios sobre que não vamos insistir.

Para repartir as missões pelos subordinados, porém, é preciso reportar-se as indicações do terreno nas regiões de intervenção, procurando adaptar as possibilidades dos meios às necessidades de fogos, tendo em vista a manobra a realizar (missão da G.U.).

Essa repartição se processa em profundidade e em largura e corresponde praticamente à decomposição da zona de aplicação de fogos, para atribuí-la a um Chefe responsável.

EM PROFUNDIDADE

Trata-se, pois, de definir no terreno os limites de responsabilidade dos subordinados na execução das ações, de acordo com as suas possibilidades e as regiões de intervenção concernentes aos fins expressos na missão. Para isso, o Cmt. da Artilharia da G.U. deve examinar, na zona de aplicação dos fogos, as regiões de intervenção que interessam mais intimamente aos fins indicados na missão geral que lhe foi atribuída de acordo com as possibilidades das Artilharias subordinadas, afim de poder repartir as tarefas correspondentes.

Dest'arte ele busca o limite entre as Artilharias subordinadas o qual corresponde a escolha de uma linha do terreno que englobe as regiões de intervenção diretamente interessadas na satisfação dos fins expressos naquelas missões.

EM LARGURA

A repartição das missões nesse sentido traduz-se pela definição das zonas de ação dos agrupamentos ou Artilharias interessadas, tal seja o escalão de Comando considerado. Trata-se para o Cmt. da Art. de realizar a conveniente adaptação dos fogos às necessidades da manobra e promover por outro lado as facilidades de sua conduta em face das necessidades do combate. A zona de ação, pode ser *normal* e *eventual*. Pela primeira se consegue realizar a adaptação do dispositivo da Artilharia ao dispositivo de conjunto da manobra da G.U. e consequentemente realizar a combinação das armas; pela segunda se completa as possibilidades da manobra de fogos na previsão de satisfazer as eventualidades do combate, isto é, preparar a conduta dos fogos.

A zona de ação deve ser sempre caracterizada por linhas nítidas do terreno englobando as regiões de intervenção dispostas no sentido da largura e correspondentes às ações a desenvolver. Para estabelecer a decomposição da zona de aplicação de fogos, definindo as responsabilidades é preciso ter em vista a natureza dos materiais que integram os diferentes agrupamentos constituídos. Trata-se em todo caso de possibilidades do campo de tiro horizontal desses materiais.

2 — Dispositivo

O dispositivo da Artilharia comporta decisões relativas:

- ao desdobramento;
- às condições de sua realização.

DESDOBRAMENTO

O desdobramento corresponde a instalação no terreno dos materiais, das munições e dos órgãos de Comando previstos na organização tendo em vista permitir nas melhores condições a organização dos fogos.

E' evidente que ele está preso a um certo número de condições, como sejam:

- 1.º — às facilidades do terreno;
- 2.º — às possibilidades dos materiais;
- 3.º — ao ambiente ou quadro da situação em que terão que agir.

Para executá-lo faz-se necessário estudar o terreno do *lado amigo* e do *lado inimigo*, tendo em vista o exame deve permitir aquela instalação com o duplo fim:

- atender às exigências técnicas da manobra da G.U.
- facilitar a adaptação das possibilidades às necessidades para a condução do combate.

Para ser objetivo esse estudo do terreno deve encarar:

- 1.º — a instalação dos materiais;
- 2.º — a instalação das munições;
- 3.º — a instalação do Comando.

INSTALAÇÃO DOS MATERIAIS

Ela depende do exame do terreno à retaguarda da linha de contacto considerado em profundidade e em largura.

Em profundidade esse terreno deve ser definido por dois limites, um avançado e outro recuado dentro dos quais se devem procurar as zonas de P.B. mais convenientes à produção dos fogos previstos.

A indicação desses limites está subordinada a satisfação de um certo número de condições particulares para cada caso mas deve obedecer ao princípio geral — “os órgãos de fogo se localizam em função das regiões de intervenção que lhe forem atribuídas”.

O limite avançado na zona de desdobramento está subordinado ainda as condições de segurança reclamadas para o dispositivo da Artilharia e asseguradas pelo dispositivo de conjunto da Grande Unidade de cuja manobra vai participar.

O limite recuado resulta em princípio das possibilidades em alcance dos materiais a empregar e da natureza das operações previstas pela manobra. Ele não é imperativo.

Dentro desta faixa de terreno os Cmts. de Art. subordinados tem as iniciativas na procura de suas posições mais convenientes.

Como o dispositivo de conjunto de uma Grande Unidade é em princípio montado a priori em face de uma determinada idéia de manobra, é preciso distinguir no caso particular da Artilharia que o seu desdobramento, conforme o caso, pode comportar mais de um dispositivo para adaptar-se às diferentes fases dessa manobra.

Ao dispositivo de conjunto da G.U. montado a priori corresponde na artilharia ao *dispositivo inicial* adaptado às exigências da missão principal. Para satisfazer as necessidades da conduta do combate por influência da ação do inimigo, em regra esse dispositivo não se adapta a todas as necessidades e evolue no decorrer da manobra. Ao dispositivo assim modificado (a posteriori) corresponde na Art. ao *dispositivo de manobra*.

Outras vezes, por uma questão de possibilidades de alcance, de sigilo etc., o dispositivo inicial não atende às necessidades da execução de outras ações que não a principal (fase preliminar do combate) e se é obrigado a deslocar certos meios desse dispositivo para atender às regiões de intervenção que correspondem a outras ações, durante um tempo compatível com a situação e os momentos de intervenção indicados.

Esses deslocamentos transitórios, impostos por circunstâncias especiais, podem interessar meios importantes (grupo e mesmo agrupamentos) que se terão que desdobrar mais para a frente de suas *posições definitivas* ou mesmo serem rocados de uma para outra zona de ação, fóra do dispositivo inicial previsto. Ao conjunto dessas posições se dá o nome *dispositivo provisório*.

Se porém, as condições de segurança e o valor dos meios a deslocar não vão além de certos elementos, atingindo apenas baterias ou peças isoladas que se deslocam do dispositivo inicial, as posições que lhes correspondem no desdobramento são as *posições avançadas ou nômades* que podem ou não constituir-se em dispositivo provisório. No caso do dispositivo provisório portanto, é preciso encarar com mais cuidado a questão relativa ao limite avançado da zona de desdobramento que estará subordinado a necessidade de segurança.

Em conclusão, o Cmt. da Artilharia de uma Unidade terá que encarar no desdobramento de seus materiais duas questões:

1.º — a definição dos limites dessa zona, em particular o limite avançado, mormente quando houver realizado um dispositivo provisório;

2.º — a designação dos dispositivos a realizar de acordo com a manobra.

O limite recuado, tal seja a situação pode ser restringido por imposição do escalão imediatamente superior mediante a indicação de certas zonas a serem *reservadas* à procura de posição pelo escalão superior (certos agrupamentos de Art. de Corpo ou de Ex.). Estas zonas reservadas correspondem praticamente a uma restrição das zonas de desdobramento em profundidade a qual entretanto fica condicionada pela necessidade da intervenção no interior da posição, quando for o caso.

Em largura as zonas de desdobramento ficam caracterizadas pelas comunicações existentes e pela necessidade de se atender certas condições intrínsecas da manobra dos subordinados.

INSTALAÇÃO DO COMANDO

Ela tem por fim assegurar nas melhores condições o exercício do Comando de acordo com a organização prevista. Nesse sentido cabe ao Cmt. da Art. interessado decidir sobre:

- localização dos P.C. (próprio e dos subordinados);
- organização e instalação da observação (em particular da terrestre);
- organização e funcionamento das ligações e transmissões.

Não vamos insistir no assunto por ser objeto do estudo de casos concretos.

INSTALAÇÃO DAS MUNIÇÕES

E' o complemento imprescindível do material que se instala.

Ela será uma consequência das dotações fixadas e dos consumos previstos que aconselham, de acordo com a situação, a se adotar um escalonamento conveniente entre as P.B. e os Depósitos da retaguarda, capaz de assegurar no tempo os consumos admitidos.

REALIZAÇÃO DO DISPOSITIVO

Ela tem em vista estabelecer as condições para o desdobramento a realizar e importa na solução de duas questões preliminares:

- os reconhecimentos;
- a ocupação das posições de combate em vista dos dispositivos previstos.

O reconhecimento em regra tem por fim abreviar e preparar a entrada em ação do material e é objeto de ordens particulares. Ele deve ser enquadrado nas condições impostas pela situação.

A ocupação da posição de combate tem por fim colocar em seus lugares os elementos a desdobrar dentro das condições de tempo impostas pela missão. Analogamente se regula em ordens particulares. De qualquer maneira a realização do dispositivo da Artilharia obedece a um certo número de condições decorrentes do estudo dos meios e da missão os quais determinam as condições de tempo e espaço em que deve estar executado. Tal seja a premência de tempo imposta pela missão as operações correspondentes à realização do dispositivo podem apresentar facilidades ou dificuldades consequentes da situação particular encarada podendo mesmo influir decisivamente na execução das operações. Cabe por isso ao Comando interferir na questão, por proposta do Cmt. da Art., para decidir de acordo com os interesses da manobra em vista.

3 — *Piano de Fogos*

O Estabelecimento dos Planos de Fogos é tarefa precípua do Cmt. da Art., seja qual for o escalão de Cmdo. considerado.

Ele deve responder as duas necessidades gerais de fogos e comporta por isso:

- a organização dos fogos;
- a conduta desses fogos.

ORGANIZAÇÃO DOS FOGOS

Trata-se na G.U., em face das Ações prescritas e da organização adotada, de orientar os subordinados permitindo-lhes a elaboração definitiva de seus planos de fogos, particulares. Nesse sentido, o Cmt. da Artilharia da G.U. deve definir para cada ação:

- os sistemas de fogos de acordo com os seus fins;
- o gênero de tiros mais convenientes áqueles sistemas, quando foi o caso;
- as regiões de aplicação desses fogos; em alguns casos a sua localização mesma no terreno;
- os processos de localização dos tiros a executar pelos subordinados tendo em vista facilitar as ligações da Art. com os elementos apoiados.

E' evidente que, conforme o escalão de Cmdo. considerado e a situação encarada, essas indicações poderão revestir um aspecto sumário ou mesmo comportar certos pormenores de execução. Assim é que nos escalões A.D., Artilharia de Corpo e de Ex., as indicações devem assumir um caráter geral fornecendo os elementos básicos para os estabelecimento dos planos de emprego e planos de contra-bateria ou de ações afastadas cabendo ao A. e ao grupo encarar a localização definitiva dos tiros em função do estudo e reconhecimento dos objetivos nas regiões de intervenção designadas. Essa tarefa é essencialmente técnica e interessa mais diretamente aos escalões de execução. O essencial entretanto é que se indique além dos fogos, o gênero dos tiros que comportar e as regiões de intervenção correspondentes. Tudo mais decorre das questões técnicas de execução, e fogem portanto ao âmbito das decisões do Chefe. Em uma palavra, na organização de fogos o Cmt. da Art. deve procurar assegurar a coordenação entre os diferentes planos de fogos a serem definidos pelos seus subordinados, preparando desta maneira a conduta desses fogos.

CONDUTA DOS FOGOS

Ela tem em vista permitir que o Cmdo. da Art. possa em qualquer tempo manobrar seus fogos de acordo com as necessidades do combate. Nesse sentido ele deve regular as condições de desencadeamento dos sistemas de fogos, e também decidir sobre as condições de ajustagens e confrontos dos tiros previstos.

Quanto às ajustagens deverá ter em vista, dentro das condições de abertura de fogo estabelecidas pelo Comando, adotar os processos mais convenientes de acordo com a situação e preparar o plano dos confrontos de acordo com as possibilidades dos meios, a condição porém de assegurar nas melhores condições a sua execução eficiente.

O desencadeamento do sistema de fogos comporta vários processos, conforme o caso e implicam na centralização ou descentralização da conduta dos fogos, permitindo ou não a iniciativa dos subordinados.

Assim, por exemplo, conforme as circunstâncias e as possibilidades, notadamente em munições, poderá restringir a iniciativa preservando o desencadeamento de certos fogos sobre a *forma informada* ou a *sistemática*, ou ainda por iniciativa plena dos executantes (tiros

a vista). Essa iniciativa ainda pode ser restrita quando se tratar de tiro no interior da posição. Um outro processo, ainda, consiste em permitir o desencadeamento a ordem ou a pedido.

Para concluir resumamos num quadro sinoptico toda essa discussão que deve ser encarada sistematicamente no estudo das questões de emprego de Artilharia, porque ela facilita o trabalho objetivo e nos permite a garantia de uma unidade de vistas tão necessária como objeto principal do método de raciocínio.

Concepção da manobra da Art.	{	definição das missões	{	natureza das ações e seus fins regiões de intervenção
{	sucessão de esforços na execução das ações	{	dosagem dos meios momentos de intervenção	{
				materiais munições (consumos) e eventualmente comandos sigilo — abertura de fogo desencadeamento das ações



Realização da manobra da Art.

Organização e repartições das missões

constituição dos Aqs.

Comandos

Meios atribuídos

zonas de ação

em largura

eventuais

normais

em profundidade

limite longo da Art.

limite entre as A.D. e A.A.P.L.

Dispositivo

Desdobramento.

Instalação dos materiais

Dispositivo inicial

P.B. definitivos

P.B. avançados

Dispositivo provisório

P.B. provisórios

P.B. nômades

Instalação das munições

Escalonamento

Depósitos a

junto as P.B.

sobre rodas;

constituir

nos depósitos da retaguardas

Instalação do Comando

P.C.

Observação

Lig. e Trns.

Realização do dispositivo (Condições)

Reconhecimentos

Ocupação das posições

Organização dos fogos (por ação)

Sistema de fogos e fogos correntes

Gênero dos tiros

Regiões de intervenção correspondentes

Plano de fogos

Conduta dos fogos

ajustagens e confrontos

a pedido

sistemáticos ou não

a ordem

a vista

por iniciativa

informados

Munições

Escalonamentos

Remuniciamento

De operações (dotações)

De reacompletamento (cofres)

O Centurião de Cafarnaúm

Pelo Cel. SILVEIRA DE MELLO

Os evangelistas S. Mateus, Cap. 8, e S. Lucas, Cap. 7, não nomeiam o protagonista do episódio edificante que vamos narrar. Basta que lhe chamemos simplesmente o Centurião, ou, melhor o *Centurião de Cafarnaúm*, para distingui-lo do *Centurião do Calvario*, que também representou papel significativo na confissão da divindade do Cristo.

Desejamos no entanto, transportar para estas linhas, mais ao vivo, o colorido e as expressões que deviam caber ao cenário em que se desenrolou o quadro desta ocorrência da vida de Cristo.

Estabelecemos também a concordância entre os dois evangelistas, seguindo as interpretações de S. Crisóstomo e de Sto. Agostinho, comentadas pelo insigne jesuita Pe. Noët.

* * *

Roma conquistou os povos de todo o litoral mediterrâneo, desde as colunas de Hércules até o Bósforo, das pirâmides ao Olimpo. Os cartagineses fizeram sombra ao império, mas a tenacidade romana abateu-os por fim. As civilizações helênica, egípcia, caldaica estavam em decadência; foi mais fácil submetê-las.

A Palestina, pátria de Israel, tivera o cetro das nações. Nela residia a verdadeira fé — privilégio de seu povo. Deus lhe outorgara um código de leis que devia preparar o advento do Cristo. Reis como David, Salomão, Ezequias fizeram-na respeitada e temida.

Queria Deus que esse povo estendesse seu domínio e suas leis a todo o mundo. Mas não se mostrou digno da escolha. No decorrer dos séculos, depois que foi constituído em nação, três vezes esteve sob o cativeiro de países vizinhos. Que vergonha! O povo eleito de Deus... Não obstante, o Altíssimo não quis retirar de Israel o seu amor de

preferência, em atenção à promessa que fizera aos patriarcas e profetas, que lhe foram fiéis, de que o Cristo sairia de sua linhagem.

O povo israelita, porém, ao invés de irradiar para as demais nações os conhecimentos da fé que recebera, deixou-se contaminar pelas mesquinhas superstições dos gentios, a ponto de resvalar amiúde na própria idolatria. De 12 tribus oriundas de Jacob somente duas permaneceram congregadas, embora divididas em seitas e camarilhas. Esse povo ingrato, violando de contínuo sua fidelidade a Deus, era natural que passasse, por vezes, da situação de senhor à situação de escravo. Quem a Deus ama, Deus lhe assegura a condição de amigo. Decaído pelo pecado, passa à condição de escravo.

“Quem comete o pecado é escravo do pecado”.

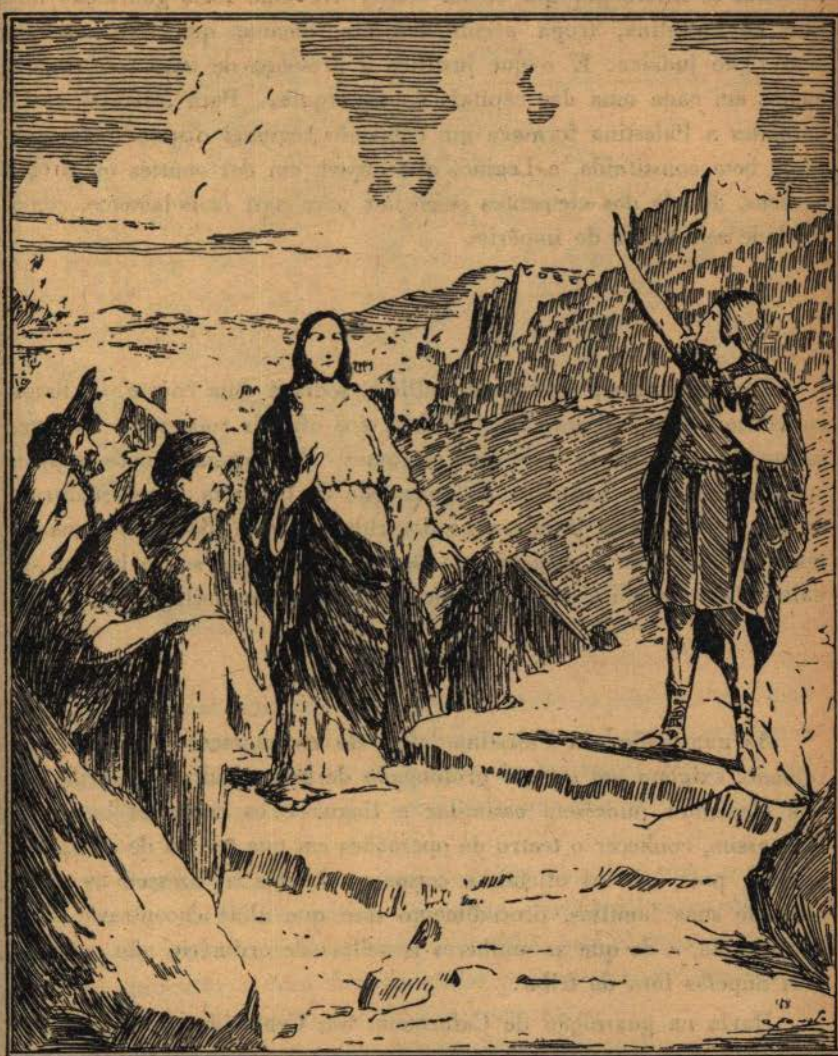
* * *

A Palestina, nesse tempo, estava sob o jugo romano, cativo mais suave que os anteriores. Os romanos governavam com pulso firme, porém com notável senso político. Queriam a submissão, os tributos, mas deixavam aos países conquistados a cultura própria, sua religião, suas organizações internas. Eis por que Roma, senhora do mundo, ciosa de seus deuses, sofreu a infiltração da cultura e dos deuses helênicos e egípcios. Não admira também que o Cristo, crucificado por um governador romano, e apesar de proscrito, operasse a seguir a conquista espiritual do império.

Transformada em província romana, a Palestina compreendia uma tetrarquia, isto é, quatro circunscrições autônomas: a Judéia, a Abilina, a Galiléia e a Ituréia.

Dividir para reduzir, tem sido o jogo político e estratégico de todos os tempos. O povo de Israel, mais que todos os povos, tinha o cimento da coesão que lhe emprestava a tradição de milênios, a fé em um só Deus verdadeiro, as promessas de redenção, leis divinamente inspiradas, uma história gloriosa.

Esse povo, embora vencido e humilhado, não dobrava o orgulho. Simulando vassalagem, acalentava sempre pronunciado espírito de autonomia e superioridade racial, como eleito de Deus. As classes sacerdotais e dirigentes não velavam muito sua subserviência aos dominadores estrangeiros, visto que, assevandijadas pela cobiça e pela vaidade, de tudo queriam tirar partido.



Entretanto, não poucos varões justos, como Zacarias, Simcão e Gamaliel, sobrepairavam à vulgaridade mesquinha de seus pares. Também patriotas houve, que não curvaram a cerviz como Mardoqueu ou que preferiam insurgir-se contra os dominadores como o valoroso Matatias. As tentativas de libertação, porém, não raro mal conduzidas, era rapidamente sufocadas e duramente castigados os seus promotores.

Dá se inferir por que Roma conservava uma forte guarnição militar na Palestina, tropa acentuadamente romana, que não admitia conscrição judaica. É o que justifica a presença de uma coôrte pelo menos em cada uma das capitais da tetrarquia. Para articular essas unidades a Palestina formava um comando regional dispondo de uma força bem constituída, a Legião, que orçava em dez coôrtes ou 6 600 homens, dotada dos elementos essenciais para agir isoladamente, como unidade estratégica do império.

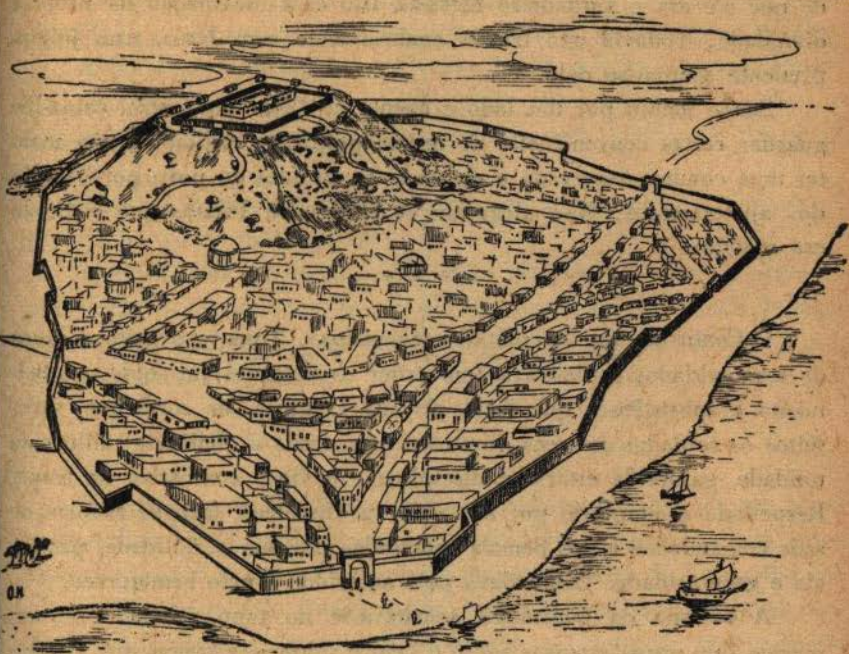
* * *

Em Cafarnaum, capital da Galiléia, sediava uma coôrte. A longa convivência com os israelitas facultava aos oficiais romanos o conhecimento de sua história e de seus costumes. Não foram poucos os que, como o Centurião Cornélio, da guarnição de Cesaréia, se persuadiram de que a verdadeira fé estava na doutrina mosaica. Isto veio tornar-se mais evidente com a pregação do Batista e culminou sob o influxo da palavra arrebatadora de Jesus e de seus estupendos milagres.

* * *

As guarnições da Palestina, além do recrutamento genuinamente romano, exigiam um estágio prolongado de seus quadros, afim de que tais elementos pudessem assimilar a língua e os costumes locais, e, bem assim, conhecer o teatro de operações em que teriam de agir. Era natural, pois, que os oficiais e certos graduados se fizessem acompanhar de suas famílias, procedimento esse que aliás encontrava outra justificação, a de que as mulheres israelitas de ordinário não convolvam núpcias fora da tribu.

Havia na guarnição de Cafarnaum um Centurião romano que se impusera por sua distinção. Tornara-se conhecido e estimado. Sua centúria distinguia-se das demais pela correção e pela disciplina. Homem culto, versado na literatura greco-romana, o Centurião havia apreendido com facilidade a língua e a história de Israel. Comparando a pluralidade caótica dos deuses gentílicos com a unidade teogônica israelita, não teve dúvidas de que só podia haver um Deus e que esse único Deus era o Jeová de Israel.



Fortalecido por tais convicções, e mau grado as reservas que dele exigia o exercício do cargo, travou relações com os principais rabinos da cidade, frequentava o átrio do templo de Jerusalem destinado aos estrangeiros e prestava o auxílio pecuniário que lhe solicitavam para o culto.

Jesus escolhera Cafarnaum para sede de suas jornadas apostólicas. Era a sua cidade, como diz o Evangelho, porque ali se recolhia de costume para repousar e atender às multidões que vinham, de todas as bandas, procurar a cura de seus males e ouvir a sua doutrina. O Salvador estava no segundo ano de seu apostolado.

A cidade dava a impressão de uma feira permanente à beira do lago de Genezaré. Mercadores de especiarias, cambiadores, pastores, vinhateiros, pescadores, negociantes de marfim e de pérolas, tecelões, tropeiros, davam vida intensa ao comércio local.

O Centurião, por dever de ofício, observava discretamente o que se fazia e dizia entre Jesus e o povo. Mas a pouco e pouco, ouvindo a doutrina do Mestre e contemplando seus milagres, não teve dúvidas

de que ele era o verdadeiro Messias, isto é, a encarnação da própria divindade. Todavia não travou conhecimento com Jesus, nem julgou prudente acercar-se dele.

Sendo gentio por um lado e agente de César por outro, cabia-lhe guardar certas conveniências de ordem política e militar. Devia manter uma conduta reservada e observar as atitudes do povo por ocasião dos ajuntamentos. Não alegaram os fariseus a Pilatos que o Centurião era sedicioso?

* * *

O Centurião era um oficial consciencioso. Tomava a peito a educação de seus soldados e pleiteava com ardor as dotações em soldo, equipamento e subsistência que fazia jú sua Centúria, de sorte que, sempre feitos os soldados em seus direitos e assegurada a eficiência militar da unidade, garantida estaria a disciplina e o vigor combativo da tropa. Respeitado e admirado por seu valor profissional, fazia-se estimar pelos seus comandados e dos demais camaradas por sua afabilidade, paciência e generosidade. Comandava pela autoridade e pelo bem-querer.

A caserna da guarnição assentava-se no topo achatado de uma colina maciça com vistas extensas sobre o lago e sobre as estradas que vinham a ter à cidade.

Um possante muro de pedras cercava o recinto da caserna, e dentro se distribuíam os alojamentos, o rancho, os pátios de exercício, os depósitos, os torreões de vigias e as banquetas dos besteiros. Por baixo, seguindo a curva de nível da crista militar, a muralha do quartel era precedida de um fôssco, à maneira de contravalação, destinada a aparar os primeiros golpes de um assalto.

Duas entradas com torreões davam acesso ao quartel, uma para o nascente olhando a cidade e o lago, outra com vistas para o poente a cavaleiro da incidência das estradas que convergiam de Cesaré e de Jerusalem.

Balisando o fôssco de apoio e por ele protegidas, alinhavam-se as casas de famílias dos oficiais e graduados da coôrte, situadas, bem ao propósito, sobre os salientes e as cortinas.

Esse dispositivo tinha em vista resguardar as famílias dos militares romanos nos caos de distúrbios. Na hipótese de uma insurreição recolhidas as famílias para dentro dos muros, as suas residências viriam de observatórios e fortins da linha de apoio.

Na faixa interna desta linha, e abaixo dela até as primeiras casas da cidade, o terreno estava livre, apresentando bons campos de tiro.

Além disso, Cafarnaum, como as demais cidades, era cercada de uma muralha contínua, em cujas portas, guarnecidas de torreões, o comando da praça dispunha de guardas para vigilância dos transeuntes.

Esse era o dispositivo tático com que as guarnições romanas se preveniam contra as surpresas.

Identicamente, no campo estratégico elas de tal sorte se articulavam entre si, que podiam correr em auxílio umas das outras, fazendo abortar ou reprimindo com vantagem as rebeliões ou levantes regionais das nações tributárias.

* * *

Passavam-se os dias desse tempo em Cafarnaum, quando um acontecimento trivial da vida das casernas veio conturbar o espírito generoso do Centurião. Caiu enfermo o seu ordenança. O Evangelho diz "servo" ou "criado". Eletivamente, não será essa, na prática, a condição do ordenança ou soldado destinado ao trato do equipamento, fardamento e dos pequenos serviços ordinários do oficial? Por mais que se queira limitar as funções dos ordenanças e bagageiros, eles continuam sendo, bom grado, mau grado, verdadeiros serviçais dos chefes, mormente quando estes lhes ganham os corações.

Eis porque os Evangelistas, alheios às coisas militares, não se deram conta de que o criado do Centurião era um verdadeiro soldado.

O Centurião sabia quanto vale a dedicação desses humildes servidores. Não era ele o seu companheiro de perigos, o valente lutador desinteressado que o acompanhara nas campanhas das Gálias e do Egito? Não era o seu escudeiro fiel, cioso de seu capitão, diligente em servi-lo, capaz de dar por ele a vida a cada momento?

O Centurião consultou o cirurgião da coôrte, recorreu aos médicos judeus... Havia um mês que o soldado retorcia-se de dor em cima da tarimba. Estava parálítico, efeito remoto talvez das febres que o acometeram no vale do Nilo.

Por esse tempo Jesus recolhia-se a Cafarnaúm depois de um giro pela Galileia. As multidões o acolhiam com grandes demonstrações de júbilo. À sombra de sua silhueta os parálíticos saltavam como ca-

britos e os doentes que se afoitavam tocar-lhe a fimbria do manto reerguiam-se curados. “Saía dele uma virtude que curava todos”.

Nesse dia, um leproso, que ousara acercar-se dele na estrada, viu-se subitamente limpo e corria à frente da comitiva enaltecendo o Messias.

O Centurião, à vista do reboiço popular motivado pela entrada de Jesus na cidade, foi ter com o rabino da sinagoga e suplicou-lhe:

— Não me atrevo a recorrer ao Nazareno para pedir a cura do meu soldado. Não somos de tua nação. Mas conjurote por Moisés, teu profeta, impetres-lhe o seu valimento em favor de meu doentê.

O rabino congregou os escribas e anciãos e apresentou-se ao Cristo nestes termos:

— Ele bem o merece. E’ homem justo e amigo de nosso povo. Embora gentio, pleiteia nossos pedidos junto ao Tribuno e chegou mesmo a construir-nos uma sinagoga.

Jesus, tocado desse apelo, retorquiu:

— Levai-me à casa do oficial. Eu curarei o soldado. Sabendo o Centurião, por um agente que enviara com os anciãos, que Jesus deferira o seu pedido e já estava a caminho da caserna, despachou um subalterno da centúria com esta mensagem:

— Um militar estrangeiro não merece que vás à sua casa. Se as doenças te obedecem de longe, e a teu aceno fogem espavoridos os demônios, basta que me envies a tua palavra.

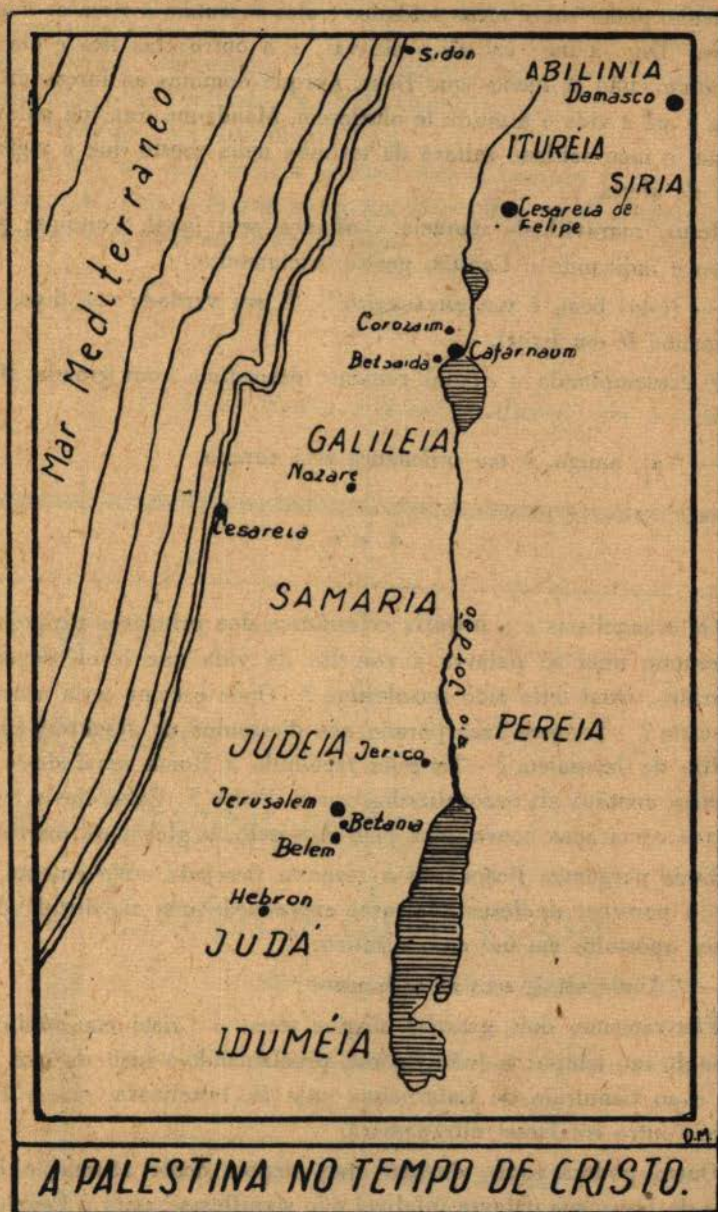
Jesus, porém, que conhecia o coração dos homens, quis exaltar a sinceridade e confiança de um estranho, pondo publicamente em cheque a obstinação dos mentores do povo, os quais viam os milagres e não reconheciam sua procedência divina.

Jesus, pois insistiu:

— Eu irei à casa do enfermo.

A multidão, antegozando o desenlace feliz de um novo prodigio, acercava-se já da encosta do outeiro da coôrte. Nesse momento, o Centurião, percebendo que uma figura heráldica, cabeleira ondeante e manto alvi-creme, se destacava à frente do povo, saiu correndo ao seu encontro. Estacou a dez passos de distância, levou a mão direita espalmada à frente, em continência romana, e exclamou humildemente:

Ave, Dómine ! Eu não sou digno de que entres em minha casa.



Manda-me com tua palavra e o meu ordenança ficará curado. Eu também tenho poder sobre meus soldados e eles executam à risca as minhas ordens. Digo a um: vai ali e ele vai; e a outro: faz isto e ele faz. Tu, porém, não és menos que Deus, porque dominas as forças da natureza e até a vida e a morte te obedecem. Manda-me com tua palavra e basta, o meu soldado saltará da tarimba mais presto que o vigia ao toque de alerta.

Jesus, maravilhado daquela confiança sem igual, voltou-se para o povo e indicando o Capitão gentio, exclamou:

— Notai bem, é um estrangeiro! E em verdade vos digo, não vi amanhã fé em Israel.

E contemplando o oficial romano, despediu-o com grande afabilidade:

— Vai, amigo, o teu ordenança está curado.

* * *

Os evangelistas e a história eclesiástica dos primeiros tempos não acrescentam uma só palavra a respeito da vida que levou depois o Centurião. Qual teria sido seu destino? Onde e como teria ocorrido sua morte? Ter-se-ia incorporado aos discípulos de Jesus depois do Concílio de Jerusalem? Ter-se-ia recolhido à Roma reunindo-se aos primeiros cristãos ali evangelizados por S. Pedro? Caber-lhe-ia, como a outros camaradas convertidos pelo Apostolo, a glória do martírio?

Estas perguntas ficam sem a resposta desejada. No entanto, estamos a perceber de Jesus a amável exprobação que ele dirigiu certo dia aos apóstolos em um caso idêntico:

— “Ainda estais sem entendimento?”

Efetivamente, dois grandes elogios teceu o Cristo em público a varões do seu tempo; a João Batista, proclamando-o mais do que profeta; e ao Centurião de Cafarnaúm, cuja fé, testificava, alto e bom, nenhum outro em Israel ultrapassara.

Quem poderá, pois, duvidar que, depois dessa afirmação categórica de Jesus, sua palavra infalível não significasse, para o Centurião, mais ainda que para Dimas, um lugar privilegiado no céu?

Foi Cristo mesmo que o canonizou, E a Igreja, que não pode errar, o apregoa em todos os templos do universo na hora mais solene de seu ofício máximo. Rememora assim, cada dia, três vezes repetidamente, aquela grandiosa profissão de fé do Centurião.

— Dómine, non sum dignus !...

Um dia, no céu, ver-se-á brilhar, com acentuado fulgor a glória do Centurião, pois, a fé que transporta montanhas é que sublima a vida dos santos e os leva ao reino de Deus.

Do livro "Santos e Heróis Militares", em preparação



Instrução da Observação nos Corpos de Tropa

do Major BATISTA GONÇALVES

Livro indispensavel na biblioteca
DE QUALQUER MILITAR

PREÇO Cr\$ 8,00 - PELO CORREIO Cr\$ 9,00

À venda na A DEFESA NACIONAL



Biblioteca de A DEFESA NACIONAL

Livros à venda

A Campanha da África Oriental — Gen. Waldomiro Lima	Cr\$ 31,0
A Campanha da África Oriental — Gen. Waldomiro Lima (para oficiais)	Cr\$ 21,0
A Revolução de 1842 — Rudolf Bolting	Cr\$ 27,0
Alerta — Cel. Orozimbo Martins Pereira	Cr. 11,0
Aspecto Geográfico Sul-Americano — Cel. Mário Travassos	Cr\$ 6,0
As Condições Geográficas e o P.M. Brasileiro — Cel. M. Travassos	Cr\$ 5,5
Breviário do Recruta — Cap. Frederico Trota	Cr. 5,0
Boletim n. 2 — Cel. Araripe e Ten.-Cel. Lima Figueiredo..	Cr. 11,0
Boletim n. 3 — Cel. Araripe e Ten.-Cel. Lima Figueiredo ..	Cr\$ 11,0
Bandeira do Brasil — Ten. Janary Gentil Nunes	Cr\$ 11,0
Cartilha da Mocidade — Cap. Micaldas Correia.. . . .	Cr\$ 6,5
Caderneta de Ordens e Partes	Cr\$ 11,0
Caderneta de Ordens e Partes (bloco para)	Cr\$ 3,0
Caderneta do Capitão de Infantaria	Cr\$ 13,0
Coletânea de Leis e Decs., 1544-1938 — Maj. Bento Lisboa	Cr\$ 13,0
Combate e Serviço em Campanha — Cel. Araripe	Cr\$ 13,0
Contribuição para a História da Guerra entre o Brasil e B. Aires — Trad. Gen. Bertoldo Klinger.. . . .	Cr\$ 13,0
Código de Justiça Militar — Cel. José Faustino da S. Filho	Cr\$ 27,0
Curso de Topografia Militar — Cap. Olívio Gondin de Uzeda	Cr\$ 27,0
Do Brasil à Itália — Gen. Newton Braga	Cr\$ 7,5
Ensaio sobre Instrução Militar — Trad. Cap. J. Horácio Garcia	Cr\$ 13,0
Escola de Pelotão — Cel. Araripe.. . . .	Cr\$ 13,0
Equitação em Diagonal — Major Oswaldo Rocha	Cr\$ 13,0
Exemplo de Sessões de Estudo de Elemento — Cap. José J. Ramos	Cr\$ 3,0
Estudos sobre Granadas de Mão e Fuzil — Cap. M. N. Assumpção	Cr\$ 11,0
Educação Física Feminina — Cap. Jair Jordão Ramos..	Cr\$ 3,0
Educação Física Militar — Major Guttenberg Ayres de Miranda	Cr\$ 10,0
Educação Moral do Soldado — Cap. Frederico Trota	Cr\$ 8,0
Emprego Tático das Transmissões — Cel. Paulo Bolívar Teixeira	Cr\$ 17,0
Exercício de Combate de Companhia — Major Alcebiades Tamoyo	Cr\$ 18,0
Fichário para Instrução de Educação Física — Cap. Jair Jordão Ramos	Cr\$ 16,0
Formulário do Contador — Cap. José Salles	Cr\$ 5,0
Formulário Processual — Major Niso Viana Montezuma..	Cr\$ 7,0
Guia para Instrução Militar — Major Ruy Santiago	Cr\$ 17,0
Guerra da Secessão — Ten.-Cel. Arthur Carnauba	Cr\$ 5,0
História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai — Gen. Tasso Fragoço	Cr\$ 70,0
História do Duque de Caxias (ilustrada) — Cap. Frederico Trota	Cr\$ 5,0
História Militar do Brasil — Gustavo Barroso	Cr\$ 13,0

ALGUNS ENSINAMENTOS DE TRÊS ANOS DE GUERRA

(Colhido pelo Major-General STEPHEN O. FUQUA. U. S. A. Retired)

Extratos pelo Coronel J. B. Magalhães da 1.^a Classe da Reserva

I

A guerra dura já três anos e ninguém pode predizer quando terminará. E' mesmo duvidoso que tenha atingido seu ponto culminante. A luta continua a espraia-se por todos os continentes. E' realmente uma guerra mundial.

No momento atual, a situação se define facilmente. O invasor ainda ocupa terras dos americanos, na Ásia. Na África, a batalha pelo seu domínio, parece aproximar-se de um termo final e pouco resta fazer, embora árduo. Na Europa, após quatro anos, a luta se localiza principalmente na frente russa, onde se enfrentam os maiores exércitos. No entanto, a O. há de fato, uma outra frente, pois que o que aí se passa é mais que uma *luta potencial*, em *estado latente*. Os germânicos ocupam as costas continentais face à Grã-Bretanha, as nações unidas opõem-se-lhes do outro lado da Mancha. Entre ambos, são *águas de ninguém*.

* * *

Enquanto se aguarda a decisão, ou, melhor, o resultado da luta na Rússia, e a abertura de uma outra frente de batalha importante, não é inútil recolher algumas lições da experiência destes três últimos anos.

Em primeiro lugar, assinalamos que a luta em terra, mar e ar, mostra a necessidade de um comando único, para cada teatro de operações. *Nada, do que é fundamental na guerra, mudou.* O que há de novo, diz respeito aos processos e métodos de execução. Estes, sim, variaram com o desenvolvimento do material.

Se não a maior, pelo menos — das maiores — lições desta guerra, é o *aumento do poder de ataque*. Os germânicos puseram em grande honra o princípio da violência do ataque. Hitler tem rompido a couraça defensiva do inimigo a golpes de *superioridade de meios e sem olhar perdas*. O Alto Comando Germânico estima que, as resultariam de uma ação prolongada, levada a efeito com meios relativamente menos importantes, seriam ainda mais pesadas. Além disso, o inimigo sofre mais e há ganho de tempo.

Enquanto, porém, se proclama, aos berros, o êxito da ofensiva, a defensiva na Rússia persiste. Poderá ser invocada, talvez no futuro, para justificar uma vitória estratégica...

Não se deve também esquecer, que foi a poderosa linha defensiva dos germânicos, da Ucrânia e Leningrado, que lhes permitiu a arrancada até o Cáucaso e o ataque a Stalingrado.

E' sem dúvida, um dos mais interessantes ensinamentos desta guerra, a rapidez com que os germânicos organizam *áreas defensivas*, no decorrer de sua progressão. Os pontos importantes são rapidamente fortificados e postos em segurança, pela constituição de *pontos fortes e centros de resistência, esquematizando uma defesa em profundidade*.

Os princípios da defesa guardam analogia com os do ataque. E' evidente o êxito dos nazis, repelindo os contra-ataques lançados contra os flancos de suas *pontas avançadas*.

A maior dificuldade no reabastecimento das tropas em combate, pelas grandes distâncias em que operam de suas bases, e a duração de suas ações, tornaram necessário que os *indivíduos e os pequenos grupos pudessem satisfazer-se a si mesmos*.

A infiltração obteve bons resultados como processo de ataque em alguns teatros de operações, notadamente com os japoneses na floresta malaia. Mas isso resultou evidentemente das condições favoráveis do terreno e *das traições dos quinta-colunistas*, previamente organizados no interior. Trata-se agora de *uma guerra de especialidades*, que exige aptidões individuais e unidades treinadas convenientemente organizadas para suas típicas missões: em terrenos montanhosos, florestas, desertos, terras árticas, operações anfíbias, etc. E' uma lição a não perder de vista.

Outro ensinamento, é o do emprego em *massa das forças aéreas como fator importante da luta, em terra e no mar*. Suas unidades têm que

ser treinadas em ações combinadas com as forças de terra e mar, separada ou conjuntamente.

No que diz respeito à artilharia, o ensinamento mais importante é a necessidade de uma peça mais movel e de maior calibre, adaptavel a vários terrenos e a certas missões. A artilharia tem um grande papel na luta contra-carros quando montada em veículo motorizado. Também o tem na batalha contra os inimigos do ar, para o que precisa dispôr de um aparelhamento técnico especial, afim de dificultar a ação dos bombardeiros.

Não obstante estarmos na era do motor, a cavalaria desempenhou um papel importante nas campanhas da Rússia e da China, bem como nos desertos da África. Nenhum exército moderno prescinde dela, organizada e equipada para a luta em vários tipos de terreno, em que é necessária.

Os paraquedistas e as tropas transportadas pelo ar foram aplicados para a captura de Creta. Seu emprego, porém, daí em diante, tornou-se muito restrito e não foi tão eficaz na Rússia. No entanto, pode-se admitir, venham elas a desempenhar importante papel em batalhas futuras.

Finalmente:

A experiência destes anos de guerra, mostra que nenhuma arma satisfaz por si mesma às *necessidades da destruição do inimigo* e que a ação final tem de ser conseguida pela infantaria, em conjugação com os esforços combinados de todas as armas.

A experiência do passado parece indicar que a batalha final desta guerra será decidida em terra, talvez num ponto e momento de menor significação. O fato, porém, encherá os olhos do mundo, porque marcará o fim das lutas pela vitória.

II

Os ensinamentos já assinalados são importantes, mas as lições desta guerra são tantas e tão variadas, que não convém perder tempo em repetir o que foi dito.

De todas, a mais evidente para nós, é agora, como foi no passado, a de que qualquer nação paga severamente sua falta de preparação. Os que negaram nossas necessidades militares ou concederam somente para

satisfazê-las recursos mínimos, durante as últimas décadas, precisam saber que os sucessos germânicos não são devidos *ao gênio dos condutores nazistas nem à fórmula da "blitzkrieg"*. Os êxitos resultaram da organização do treinamento e do material moderno, afirmam os próprios germânicos, os quais permitiram dar à guerra o *máximo de agressividade*. Daí a lenda da invencibilidade germânica.

O início e o prosseguimento da guerra pelo "Eixo" tornou clara a lição sobre o sentido da *guerra total*, a qual significa *apenas: impôr um partido sua vontade ao outro*. Resultará daí uma conduta inhumana da guerra mas poderá ser isso sempre justificado pela lei imperiosa das necessidades de ordem militar. Esta lei primária da própria conservação nacional, cobre a organização regular da violência, não só contra os inimigos, mas também contra os neutros. Não há limites para os interesses da guerra cujo conceito é somente: *destruição*.

A chamada "Quinta coluna" surgiu em Espanha, durante a guerra civil, porém a *idéia* é pre-histórica. Esta guerra pôs em foco sua importância como arma ofensiva, com o êxito dos alemães na Noruega, sua organização nas Américas e a ação dos japoneses no Extremo-Oriente.

A importância da *arma-propaganda* é tal, que os governos criaram para ela departamentos especiais e organizaram corpos de especialistas. Em campanha, atuam sobre a retaguarda inimiga para desmoralizá-lo. Os germânicos obtiveram com isso êxitos na Noruega, França e Líbia, informando-se sobre o que se passava e lançando, pelo rádio, falsas ordens às tropas inimigas em sua própria língua, para estabelecer a confusão.

Um outro ensinamento típico desta guerra, entende com a organização das tropas: é a *tendência para maior mobilidade dos comandos, dispondo da máxima potência de fogo*. No Exército Americano isso manifestou-se pela organização ternária da Divisão e pelo grande desenvolvimento das forças blindadas e regimentos de infantaria motorizada, com número muito maior de armas automáticas, *com uma potência de fogo quarenta vezes mais forte que a das antigas unidades*.

Flexibilidade no comando e simplicidade na transmissão de ordens; maior iniciativa dos comandos subordinados, constituem agora regra do combate.

Cada *unidade de comando*, tendo recebido previamente uma direção, *avança resolutamente* para seu objetivo e regula seu procedimento e ajuda seus vizinhos, conforme se lhe *desenha o panorama do combate*.

A campanha dos três últimos anos, mostrou ainda a facilidade com que os exércitos podem transpor os rios, quando possuem equipamento apropriado.

O inimigo não pode ser forte em toda parte e por isso, ordinariamente, fintas feitas em determinados pontos e cortinas de fumaça, são o bastante para ocultar o ponto verdadeiramente escolhido para a transposição eficaz do curso d'água.

O sucesso dos japoneses na Malaia; dos germânicos na França e na Rússia; a eficácia de suas ações através dos cursos d'água, em muitos teatros de operações, puseram em evidência as necessidades da instrução sobre este importante assunto, no treinamento geral das tropas de campanha.

Sob outro aspecto, o da defensiva, a grande lição de Hitler nestes três anos de guerra, é a elementar precaução: — *não subestimar o inimigo*. O prolongado sucesso da resistência russa está impedindo a política do *Führer* de bater seus adversários um a um. Daí resulta que ao iniciar o quarto ano de guerra, tem ele de manobrar numa posição central, fazendo frente ao mesmo tempo aos seus três grandes inimigos: Rússia, Grã-Bretanha e América, sobre três largas frentes separadas: Rússia, Egito, alhures na Europa Ocidental...

Nota — Vêr *Newsweek*, números de 7 e 14 de setembro.

CARTILHA DA MOCIDADE

Noções de Higiene e Primeiros Socorros
Educação Moral - Civismo

Publicação autorizada pelo E. M. E. e aprovada pela Diretoria de Saúde do Exército

Capitão MICALDAS CORRÊA

Bibliotéca de "A Defesa Nacional"

PREÇO Cr\$ 6,00

"Aqui reuniu rápidas lições, faceis e nítidas, sobre higiene, educação moral e civismo, destinando-as aos sorteados, principalmente. Este pequeno volume, entretanto, poderá ser adotado nas diversas escolas com grande proveito.

.....

Tudo isso sem pompas, verbalismo e frases, numa sintaxe lúcida — sujeito, verbo, atributo — simplificada, facilitada, afeiçoada à compreensão.

.....

E' um livro oportuno e generoso. Há, no Brasil, ainda, cerca de oitenta por cento de analfabetos. Mas, os alfabetizados reclamam educação. Aí está o fim deste volume".

ELOY PONTES

"Para leitura do adulto que se alfabetiza não haverá em língua nacional nada tão inteligente, tão equilibrado e tão completo.

.....

... tem-se que salientar a forma — clara, direta, limpa; o método — de um forte poder persuasivo, pois que tudo se desenvolve espontaneamente, com apelo a associações muito hábeis; a substância — sempre do melhor quilate.

Temas delicados e fundamentais, que vêm recebendo um tratamento irritantemente inepto por parte dos abundantes empreiteiros da literatura "moral e cívica", surgem na "Cartilha da Mocidade" em termos inteiramente novos, cujas características são bom gosto e objetividade".

UMBERTO PEREGRINO

CENTENÁRIO DE URUGUAIANA

Cap. DE PARANHOS ANTUNES

Transcorre este ano, a 27 de fevereiro, o primeiro centenário da fundação da hoje cidade de Uruguaiana, sede do município do mesmo nome, situado à margem esquerda do rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul.

Os primeiros povoadores do rico município foram contemplados com sesmarias, em 1815, em consequência da conquista dos Sete Povos das Missões de 1801 e do alargamento das raías pátrias do sul do Ibicuí até as barrancas do rio Quaraí, afluente do Uruguai. A história guardou o nome desses pioneiros, que ali foram plantar as suas rústicas tendas de pastoreio. Eram eles Manoel Pereira Viana, Gaspar Rodrigues, José da Rosa Lemes, Inácio Rodrigues Lopes da Cruz, Francisco Dias de Menezes, Tomaz Ferreira Vale, Tristão José Ribeiro e Manoel Inácio Flores, aos quais outros se foram juntando com o passar dos anos. As ótimas pastagens daqueles campos ligeiramente ondulados, deram nascimento às primeiras fazendas de criação, e hoje contam enorme rebanho de mais de 300 mil bovinos, cerca de 500 mil ovinos e 30 mil equinos, com grande percentagem de raças finas, como as Hereford, Devon e Durhan, entre os bovinos; Rambouillet, Rommey-Marsh e Lincoln, entre os ovinos; e Árabe, Anglo-árabe e Hackney, entre os equinos.

Aos farrapos se deve a fundação de Uruguaiana. Foram as contingências da revolução, a necessidade de manter ali um entreposto, quer para transações com a Argentina, quer para a arrecadação de impostos, que fizeram os republicanos riograndenses, em luta contra os imperiais, fundar Uruguaiana.

O primeiro núcleo de povoação, logo no início da revolução, estabeleceu-se próximo à confluência do rio Guarapuitán, mas, por não se adaptar o local para o nascente povoado, foi aventada a idéia, em 1839, da sua transferência, por intermédio de Joaquim dos Santos Prado Lima, chefe de polícia dos farrapos.

Aceito o alvitre, foi nomeada por Domingos José de Almeida, então ministro do Interior da efêmera república riograndense, uma comissão composta dos cidadãos Manoel Ribeiro de Moraes, Luís Inácio Jaques, Manoel Joaquim Bueno, Manoel Alves dos Santos, João Gomes Jardim, José Rufino dos Santos Menezes, Leonardo d'Ávila, Francisco José Dias e José Pinto Cezimbra, a qual depois de detido exame da região, escolheu afinal o local situado entre as barras dos rios Ibicuí e Itapitocaí, lavrando uma ata sobre a escolha feita, que foi remetida ao general Davi Canabarro, a 28 de outubro de 1841.

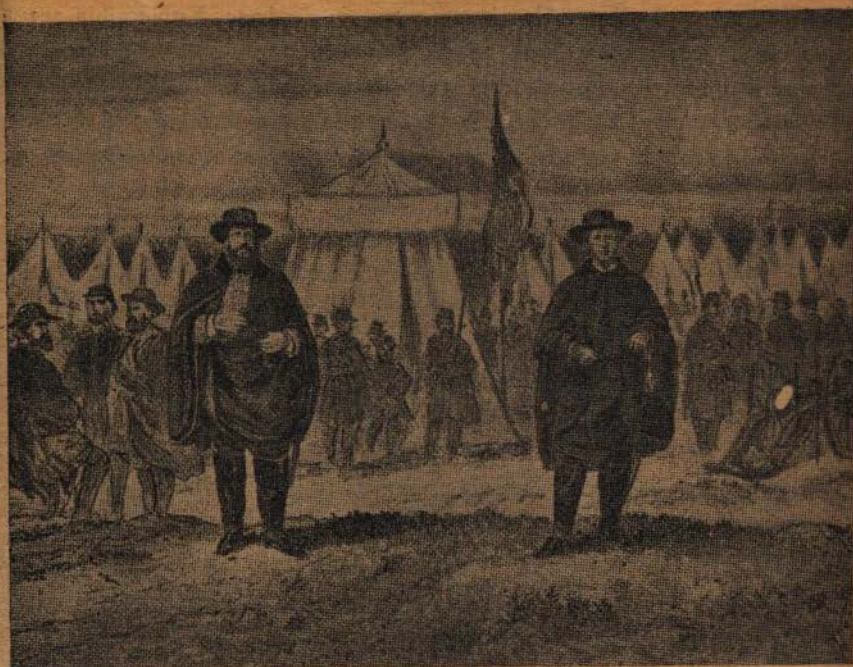
Encaminhada ao governo farroupilha a ata da escolha, Bento Gonçalves da Silva mandou erigir ali uma capela sob a invocação de Santana do Uruguai, por decreto de 27 de fevereiro de 1843, capela essa que deu origem à atual cidade (1).

Pacificada a Província, em 1845, o governo legal, a 29 de maio do ano seguinte, confirmava a escolha dos farrapos, elevando a capelinha à categoria de freguesia, tendo como vigário colado ao padre João Pedro Gay, ao mesmo tempo que baixava decreto elevando-a à vila. No mesmo decreto da criação da vila ficou determinado que a Casa-da-Câmara e a Cadeia seriam construídas à custa dos habitantes do lugar, concorrendo o governo provincial com a quantia de quatro contos de réis, hoje quatro mil cruzeiros, para a construção da Igreja matriz.

Na eleição para escolha dos que deviam dirigir o novel município foram sufragados, por maioria, para presidente, Venâncio José Flores, e, para vereadores, Manoel Tomaz do Prado Lima, Manoel Dória da Luz, Narciso Antônio de Oliveira, Francisco José Dias, Teodolino de Oliveira Fagundes e José Pereira da Silva, servindo como secretário João José de Oliveira Viana.

Em 1845, creou-se em Uruguaiana um posto fiscal, subordinado à alfândega de S. Borja, mas, devido ao desenvolvimento comercial da vila, e às constantes trocas de produtos com a Argentina, através da vizinha localidade de Los Libres, do outro lado do rio, foi esse posto substituído, em 1849, por uma alfândega.

Dada a importância militar do pequeno burgo, foi ali creado um comando de fronteira, entregue ao major da Guarda Nacional Felipe Neri, pouco depois substituído pelo tenente-coronel Carlos Augusto de Oliveira, que se manteve no comando até 1857.



D. Pedro II e o Duque de Saxe no Acampamento de Uruguaiana em 1865.

Localidade de fronteira, esteve sujeita no passado a algumas vicissitudes, em virtude das nossas lutas. Em 1850, alguns partidários de D. Juan Manoel Rosas tiveram a audácia de invadi-la de surpresa, dando vivas ao ditador da Argentina e morras ao Brasil, mas, organizada rapidamente a resistência, retiraram-se logo, sem oferecer combate.

Infelizmente, maior afronta ia sofrer a próspera vila sulina, com a invasão dos paraguaios ao mando do general Estigarribia, que, depois de saquear S. Borja e Itaquí, penetrou em Uruguaiana, a 5 de agosto de 1865, mandando saqueá-la totalmente. Tamanha afronta, era preciso ser repelida energicamente. O nosso próprio Imperador não se conteve e tratou de embarcar imediatamente para o Sul, afim-de alentar a nossa gente.

Enquanto Estigarribia se banqueteava com a rica presa feita na vila, os aliados convergiam para ali e o sitiavam, sob o comando do bravo barão de Porto-Alegre. Aos pedidos do general Flores, presidente

do Uruguai, e de Porto-Alegre, para que se rendesse, Estigarribia respondeu arrogantemente, mas, pouco depois, sentindo-se perdido, entregou-se à descrição. Isso ocorreu a 18 de setembro de 1865, e o nosso Imperador, que ali havia chegado poucos dias antes, teve a glória de ver o inimigo desfilar vencido na sua augusta presença, vingando assim a insólita invasão.

Não vamos aqui historiar os pródromos da rendição, nem transcrever as notas trocadas, mas não podemos deixar de estampar a nota final de Estigarribia, entregando-se à clemência do vencedor. Ei-la:

“Comando em chefe da divisão paraguaia, sítio de Uruguaiana, 18 de setembro de 1865.

“O abaixo assinado aceita as proposições de V. Excia. e deseja unicamente que seja Sua Majestade o Imperador do Brasil o melhor garante de tal convênio.

“A ele e a V. Excia. me confio e me entrego prisioneiro de guerra com a guarnição, atendendo às prescrições estatuidas por V. Excia.

“O abaixo assinado espera que V. Excia. procederá imediatamente a ajustar com ele o modo como se deve efetuar o desarmamento e entrega da guarnição.

“Deus guarde a V. Excia. — *Antônio Estigarribia.*”

Desse modo, 5.486 praças e 59 oficiais paraguaios, em plena vila de Uruguaiana, foram aprisionados pela nossa gente, sendo tratados com o respeito devido aos vencidos e internados no território nacional.

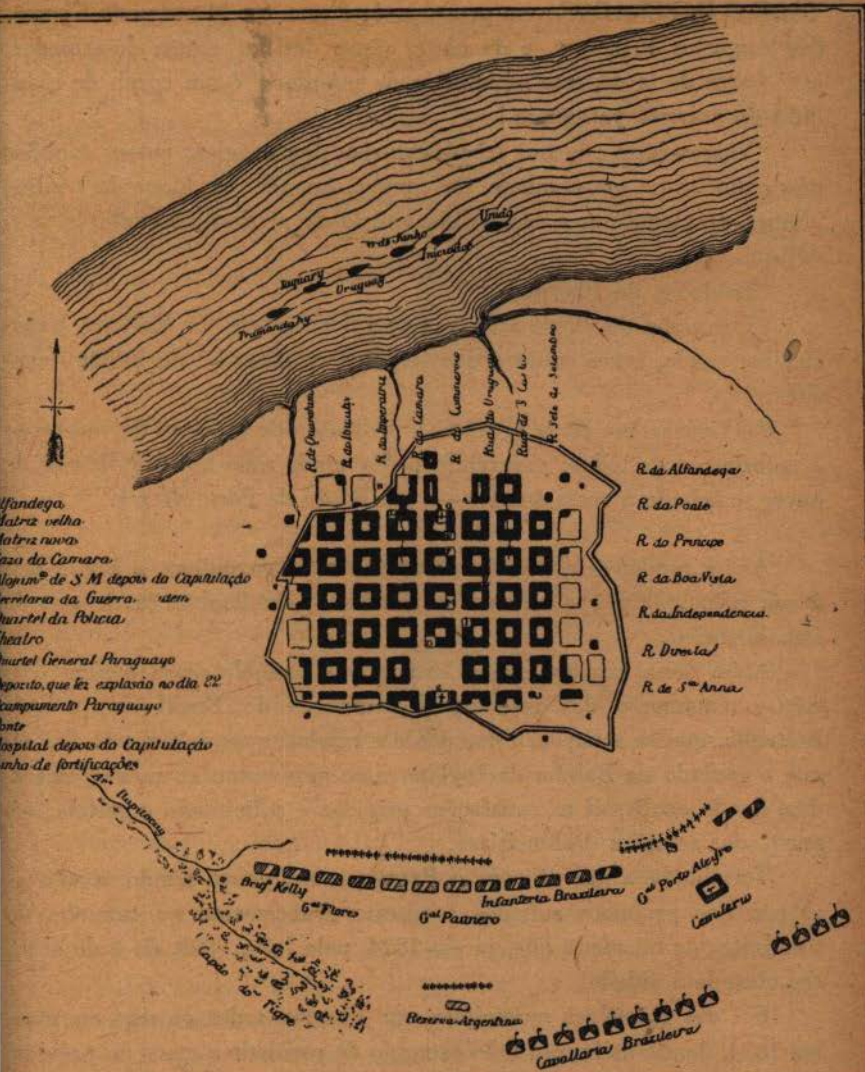
Pela ordem do dia n. 13, de 19 de setembro, proclamava ao Exército sob seu comando, o nobre barão de Porto-Alegre:

“Soldados do Império Brasileiro em operações nesta província !

“Guerreiros do Exército aliado no Rio-Grande-do-Sul !

“Companheiros na vindicta da honra nacional das três primeiras potências Sul-Americanas !

“A divisão paraguaia em operações sobre o rio Uruguai, a guarnição de Uruguaiana à vossa presença depôs as armas sem ter disparado um tiro.



POSIÇÃO DO EXERCITO ALLIADO EM FRENTE A URUGUAYANA

Do dia 18 de Setembro de 1865

Levantada pelos Tenentes L. V. Ferreira e A. Fausto de Souza

Mapa de Montevideo - 1865 - 1:50,000

“À frente de vossas armas, ante o vulto augusto de SUA MAJESTADE O IMPERADOR; em presença do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, dos Augustos Príncipes. e da côrte, vistes desfilar ontem desarmados, às 4 horas da tarde, sete regimentos de infantaria e um corpo de cavalaria do exército paraguaio !

“Vossos fuzis e vossas lanças estavam descansados: vossos canhões não anunciavam um combate de sangue, quando os hinos da tríplice aliança proclamavam a esplêndida vitória da civilização contra o vandalismo.

“Soldados da liberdade !

“Em nome do Imperador, o General em chefe do Exército Imperial vos saúda, e vos conjura que respeiteis a desgraça do inimigo vencido.

“O General em chefe agradece a dedicação de cada um de vós, como o entusiasmo de todos; esperando poder ainda uma vez orgulhar-se de haver se achado à vossa frente. — (a) *Barão de Porto-Alegre.*”

Assim rendeu-se a divisão paraguaia em Uruguaiana, e a vila deu à sua principal praça o nome de Rendição, em lembrança do grande fato histórico.

Além desse fato marcante, Uruguaiana assinala nessa mesma ocasião o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a Grã-Bretanha, que se achavam rotas desde a célebre questão Cristie. Foi ali que o enviado da Rainha da Inglaterra se apresentou ao nosso Imperador, dando ao Brasil as satisfações exigidas e solicitando o restabelecimento das relações diplomáticas.

Terminada a guerra com o Paraguai, em pouco tempo, a vila se refazia dos prejuizos sofridos e entrava francamente no caminho do progresso, de tal modo que, já em 1874, pela lei n. 898, de 6 de abril, era elevada à cidade.

Foi dos primeiros municípios que libertou todos os seus escravos, em 1884, dando assim um belo exemplo de caridade e amor ao próximo com esse gesto, que foi imitado depois por muitas outras comunas gaúchas.

Estabelecido o regime republicano, em 1889, no Brasil, Uruguaiana teve como seu primeiro intendente o coronel Gabriel Rodrigues Portugal, que foi substituído depois pelo escritor Dr. José Romanguera da Cunha Correia.

Com o advento do Estado Novo vem a cidade e o município apresentando uma fase de intenso progresso, desde a administração do Dr. Eurico Rodrigues, hoje membro do Departamento Administrativo do Estado, até a do seu prefeito atual, Francisco Maria Piquet, que tem transformado completamente a fisionomia urbana da cidade, com ruas de macadame asfaltado em mais de quarenta quadras, alargamento dos passeios, remodelação do teatro municipal e da prefeitura, auxílio eficaz para a conclusão da tradicional Catedral e outros melhoramentos, que a têm modernizado totalmente.

Ainda a 22 de junho de 1939 era inaugurada ali a vila militar "General Osório", com um grupo de 30 casas de belo e moderno aspecto. Nessa ocasião pronunciou o discurso inaugural o então tenente-coronel Luís Procópio de Souza Pinto, como representante do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, que disse, entre outras coisas, o seguinte:

"Com a obra que hoje se inaugura e que tanto vem contribuir para o embelezamento da cidade, está de parabens a engenharia militar, pois tudo aqui se processou segundo um plano de trabalho metódico, minucioso, rápido e econômico, onde nenhum detalhe foi esquecido pelo seu ardoroso engenheiro que viveu um ano e meio inteiramente entregue à sua obra, que hoje constitui seu justificado orgulho."

O engenheiro encarregado dessa obra foi o então major Antônio Bastos e é de justiça salientar o entusiasmo com que o Exmo. Sr. General Valentim Benício da Silva, digno e ilustre filho de Uruguaiana, expôs o plano do antigo prefeito Dr. Arnóbio Nunes de Miranda, que foi quem primeiro levantou a idéia da construção da vila militar.

Com a construção da ponte internacional Uruguaiana-Paso de los Libres, através do Uruguai, obra gigantesca, em projeto, a bela e histórica cidade sulina, que agora completa o seu centenário de vida, marcará uma nova fase de progresso e embelezamento e contribuirá para um melhor entrelaçamento nas relações com os nossos vizinhos argentinos.

Digamos, para terminar, que Uruguaiana é sede de um bispado, criado pela bula "Praedecessorum Nostrorum", em 15 de agosto de 1910, tendo sido eleito seu primeiro bispo d. Hermeto José Pinheiro, o qual foi empossado em 19 de maio de 1912, com toda a pompa da liturgia católica, por entre o regosijo da população.

DECRETO

(1) O jornal "Estrela do Sul", órgão oficial dos farrapos, em seu n.º 2, de 8 de março de 1843, publicou o decreto da criação da capela, nos seguintes termos:

"Ministério do Interior. Alegrete, 27 de fevereiro de 1843, 8.º da Independência e da República.

"Sendo local imediato ao capão do Tigre sobre as margens esquerdas do arroio do Salso e do rio Uruguai, na fazenda do cidadão Manoel Joaquim do Couto, preferível para a criação da Povoação, há muito projetada na costa daquele rio comparativamente ao terreno da margem esquerda do Tapitocaí, junto à sua barra no mesmo Uruguai, segundo o parecer unânime dos membros da comissão creada para examinar ambos os lugares, na conformidade da resolução da Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa, comunicada em ofício de 13 de janeiro próximo findo; o Presidente Constitucional da República Rio-Grandense, autorizado pela mencionada resolução, decreta o seguinte:

"Art. 1.º Fica creada junto ao capão do Tigre, sobre a margem esquerda do Uruguai, uma capela curada com a denominação de — Capela do Uruguai.

"Art. 2.º A capela do Uruguai terá por limites o Ibirocaí da sua barra no Ibicuí até a barra de Jiquigúá; por este acima seguirá a vertente à rumo do Sul, que confronta com outra ao mesmo rumo, seguindo este até o Uruguai; e gozará de todas as vantagens atribuídas por lei às demais capelas curadas da República.

"Francisco de Sá Brito, ministro e secretário da Justiça e interinamente das do Interior o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessários. — Bento Gonçalves da Silva. — Francisco de Sá e Brito."

BIBLIOTECA DE "A DEFESA NACIONAL"

LIVROS À VENDA

Anuário Militar do Brasil, 1935	Cr\$ 17,50
Anuário Militar do Brasil, 1936	Cr\$ 22,50
Anuário Militar do Brasil, 1937	Cr\$ 17,50
Anuário Militar do Brasil, 1938	Cr\$ 22,50
Anuário Militar do Brasil, 1940	Cr\$ 27,50
Anuário Militar do Brasil, 1941	Cr\$ 37,50

"Arma de Transmissões" e não "Serviço de Transmissões"

Pelo Major ALFREDO MALAN

Em seguimento ao artigo publicado no último número desta revista, e no qual procuramos mostrar a necessidade imperiosa de ser dada autonomia às Transmissões para que elas melhor possam cumprir suas obrigações, queremos hoje discutir o aspecto de arma e não de serviço que esta autonomia lhe deve outorgar.

Inicialmente encaremos o assunto sob o prisma puramente técnico, isto é, procuremos, à luz dos preceitos regulamentares, identificar o que caracteriza uma arma e o que caracteriza um serviço.

Nenhum regulamento mais autorizado para este mistér, que o de Serviço em Campanha; busquemos pois, em seu âmago, os argumentos indispensáveis para defesa de nossa tese.

Este regulamento, em seu parágrafo 4.º, deixa transparecer que as armas são constituídas em tropa (unidades), e no parágrafo 6.º, logo adiante, esclarece que elas combatem combinando e coordenando esforços, conforme as ordens recebidas do comando.

Enquadra-se perfeitamente a "nova arma" nas condições acima. Por meio de tropas constituídas, as Transmissões combatem combinando e coordenando seus esforços com os esforços das demais armas, e ainda mais, permite seu trabalho esta necessária combinação e imprescindível coordenação.

Mais adiante, no parágrafo 8.º, o R.S.C. prescreve que a arma deve ser organizada para o combate tendo em vista sua participação na batalha, e textualmente acrescenta:

"Algumas dentre elas (as armas) são, além disso, particularmente adaptadas às missões especiais que lhe cabem no decurso das operações que precedem, acompanham ou sucedem à batalha (segurança, busca de informações, trabalhos diversos, transmissões, etc.)".

Então, uma das armas tem missão especial a cumprir: o estabelecimento das ligações por meio das transmissões. Está bem claro que é uma arma e não um serviço que tem esta incumbência. Se esta missão isolada não caracteriza uma arma, porque, no momento, os elementos que dela são encarregados fazem parte de um todo — a Engenharia —, separados estes elementos do conjunto, por força tem eles que constituir uma arma e não um serviço.

Quando o R.S.C. se refere à arma de Engenharia (parágrafo 41), da qual fazem parte as Transmissões como uma de suas especialidades — permite-me insistir —, diz o seguinte:

“A Engenharia trabalha sempre por frações constituídas; seus efetivos são completados por unidades de trabalhadores auxiliares que ficam sob sua direção.

“Como arma de trabalho é organizada, aparelhada e instruída para resolver os problemas de ordem técnica que se podem apresentar em campanha.

“Como arma combatente, toma parte na batalha em ligação com as outras armas, em princípio por seu trabalho, e excepcionalmente pelo fogo. E' em vista disso, armada de mosquetão.

“Como serviço, é encarregada de reaprovisionar os corpos de tropa de todas as armas em ferramenta e em toda espécie de materiais de organização do terreno”.

As Transmissões, parte do todo que é a Engenharia, ao se apartarem dela, devem conservar as características da antiga arma; devem constituir arma do trabalho normalmente, e arma combatente por exceção. No que diz respeito ao aspecto de serviço é que se modifica um pouco sua feição.

Se considerarmos as Transmissões diluídas em todas as armas e serviços, se considerarmos os elementos da “arma do comando” introduzidos nos estados maiores e nas armas irmãs, o reaprovisionamento de material de transmissões não será mais feito em benefício direto dessas armas, como é o caso atualmente, constituirá este reaprovisionamento, um benefício indireto, pois será todo ele dentro da mesma arma. E assim, do aspecto reaprovisionamento da Engenharia às diversas armas, passaremos — nas Transmissões — ao aspecto de reaprovisionamento do material de saúde, por exemplo, diretamente aos elementos de saúde.

O parágrafo 41 citado acima diz também:

“Como arma combatente, toma parte na batalha em ligação com as outras armas, em princípio por seu trabalho o excepcionalmente pelo fogo. E’, em vista disso, armada de mosquetão”.

Sim, sob a forma de arma combatente, toda a Engenharia tem possibilidade de lutar também, diretamente contra o inimigo; é uma honra que lhe assiste e, muitas vezes é mais fácil cumprir este dever, do que, em pleno combate, sem poder responder ao fogo inimigo, ter de trabalhar consertando uma estrada, lançando uma ponte ou construindo uma linha telefônica.

A Engenharia só é utilizada como elemento de reação direta contra o inimigo, salvo no caso da guerra de minas ou no ataques à organizações em que o sapador enfrenta, ao lado do infante, as barragens de metralhadoras, só é utilizada, nos casos extremos, ficando seu trabalho relegado a um plano secundário; trata-se então da defesa do próprio canteiro de trabalho ou de um derradeiro esforço, reunidas as últimas energias, para eliminar uma ameaça fatal.

As Transmissões particularmente, essencialmente especializadas num trabalho de vital interesse para o chefe, só lutarão explicitamente contra o homem adversário, quando tudo estiver na iminência de se perder. Seu trabalho normal é tão importante que exige um apoio e a relativa despreocupação de seus realizadores. Mas, lançando o cabo por onde vai circular a vontade do chefe transformada em ordem, instalando uma estação rádio que vai transmitir ao comando a angústia de uma resistência ou manejando o aparelho ótico que vai, piscando seu despacho, alentar os componentes de uma unidade com a notícia de uma ação paralela e desafogante, em qualquer casos, exposto ao fogo inimigo e mantendo bem alto o moral dos combatentes pelo intercâmbio de idéias — ordens e solicitações —, está o soldado de transmissões sempre pronto a enfrentar o inimigo, como pronto está a voltar ao seu trabalho anônimo e esquecido, tão logo tenha cessado a ameaça. Trabalho anônimo e esquecido porque, qual órgão de que só temos notícia quando deixa de funcionar, as Transmissões só chamam atenção sobre si quando não cumprem sua missão. Ai todos reclamam, mas se esquecem, que sua paralização é consequente, normalmente, de causas insuperáveis; mas não se lembram, que é necessário muitas vezes um esforço titânico e conservado em silêncio, para permitir que o chefe ouça, pelo telefone, a voz de seu subordinado. Sem hora e sem

dia para o trabalho, no combate como, principalmente antes dele e depois dele terminado, vive a tropa de Transmissões cumprindo sua obrigação, sem brilho, sem feitos heróicos, sem o conforto de homenagens e sómente com a consciência tranquila, com o brilho de sua dedicação e com o heroísmo do seu anonimato no esforço diuturno.

Poderíamos nos alongar nos aspectos modernos da Engenharia e das Transmissões como arma combatente encarando o emprego dos paraquedistas mas, voltemos ao R.S.C.

O parágrafo 44 esclarece:

“As unidades que asseguram nas grandes unidades o serviço de transmissões, fora do âmbito dos corpos de tropa, pertencem igualmente à arma de Engenharia. São postas sob as ordens de um chefe das Transmissões (atual Cmt. das Trns.), que depende diretamente do chefe de estado maior da grande unidade. Encarregam-se de criar, organizar e explorar os eixos e redes de transmissões das grandes unidades.

“Compreendem unidades compostas de especialistas capazes de por em ação os meios de transmissão, como por exemplo as Cias. de Trns. divisionárias, ou unidades especializadas na exploração de um único meio de transmissão, tais como as Cias. Telegráficas e Rádio-telegráficas de Exército”.

Se estas unidades pertencem à arma de Engenharia e saindo dela conservam suas primitivas características, se elas dentro da atual arma devido à sua finalidade — seu emprego e seu trabalho — são consideradas possuindo as condições essenciais de arma, como ao separá-las do conjunto mudar sua classificação?

Não são as diferentes partes da Engenharia que reunidas, emprestam a ela, por seus caracteres diversos, o aspecto de arma combatente; cada uma das especialidades possui um pouco de arma combatente, de arma de trabalho e de serviço e, se separarmos as especialidades do todo, cada uma leva consigo todas as qualidades e defeitos que possui. Como separar as Transmissões da Engenharia sem que elas mantenham seus diversos caracteres? Não continue a especialidade em questão a ser arma combatente, arma do trabalho e serviço? Pois se são aspectos que ela empresta à Engenharia, no momento, por fazer parte do conjunto, com despí-los, ao sair, se são aspectos inerentes às suas funções?

* * *

Vejamos agora, no intuito de bem esclarecer o assunto e não deixar margem à dúvida, vejamos se as Transmissões podem ser enquadradas pura e simplesmente como um serviço.

Continuemos estudando o R.S.C.; seu parágrafo 45 diz:

“Os serviços nos exércitos teem por objeto fornecer-lhes todos os recursos indispensáveis à satisfação de suas necessidades de vida, movimento e combate, e desembaraça-los de tudo quanto não lhes for util.

“Em outros termos, assegurar:

- os reaprovisionamentos;
- os transportes;
- as evacuações”.

São características nítidas dos serviços, os transportes e as evacuações. Quanto aos reaprovisionamentos, são eles assegurados, em casos especiais por certas armas, como é o caso da Engenharia (S.E.) e da Artilharia (S.M.B.), que fornecem material especializado: de organização do terreno, ferramenta, e armamento, munição, artificios e viaturas, respectivamente. Mas por causa desse aspecto a Engenharia e a Artilharia não perdem suas características de arma.

Mais adiante, o parágrafo 47 grupa os serviços por categorias:

- serviços provedores;
- serviços transportadores;
- serviços de manutenção da ordem.

O parágrafo seguinte diz que os serviços provedores teem por missão fornecer aos exércitos o pessoal, os animais e o material necessário, e relaciona estes serviços.

Finalmente, o parágrafo 55 prescreve qual a missão do serviço de Transmissões:

- “a) fornecer às tropas de todas as armas o material de transmissões de que precisam;

- b) efetuar a reparação ou a troca do material deteriorado;
- c) providenciar sobre a carga e a boa conservação dos acumuladores”.

De acordo com o preconizado — as Transmissões diluídas dentro das outras armas formando uma única arma, estes aspectos de serviço são reduzidos às suas mínimas proporções. Não se tratará mais, como é o caso do Serviço de Engenharia e do Serviço de Material Bélico, de fornecer material para as outras armas, existirá sómente o fornecimento de material para a própria arma. A reparação e a troca de material será também coisa interna, o mesmo sucedendo com relação à carga e conservação dos acumuladores. O aspecto de serviço, nas Transmissões, revestirá uma forma muito mais sutil que o aspecto de serviço na Engenharia ou na Artilharia; tomará a forma de uma oficina-almoxarifado pertencente a uma grande fábrica, sem colocar no mercado sua produção, satisfazendo unicamente as necessidades da própria fábrica. Será um serviço auto-provedor.

E, assim, vimos à luz do Regulamento de Serviço em Campanha como são consideradas as Transmissões fazendo parte da Engenharia e como devem elas ser consideradas ao se liberarem de cúpola que as tolhe e que impede seu desenvolvimento.

Não há nem pode haver de minha parte interesse em diminuir a Engenharia, arma à qual sempre pertenci com orgulho e à qual pertenceu meu Pai — exemplo que procuro seguir. Trata-se de dar solução a um impasse verificado: o desenvolvimento das Transmissões não é possível dentro da Engenharia, seu crescimento e sua eficiência são necessários para bem do Exército, então se para crescer e se tornarem eficientes devem elas ser separadas da Engenharia, assinemos sua carta de alforria.

O reconhecimento desse fato por parte da Engenharia, é um gesto nobre e de desprendimento; ela mais do que outra qualquer arma deve proclamá-lo.

Não há muito, no primeiro descênio deste século, por necessidade imperiosa do Exército — único lema que nos deve guiar, foi criada a arma de Engenharia; a mesma imperiosa necessidade exige agora seu desdobramento.

Antes de encerrar esta face da questão, quero trazer a público uma nota sobre o assunto, inserida no curso de Alto Comando ministrado sob a direção de S. Excia. o Sr. Gen. Chadebec de Lavalade, em 1939.

Trata-se da 27.^a conferência, organizada pelo Sr. Ten. Cel. Gausso e intitulada: "Les services du Corps d'Armée". Nesta conferência, o Sr. Ten. Cel. Gausso, logo na primeira parte — Definições, classifica os serviços em cinco categorias:

- serviços de reaprovisionamento e de conservação;
- serviços de transporte;
- serviço de transmissões;
- serviços de ordem;
- serviços diversos.

E com respeito ao serviço de transmissões, um asterístico nos conduz ao rodapé da página a uma nota, que reproduzo textualmente para evitar qualquer interpretação partidária, por culpa do tradutor:

"La mise en oeuvre des moyens de transmission constitut-elle, ou non, un service ? C'est une question á laquelle il n'est pas toujours et partout répondu dans le même sens. L'Instruction provisoire de 1921 sur l'emploi tactique des Grandes Unités y répondait affirmativement par ses paragraphes 35 et 36 qui classaient les services en quatre catégories (ravitaillement et entretien, transport, ordre, transmissions) et qui définissaient le Service des Transmissions comme chargé de la mise en oeuvre des moyens matériels nécessaires á la communication des ordres, des renseignements et des comptes rendus. L'Instruction de 1936 sur l'emploi tactique des Grandes Unités y répond au contraire négativement par ses paragraphes 60 et qui, respectivement, classent les Services en trois catégories seulement (ravitaillement et entretien, transport, ordre) et donnent á l'Arme du Génie, entre autre missions, celle d'assurer les transmissions nécessaires á l'exercice du commandement des Grandes Unités. Sans avoir ici á prendre parti dans un débat qui ne presente du reste qu'un médiocre intérêt, nous citons le Service des Transmissions pour nous conformer á un usage auquel obéissent encore le "Vade Mecum para os trabalhos de estado maior 1934" et "L'Aidémemoire de l'École Supérieur de Guerre 1939".

Verifica-se na observação acima transcrita, que sómente para se conformar a uma norma seguida pelo "Vade Mecum para os trabalhos de estado maior de 1934" e pelo "Aide-mémoire da Escola Superior de Guerra de 1939", que o Sr. Ten. Cel. Guassot classifica o trabalho do estabelecimento dos meios de transmissão como um serviço. Acentua o conferencista, que o debate sobre o assunto é antigo e salienta como, ultimamente, na França conservadora, foi considerada oficialmente esta ação como atributo da Arma de Engenharia e não um serviço. Como os exércitos das grandes potências encaram a questão, procuraremos apresentar em outro estudo.

Ventilado o assunto sob o prisma técnico, encarámos agora outra face da questão.

Suponhamos assentada a separação das Transmissões da Engenharia e sua classificação como serviço.

Nesta hipótese, como seriam formados os oficiais de Transmissões? Naturalmente num escola à parte, como os oficiais de inteligência atualmente. E o entrosamento tão necessário das armas com este novo serviço, e a instrução comum que devem ter os oficiais do novo serviço e das armas, como seriam adquiridos?

Se a "arma do comando" e não "serviço do comando", vai ser acionada diretamente pelo chefe de estado maior de uma grande unidade ao qual está justaposto o Cmt. das Trns., é preciso que este Cmt. das Trns. e seus auxiliares imediatos possam ter uma idéia perfeita do conjunto para, com diretrizes daquele chefe de estado maior, suprirem a falta destas, em lacunas consequentes dos acontecimentos. É necessário que o oficial de Transmissões conheça perfeitamente as possibilidades das outras armas para poder mantê-las ligadas, entre si e ao chefe. E, só o convívio e a prática desde os primeiros anos da vida militar, com os companheiros de outras armas, em exercícios de conjunto, pode formar os necessários reflexos.

Mas tudo isso, esse desentendimento, seria consequência de uma hipótese — felizmente para eficiência do Exército — sómente formulada, para sentirmos de perto o absurdo de sua concretização.

As Transmissões independentes só podem constituir uma arma e nunca um serviço, sob pena de se sanar um mal criando, na cura, outros males que continuarão a impedir o perfeito funcionamento do organismo.

Elementos Mecanizados da D. C.

(Dos Regulamentos AMERICANOS)

Pelo Major J. S. D'ASCENÇÃO

GENERALIDADES

CARROS BLINDADOS E CARROS DE RECONHECIMENTO

Os carros blindados e os carros de reconhecimento na D.C. prolongam o raio de ação além das possibilidades dos elementos a cavalo; proporcionam a economia dos elementos a cavalo; aumentam as facilidades de comando, ligações, transmissões e defesa contra aeronaves e contra elementos mecanizados.

Em boas estradas esses veículos são capazes de cobrir extensas etapas em altas velocidades, sendo por isso empregados em reconhecimento a grandes distâncias e em largas zonas. Sua potência de fogo assegura-lhes um forte poder de combate, mas a sua fraca mobilidade fora das estradas limita a aplicação desse poder às missões de natureza defensiva, tais como ação retardadora, segurança e inquietação pelo fogo.

O reconhecimento motorizado à noite é difícil mas não impraticável. Numa zona servida por conveniente rede de estradas um reconhecimento à noite pode determinar a ausência de grandes efetivos de tropas; é capaz de determinar o contorno exterior dos destacamentos de cobertura do inimigo. À noite devem ser esperadas maiores perdas causadas por emboscadas. A eficiência de um reconhecimento à noite varia com o grau de escuridão e a importância da

resistência inimiga. Os movimentos com veículos motorizados à noite são praticamente restritos às estradas. As luzes e o ruído dos motores denotam as ações e os movimentos dos veículos. Quando as luzes são utilizadas, o contraste entre a luz e a escuridão desperta a observação, exceto nas zonas iluminadas. Os carros blindados e os carros de reconhecimento cumprem suas missões de observação à noite constituindo patrulhas de resistência localizadas nas imediações das vias de aproximação para observar as tropas em marcha ou, com pessoal a pé, para reconhecer as tropas inimigas em posição.

Os carros blindados e os carros de reconhecimento são conservados para serem empregados somente em missões importantes que não podem ser desempenhadas prontamente pelos elementos a cavalo ou pelas unidades aéreas.

CARROS DE COMBATE

Os carros de combate, que teem grande poder de destruição, aumentam consideravelmente o poder combativo das unidades a cavalo e proporcionam um poderoso meio de defesa contra os elementos mecanizados inimigos. Eles são conservados para serem empregados em importantes missões, normalmente de acordo com o maior esforço do comando.

EMPREGO DOS CARROS BLINDADOS

Os carros blindados são empregados primeiro nas missões afastadas, além do raio de ação dos elementos a cavalo. Podem ser utilizados na zona de ação dos elementos a cavalo quando se deseja economizá-los; quando se deseja agir com rapidez; quando os carros de reconhecimento não estão disponíveis; quando, enfim, às unidades a cavalo e os carros de reconhecimento podem ser dispensáveis nessa tarefa.

Antes do contacto, esse raio de ação se estende para frente e para os flancos a uma distância máxima de 160 km aproximadamente.

A missão principal dos carros blindados é o **reconhecimento**. Eles podem ser empregados na ação retardadora, nas missões de segurança e nas ações de inquietação pelo fogo.

Para uma missão importante, em que será provável o combate, não deve ser atribuído um elemento menor que um Pelotão.

Um Pelotão de carros blindados agindo como patrulha opera geralmente da maneira seguinte:

1) — O Pel. marcha com um carro à frente cerca de 600 metros. O segundo carro, o do Cmt. do Pel., regula a distância a ser mantida do carro-guia e o emprego do Pel. O restante do Pel., com carros distanciados de 100 a 300 metros, segue o carro-guia a uma distância variável entre 400 e 500 metros.

2) — Os pequenos reconhecimentos laterais, sobre cruzamentos de estradas, podem ser feitos pelo Pel. completo ou somente por uma Secção. O carro-guia do Pel. faz alto a pequena distância além do cruzamento na direção da marcha e a segunda Sec. (ou o restante do Pel.) é orientada para reconhecer o flanco até uma distância que raramente excede a 1500 m. Em princípio, quando o Pel. está agindo isoladamente as Secs. não devem afastar-se além das distâncias de apoio pelo fogo eficaz de suas armas. Os reconhecimentos laterais podem também ser feitos por pequenos movimentos através campo, embora seja necessário empregar homens a pé para observar. Duas estradas paralelas podem as vezes ser seguidas com uma Sec. em cada uma, desde que estejam dentro das distâncias de apoio uma da outra.

3) — Se o Pel. encontra um obstáculo na estrada, o carro-guia faz um sinal de "alto" para todos os outros carros. Se recebe fogo, o carro-guia gira sobre si mesmo, volta ou procura uma cobertura. O Cmt. do Pel. manobra seu

carro para determinar a situação. O Cmt. do Pel. emprega, então, a segunda Sec., sobre carros ou a pé, para remover o obstáculo, ou decide abandonar a estrada, para o que reorganiza seu Pel. e muda a direção de marcha.

4) — Um inimigo ativo esforçar-se-á para atacar de emboscada as unidades de carros blindados. Não é difícil ao inimigo tomar de emboscada o carro-guia (ponta). Contudo, é especialmente importante que o Cmt. do Pel. esteja alerta e que o Pel. marche com as devidas distâncias entre os seus elementos.

— Essas considerações mostram de maneira imperativa que as unidades de carros blindados em ações ofensivas, das quais o reconhecimento é uma delas, não devem operar com efetivos menores que um Pl. Nas missões de segurança, especialmente, quando nas proximidades de tropas de apoio, as Secs. de carros blindados podem ser empregadas separadamente; contudo, uma Sec. tem pouco poder combativo, particularmente nas ações de movimento.

EMPREGO DOS CARROS DE RECONHECIMENTO

Normalmente, o raio de ação dos carros de reconhecimento é o mesmo das patrulhas a cavalo; contudo, os carros de reconhecimento operam com velocidades maiores. Quando não se dispuser dos carros blindados, os carros de reconhecimento deverão agir num raio de ação igual ao daqueles.

As missões dos carros de reconhecimento das Brigadas e dos Regimentos são:

- 1) — Reconhecimento e segurança para os Regimentos e unidades menores, estendendo o raio de ação das unidades a cavalo e reduzindo também os pedidos de patrulhas a cavalo.
- 2) — Combate.
- 3) — Defesa anti-aérea e contra elementos mecanizados.

4) — Ligações e transmissões.

5) — Utilização pelo comando, para reconhecimentos pessoais dos comandantes e dos estados-maiores.

O Pel. de carros de reconhecimentos pode operar em Secções de dois ou de três carros cada uma. No Regimento, sempre que for possível, manter-se-á ao menos uma Sec. em reserva para missões do comando, devendo-se prever as oportunidades para descanso e as necessárias inspeções para a conservação do material. Para missões importantes, o Pel. opéra por Secs. de três carros. Estas Secs. operam de modo semelhante ao dos Pels. de carros blindados. O Cmt. do Pel. comanda todas as suas Secs. do seu posto de comando ou comanda uma Sec. isolada em missão importante. Uma Esquadrão a cavalo reforçado por uma Sec. de carros de reconhecimentos pode ser utilizado para fins de comando ou para missões de reconhecimento. As Secs. de carros de reconhecimento, para cumprir missões de combate, utilizam sua mobilidade e potência de fogo.

EMPREGO DOS CARROS DE COMBATE

O Esquadrão de carros de combate não opera isoladamente, mas sempre em estreita cooperação com elementos a cavalo, à pé ou com outros mecanizados. Contudo, em casos excepcionais eles podem desempenhar missões especiais além do limite das distâncias normais de apoio de outras tropas. O Esquadrão de Carros de Combate não deve ser dividido na marcha; deve ser colocado na coluna em condições de poder apoiar o ataque principal ou o secundário, ou um contra-ataque no caso da Divisão ser surpreendida por forças inimigas a cavalo ou mecanizadas. Raramente o Esquadrão de Carros de Combate deve ser empregado na vanguarda, mas pode ser empregado em cooperação com unidades de carros blindados para cobertura de uma frente ameaçada por elementos mecanizados.

As missões dos carros de combate podem ser:

1) — Auxiliar as unidades a cavalo em:

- a) Extender ou prolongar um movimento;
- b) Executar um envolvimento simultaneamente com um ataque frontal por unidades a cavalo, montadas ou a pé;
- c) Para perseguir;
- d) Para auxiliar a defesa por contra-ataques;
- e) Para cumprir missões especiais, constituindo uma unidade provisória (temporária) com unidades de carros blindados e pessoal a pé de unidades a cavalo transportado em caminhões.

Os carros de combate não devem ser empregados em quaisquer missões; é essencial a escolha de um objetivo apropriado.

Afim de ser aproveitada ao máximo a velocidade, deve ser escolhido um terreno favorável para emprego dos carros de combate.

A direção do ataque das unidades de carros de combate difere comumente da direção do ataque das unidades por elas apoiadas.

No ataque, os carros adotam formações convenientes para cada objetivo. E' mais apropriado o seu emprego contra tropas mecanizadas, contra pequenas frentes, contra dispositivos em profundidade e contra fortes reservas. Entretanto, pode ser conveniente empregá-los, embora menos comumente, contra tropas a pé, contra largas frentes, contra pequenas profundidades ou contra pequenas reservas.

O emprego das unidades de carros de combate torna praticável o ataque a cavalo em muitos casos em que de outra sorte seria impossível. Um ataque com carros de combate contra a frente ou sobre o flanco inimigo produz tal desorganização no seu fogo, que torna possível o ataque a

cavalo partindo de uma outra direção. Às vezes, o ataque a cavalo pode seguir imediatamente na mesma direção e na mesma faixa do terreno dos carros de combate.

As unidades a cavalo devem apoiar o ataque com carros de combate bem de perto, assegura a posse do terreno conquistado e cobre a reunião dos carros de combate.

O Esquadrão de Carros de Combate normalmente marcha na testa das colunas motorizadas. Fornece a sua própria vanguarda, se necessário, que será constituída comumente de um Pel. Se as demais tropas da Divisão marcham em duas colunas as unidades motorizadas formarão, em princípio, uma terceira coluna.

Um Esquadrão de Carros de Combate pode ser empregado reforçado por unidades de fuzileiros e de metralhadoras transportadas em caminhões e uma unidade de carros blindados, para apoderar-se de uma chave de posição distante ou para cumprir missão semelhante.

Os carros de combate, em princípio, não atacam durante as horas da noite, isto, é, enquanto não houver luz.

A DEFESA NACIONAL é do Exército

Trabalhar para ela é trabalhar
PARA O EXÉRCITO

MANDEM SUAS
COLABORAÇÕES

Cousas Práticas

ADQUIRIR livros
pelo serviço de reem-
bolso postal da secção
de publicidade de
“A Defesa Nacional”.

CAIXA POSTAL N.º 32
MINISTÉRIO DA GUERRA
RIO DE JANEIRO

Serviço rápido e seguro

EFEITO DOS PROJÉTIS

Pelo Major PASTOR ALMEIDA

ORGANIZAÇÃO DO TERRENO

I — Generalidades.

O conhecimento do efeito dos projetís, no estudo da organização do terreno, assume capital importância, quando se procura estabelecer as condições, que uma determinada organização defensiva deve satisfazer, para proporcionar as tropas ocupantes *proteção suficiente*, contra os meios de destruição do inimigo:

- projetís de infantaria;
- projetís de artilharia;
- bombas de aviação.

A conclusão principal deste estudo será a fixação das dimensões das camadas protetoras dos abrigos, *que são os órgãos essenciais da defesa*.

Tanto para estes, como os demais órgãos de uma posição defensiva, o ideal seria subtraí-los, sempre, as vistas do inimigo, pela dissimulação, evitando, assim, a ação eficaz dos seus tiros regulados.

Os aperfeiçoados meios de observação e a ação em massa, da artilharia, não permitem tão fácil solução e acarretam, o estabelecimento de umas tantas condições, que evitem ou atenuem os efeitos destruidores desses projetís, quando atingem o objetivo.

O disfarce e a dispersão das obras no terreno são, sempre, indispensáveis no conjunto da posição defensiva, o lado dessas outras condições, que do presente estudo vamos deduzir.

Sómente sobre este aspecto é que nos interessa, o estudo do efeito dos projetís.

Esse efeito resulta dos seguintes fatores:

- penetração;
- explosão;
- sopro;
- choque.

II — *Projetís de infantaria.*

Nos projetís de infantaria só temos a considerar o fator penetração.

O quadro abaixo dá indicações sobre o poder de penetração dos projetís de fuzil, modelo 1908.

Natureza do material	Penetração às distâncias		Observações
	100	500 m.	
Areia seca	25 mm.	40 mm.	As balas quebram devido à grande velocidade.
Madeira — pinho	60 à 100 mm	100 à 110 mm.	
Alvenaria de tijolo	10 mm.	10 à 12 mm.	
Placas de aço-níquel	5,75 mm.	3,5 mm.	

Do quadro podemos concluir:

- que a areia, bem como a terra vegetal ou a argila, são meios normais de proteção, contra os tiros de infantaria;
- que a constituição das massas cobridoras, de terra ou areia, são muito facilitadas, com o emprego de sacos cheios de areia;
- que as madeiras constituem, também, anteparos de facil instalação, mas exigem a fixação e uma espessura conveniente, tendo em vista a qualidade da madeira e • seu grau de secagem.

III — *Projetís de artilharia.*

No estudo dos projetís de artilharia devemos considerar, ainda, os seguintes fatores:

- sistema de escorvamento;
- peso e força do projétil;
- força viva restante;
- natureza do maciço de proteção;
- ângulo da trajetória com a superfície do maciço;
- quantidade de explosivo.

Penetração.

A penetração depende:

- do sistema de escorvamento;
- do peso e forma do projétil;
- da força viva restante e natureza do maciço protetor;
- do ângulo da trajetória com a superfície do maciço.

O valor correspondente a esses elementos varia:

- com o material de artilharia;
- com o tipo de projétil empregado pelo inimigo, que tende sempre a melhorá-lo.

Na falta de dados mais seguros, citaremos no presente, os projéteis empregados, no fim da Grande Guerra.

Para outros tipos que possam aparecer, o modo de encarar as suas características, tornar-se-á aqui conhecido.

— Sistema do escorvamento.

Para o escorvamento são empregadas:

- espoletas instantâneas, sem retardo;
- espoletas instantâneas, com retardo.

As primeiras produzem a explosão logo que o projétil atinge o objetivo (menos de 1/100 de segundo), equivalendo a uma carga de explosivo superficial.

Produzem no sólo, apenas, um pequeno funil.

As espoletas com retardo (0,17 a 0,25 do segundo) produzem os efeitos de um forninho comum sobrecarregado ou camouflet, dependendo dos outros fatores, que limitam a penetração.

— *Fôrma do projetil.*

Quando se quer obter uma grande penetração, em particular nos concretos, emprega-se o projetil de semi-rutura, caracterizado por uma espessa ponta de ogiva, de aço endurecido e escorvamento no culote (protetis de marinha).

Este projetil contém, por consequência, uma percentagem de explosivo muito inferior à de um projetil alongado, do mesmo calibre.

— *Peso e força viva restante do projetil.*

O peso influe na força viva restante adquirida pelo projetil.

A força viva mecânica, restante no ponto de quéda, é igual ao semi-produto da massa, pelo quadrado da velocidade restante.

A título de informação, o projetil de 155 penetra 1.60 m nas terras médias e 0.45 m no concreto.

Os projetis de artilharia de trincheira tem uma penetração relativamente fraca, não obstante os grandes ângulos de quéda, em virtude de suas fracas velocidades restantes.

— *Ângulo de incidência.*

O projetil penetra a uma profundidade tanto maior, quanto maior for o ângulo de incidência.

Resulta, pois, como necessidade para atingir os abrigos, o emprego de canhões curtos: obuzes e morteiros.

O ângulo considerado é o que a tangente à trajetória, no ponto de queda, forma com a superfície exterior do maciço.

Os quadros seguintes, II e III, mostram a influência, que esse ângulo exerce, na penetração do projetil sobre um maciço de terra ou de concreto.

Do quadro II, podemos concluir:

- nas terras, os projetís de artilharia, que penetram mais profundamente, são os que a trajetória faz com o maciço, um ângulo superior à 40 graus;
- abaixo de 40 graus e até 25 graus, são ainda a temer, porque, eles podem vir atingir a base dos abrigos;
- os projetís de artilharia penetram menos em um terreno de contra-vertente, que de uma vertente voltada para o inimigo;
- há, sempre, vantagem em dar ao maciço uma inclinação no sentido da direção do projetil.

Do quadro III, podemos concluir:

- Não penetram no concreto, senão os projetís lançados:
- em tiro vertical contra as lages;
- em tiro direto contra os muros;
- um projetil que, depois de ter de ter atravessado o terreno atinge um maciço de concreto, sob um fraco ângulo, ricocheteia, mas pode ser mantido, pelo terreno, contra o maciço.

Penetração máxima.



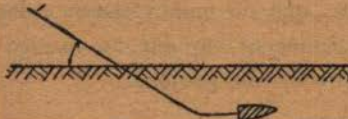
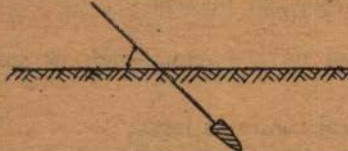
Das ligeiras noções acima fixadas, interessa-nos, principalmente, conhecer a penetração máxima dos projetís, pois esse é o caso mais desfavorável.

Seria, sem dúvida, difícil prevermos, no decorrer de um combate, onde tantos outros dados úteis desconhecemos, o sistema de escorvamento ou o ângulo de tiro, a ser empregados pelo inimigo.

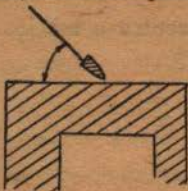
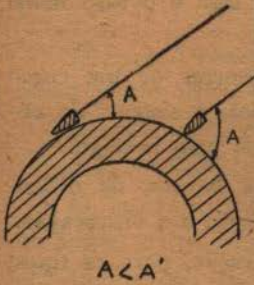
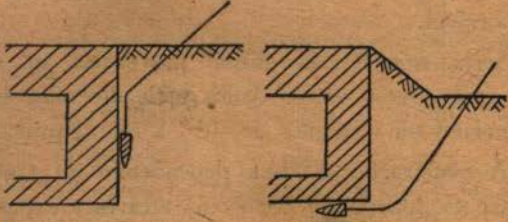
A penetração máxima dependendo de tantos fatores, de difícil medida, só poderia ser conhecida através a experiência e a observação.

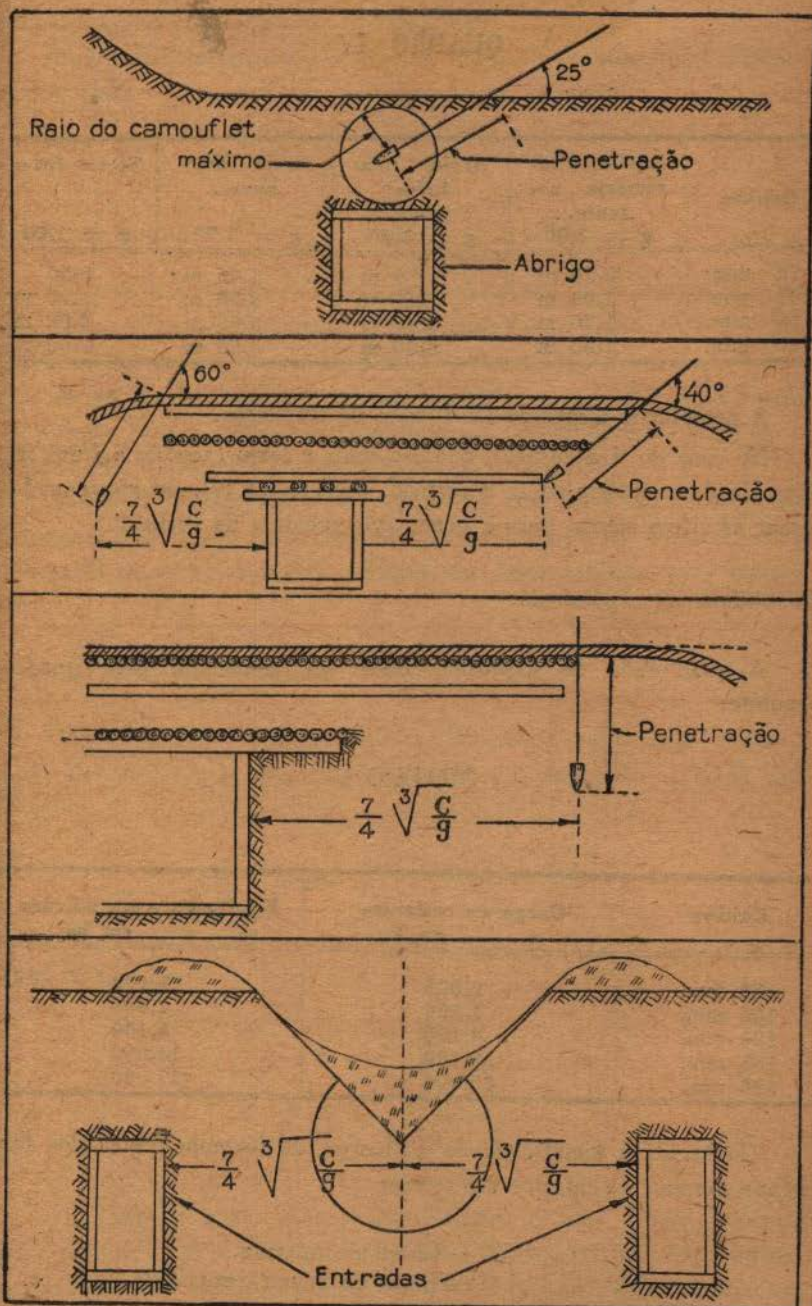
O quadro abaixo nos dá o valor dessa penetração, para os tipos de projetís conhecidos, no fim da guerra de 1914-18 e nos terrenos de média consistência.

QUADRO II

Angulo de queda	Penetração no sólo	Observações:
De 0° a 15°		Há ricochete. O sulco aberto e raso.
De 15° a 25°		Há ricochete depois de certa penetração do projétil.
De 25° a 40°		O projétil, depois de certa penetração, tende, a voltar à superfície.
Superior a 40°		O projétil se enterra em percurso retilíneo, dependendo da velocidade restante.

QUADRO III

	Angulo	Trajéto
	De 0° a 45° De 45° a 60° De 60° a 90°	Ricochete certo. Ricochete possível mas não certo. Penetração em ricochete.
		



QUADRO IV

Calibre	Rocha ou al- venária co- mum. g = 3,00	Areia com tufos g = 3,00	Areia com- pacta. g = 1,75	Terra fraca g = 1,20
75 mm.	0.70 m	1.20 m	1.60 m	3.50
105 mm.	1.00 m	1.60 m	2.20 m	5.00 m
155 mm.	1.30 m	2.30 m	3.00 m	6.00 m
220 mm.	1.50 m	3.00 m	4.00 m	8.50 m

A penetração é medida na direção da trajetória.

No caso do tiro vertical, que é o mais a temer, devido a fraca inclinação da trajetória sobre a vertical, pode-se em cálculo aproximado, tomar as cifras acima, para a penetração máxima na vertical.

Quantidade de explosivo.

A quantidade de explosivo pode ser conhecida pelo quadro seguinte:

QUADRO V

Calibre	Carga de melenite em kg	Equivalente em pólvora em kg
75 mm.	0,825	1,100
105 mm.	1,800	2,400
120 mm.	4,100	5,400
155 mm.	10,400	14,000
220 mm.	35,000	47,000

Conhecida a quantidade de explosivo, da fórmula básica dos for-
nilhos comuns, no interior das terras:

$$C = gH^3 \dots (1) \dots \begin{cases} C - \text{Carga de pólvora.} \\ H - \text{linha de menor resistência.} \\ g - \text{coeficiente do terreno.} \end{cases}$$

deduziremos os elementos que nos interessam.

A equivalência entre a pólvora e a melenite é dada pela fórmula aproximada:

$$C_p = \frac{4}{5} C_m \dots\dots\dots (2).$$

Efeitos da explosão.

Como já dissemos, o forninho provocado pela explosão do projétil pode ser comum, sobrecarregado, subcarregado ou camouflet, tudo dependendo da relação do valor de H e da penetração máxima.

De tais forninhos só nos interessa conhecer os seus efeitos interiores, permitindo fixar a distância, a que devem ficar, as paredes e o teto do abrigo, afim de escapar à possibilidade de destruição.

Assim sendo, não é difícil lembrarmos, que esses efeitos são, praticamente, iguais para uma carga C , quer seja o forninho comum, sobre-carregado ou subcarregado e atingem um valor máximo nos "camouflets".

Raio do "camouflet" máximo.

Chamando R a distância onde se faz sentir com certa violência esses efeitos, para o "camouflet" máximo, o seu valor é dado pela relação:

$$R = 7/4 H \dots\dots\dots (3).$$

O valor de H pode ser deduzido da fórmula (1), conhecidos os valores de C e g .

$$H = \sqrt[3]{\frac{C}{g}}$$

$$R = \frac{7}{4} \sqrt[3]{\frac{C}{g}} \dots\dots\dots (4).$$

Dispensando cálculos mais aproximados e não fazendo nenhuma hipótese sobre o tipo de abrigo adotado, o valor de R dado pela fórmula acima, assegura um afastamento com boa margem de segurança, quer no sentido horizontal, quer no sentido vertical.

O “camouflet” máximo, também depende do comprimento do projétil e espessura das paredes.

Atualmente, para o material moderno, são as seguintes as categorias dos projéteis utilizados:

- granada alongada de aço;
- granada de ferro acerado;
- granada de ferro fundido.

Conhecidas as cargas dos projéteis, torna-se fácil resumir em um novo quadro os valores de *R*.

QUADRO VI

Raio do “camouflet” máximo produzido pelas granadas

Calibres	<i>g</i> = 3,00	<i>g</i> = 2,25	<i>g</i> = 1,75	<i>g</i> = 1,20
75 mm.	1,20	1,40	1,50	1,70
105 mm.	1,60	1,90	2,00	2,25
120 mm.	2,20	2,40	2,54	3,00
155 mm.	2,90	3,30	3,50	4,00
220 mm.	4,30	4,90	5,25	6,00

Sopro.

O sopro produzido pela explosão, em determinadas condições, pode ocasionar sérios danos a um abrigo.

O Cmt. GUERRIOT cita no seu “Curso de Construções — Abrigos”, os seguintes casos:

- Um projétil de artilharia de trincheira (95 kg) cai sobre uma entrada de abrigo-caverna, cujos dois primeiros caixilhos ficam destruídos.
- O sopro, excessivamente violento, poupa a galeria em descida, bem escorada, mas levanta o céu do corpo do abrigo, sem enchimento, derruba seis caixilhos, não escorados e provoca um desmoronamento de cerca de 20 metros cúbicos, ferindo três homens.

— Um projétil de 150 mm. explode em frente a uma entrada de abrigo-caverna, o sopro do projétil provoca o derrubamento de todos os caixilhos da entrada, colocados perpendicularmente ao declive, e não escorados; em seguida, o desmoronamento completo desta entrada e de uma parte do corpo do abrigo, onde perecem seis homens.

Qual o ensinamento a tirar?

Necessidade absoluta de *escorar, muito cuidadosamente, as galerias de entrada e o corpo do abrigo, e fazer o enchimento completo do céu e das paredes.*

O efeito do sopro sobre as rês de arame são, também, consideráveis.

Choque.

O choque que o projétil transmite ao maciço de proteção pode causar sérios danos à organização, conforme a natureza do material desse maciço e a força viva restante do projétil.

Nos maciços de concreto é que se tornam mais perigosos esses efeitos.

Nos terrenos de fraca consistência, o amortecimento progressivo ou oposto pelas camadas de terra ou madeira, torna-os insignificantes, em confronto com efeitos de explosão.

IV — *Bombas de aviação.*

Aos projéteis de aviação, aplicar-se-iam as mesmas disposições estudadas, com relação aos de artilharia, notando-se que o ângulo da sua trajetória com o plano horizontal é, aproximadamente, de 90°.

No entanto, os seus efeitos são muito menos temerosos, porque:

- a precisão do bombardeamento é muito mais deficiente;
- o lançamento dos projéteis, não podendo exceder de uma certa altura, pois se tornariam de nenhum efeito, sobre alvos reduzidos, restringe de muito a velocidade de chegada do projétil, portanto, sua força viva.

As condições de proteção, contra os projéteis de artilharia, deixam uma larga margem de segurança, contra os da aviação.

V — *Efeitos dos projéteis sobre as organizações defensivas.**Abrigos*

Pelas fórmulas e quadros anteriores, conhecemos:

- a distância, que se deve manter o abrigo, para não ser atingido pelos efeitos interiores da explosão do projétil;
- a penetração máxima dos vários projéteis, nos diversos terrenos.

Fácil se torna, agora, fixar a espessura da camada de terreno necessária à proteção de um abrigo subterrâneo.

Ela é dada, pela soma dos dois valores acima citados, isto é, a soma das parcelas correspondentes dos quadros IV e VI.

QUADRO VII

Espessura de terreno necessária para proteger um abrigo subterrâneo

Calibre	$g = 2,50$	$g = 2,00$	$g = 1,75$	$g = 1,20$
75 mm.	2,33	2,88	3,10	5,20
105 mm.	3,20	3,74	4,20	7,25
120 mm.	—	—	—	—
155 mm.	3,20	5,80	6,50	10,00
220 mm.	7,35	8,40	9,25	14,50

Observação — Não consegui dados sobre o 120 mm.

Conforme vemos neste quadro, a espessura do maciço de proteção exige, às vezes, profundidades exageradas, dificultando a comunicação do abrigo com o exterior.

Atenua-se este inconveniente com o emprego de camadas intercaladas de paus roliços.

Para os abrigos a céu aberto, o número dessas camadas e as de terra, afim de resistir aos vários calibres, é dado no seguinte quadro:

QUADRO VIII

Constituição de uma camada protetora em paus roliços e aterro

Calibre	N.º de camadas de paus roliços	Camada de aterro	
		Número	Espessura
75 mm.	2	1	0.50 m
105 mm.	2	1	1.00 m
155 mm.	3	2	0.50 m
220 mm.	4	2	0.50 m

As camadas de paus roliços são colocados uma perpendicularmente, em relação à outra.

No caso de 220, as duas camadas inferiores ficam em contacto, sem interposição de aterro.

Quando procuramos fixar a distância a ser mantida pelo abrigo, com relação ao centro de explosão do projétil, chegamos à conclusão que, quer no sentido vertical, quer horizontal, deveria ser no mínimo igual ao raio de explosão do "camouflet" máximo.

Verticalmente, já vimos como assegurar essa condição, nos abrigos a céu aberto.

No sentido horizontal, torna-se necessário dar às camadas de paus roliços uma extensão tal que, ao se dar a explosão do projétil, após a sua penetração máxima, a distância da parede interna do abrigo se mantenha superior ao valor acima referido.

Quanto aos abrigos de concreto, será assunto de outro trabalho.

Distância entre as entradas.

A condição primordial é que o mesmo projétil não destrua, ao mesmo tempo, as duas entradas obrigatórias do abrigo, soterrando os seus ocupantes, ou então, matando-os por asfixia, se não forem socorridos em tempo.

Chamando de D a distância que separa as duas entradas, a condição é satisfeita pela relação:

$$D = 2 \times \frac{7}{4} \sqrt[3]{\frac{C}{g}}$$

Para atenuar os efeitos do sopro, reduz-se o intervalo entre os caixilhos das galerias de entrada, reforçando o mais possível o seu escoramento.

Procura-se, igualmente, fazer o enchimento completo e compacto do céu e das paredes dos abrigos.

Normais e paralelas.

Os tiros de artilharia sobre as sapas e trincheiras são tiros de precisão e observados.

Os tiros de enfiada são os mais perigosos.

A proteção dessas linhas apoia-se na sua mais perfeita dissimulação, criando-se, mesmo, falsas posições.

Além disso, levando em conta o desvio provável em alcance, as distâncias médias da artilharia pesada, desvio que é de cerca de 30 metros, devem ser atendidas as seguintes condições:

- os diferentes órgãos essenciais da defesa, P.O., P.C., postos de espreita, instalações para metralhadoras, etc., devem ficar a uma distância de, pelo menos, 30 metros, ou melhor ainda, 50 metros, das normais e paralelas visíveis da posição;
- as probabilidades de os atingir diminuirá, desde que sejam colocados a três desvios prováveis, isto é, de 80 a 90 metros, das linhas visíveis;
- os salientes importantes são pontos fracos, porque a artilharia adversária pode destruí-los mais facilmente por um tiro de enfiada;
- dar às normais um traçado tortuoso, com sinuosidades de grande amplitude (30 metros), pelas razões já mencionadas.

Defesas acessórias.

Os tiros de destruição das rêdes são, também, cuidadosamente regulados pela observação terrestre.

A primeira conclusão é imediata: *dissimular as rêdes, tanto quanto possível, às vistas diretas do inimigo* (rêdes baixas, quando fôr possível).

Pelas mesmas razões da amplitude do desvio provável em alcance, que já vimos, é necessário, também, manter a rede a uma distância mínima de 30 metros, ou melhor, de 50 metros, da organização que ela defende.

A INFANTARIA MODERNA Na Travessia dos Cursos d'Água

(Cap. TH. LIPSCOMB, *Infantry Journal*)

(Traduzido e adaptado pelo Ten. Cel. MAC CORD)

Uma análise da reorganização das unidades do exército e das novas concepções da tática de infantaria insertas no último Manual de Campanha, juntamente com os progressivos ensinamentos das repetidas lições da Guerra Européia, lançam inquietante dúvida sobre o grau de eficiência das nossas equipagens regulamentares para a travessia dos cursos d'água, no que concerne à possibilidade de cooperarem com êxito para a perfeita execução do abastecimento e do apoio da infantaria em uma travessia à viva força. Progressos tecnológicos permitem o aperfeiçoamento dos engenhos de guerra e dos meios de transporte, derivando-se daí os novos princípios táticos. O armamento dos meios de transporte e da tática das armas combinadas, exceto no que diz respeito à travessia de rios. Neste ramo, o progresso tem sido mais aparente do que real.

As deficiências das equipagens em apreço tornar-se-ão sensíveis ao observador desprevenido sómente por ocasião do seu emprego real nas batalhas ou em futuros exercícios simulados com unidades completamente equipadas e nos quais os abastecimentos se realizam na íntegra, levando-se cada homem, cada canhão, cada veículo a efetuar a transposição dos cursos d'água, sem ter sido admitida previamente a hipótese de que o inimigo deixara pontes intáctas, convenientemente localizadas no eixo das estradas. Na verdade, equipamento similar ao atual foi utilizado com sucesso na Primeira Guerra Mundial. Agora, porém, os mais ativos estudiosos dos relatórios militares vindos do estrangeiro chegaram à conclusão de que a arte da guerra se assemelha hoje menos à Primeira Guerra Mundial do que esta se assemelhava à Guerra Civil. (Secessão). O presente artigo examinará a tática de travessia de cursos d'água no que interessa aos meios a serem utilizados pela engenharia e apresentará sugestões para equipamento que venha satisfazer aos requisitos modernamente exigidos pelas necessidades militares, conforme os ensinamentos da experiência.

Ao estudar a moderna tática de travessia de rios, é conveniente examinar primeiramente os efeitos das novas armas, engenhos e equipamentos do ponto de vista do atacante e, em seguida, do ponto de

vista do defensor. Do lado do atacante, o uso de morteiros e de tanques, o apoio pelo fogo e a observação aérea permitem o combate eficiente à metralhadora, rainha do campo de batalha na Primeira Guerra Mundial. O emprego de caminhões habilitam o atacante a lançar suas reservas rapidamente e a fazer avançar as enormes quantidades de munição de infantaria exigidas pela multiplicidade de armas pesadas, especialmente canhões anti-tanques e morteiros. Isto induziu a maioria dos observadores a admitir que, agora, a guerra ofensiva tem ascendência sobre a defensiva. Mas, em uma operação de passagem de rio, muitas vantagens da guerra ofensiva não se apresentam nos primeiros momentos. Até que os tanques anfíbios estejam aperfeiçoados e possam ser empregados em grandes quantidades, os veículos mecanizados serão de pequeno proveito nas fases iniciais de uma travessia de rio. Além disso, os veículos motorizados não podem ser transportados para a outra margem em grande número senão pela utilização de uma ponte para esse fim especialmente construída, e, sem eles, o remuniciamento da infantaria é exequível sómente a pequenas distâncias e durante intervalos periódicos de tempo.

Por outro lado, o emprego de tanques e veículos motorizados permite às reservas do defensor grande mobilidade e potência de fogo. Se ele pode contra-atacar, enquanto as forças atacantes estão ainda operando a travessia terá grande probabilidade de sucesso. A mobilidade dos tanques modernos e da infantaria motorizada permitirá ao comandante de uma força defensiva bem organizada empreender um contra-ataque coordenado quasi que em qualquer ponto, dentro de uma a duas horas após a sua decisão. Na realidade, admite-se que um atacante tenha comumente supremacia aérea, sendo certo que o emprego de sua aviação convenientemente articulada com a artilharia de longo alcance possa interferir decisivamente com a preparação de um contra golpe pelo defensor. Contudo, a supremacia aérea é tão relativa como qualquer outro fator de preponderância de guerra e, de maneira alguma, constitui, por si, uma garantia de vitória para o atacante. Seu efeito sobre o resultado final é função da sua grandeza e das disposições das reservas do defensor, bem como da natureza do terreno em que for lançado o contra-ataque.

Do que foi dito acima podemos concluir que, agora, mais do que nunca, é essencial que um atacante reduza ao mínimo o período fatal em que suas forças a cavalo do rio. Visto necessitar o defensor de algum tempo para decidir quanto ao ponto em que será realizado o contra-ataque, a força atacante pode contar com um intervalo de tempo até três horas, depois da hora H, antes que surja um contra-ataque eficiente, tudo dependendo do segredo com que foi preparado o ataque e da atuação da força aérea em dismantelar a organização do contra-ataque. A antiga noção, tantas vezes adotada nas manobras de tempo de paz, de atacar a linha de um rio pela manhã, capturar o segundo objetivo

(primeira linha de pontos defensivos importantes do terreno) pelo meio da tarde e empreender o ataque ao terceiro objetivo (algumas milhas além do rio) pela manhã seguinte, deve ser agora considerada obsoleta. Todos os canhões anti-tanques orgânicos e a maioria dos transportadores das armas de infantaria devem encontrar-se efetivamente na margem oposta dentro de duas a quatro horas após o assalto inicial. Se o sucesso da travessia tem de ser explorado em larga escala, grandes unidades das forças blindadas devem ser passadas para a margem oposta no mesmo dia, partindo tanto quanto possível logo depois do ataque inicial.

Antes de entrar na apreciação dos meios de que a engenharia deve dispor para essas travessias rápidas, é aconselhável salientar a vantagem de um ataque vespertino debaixo das modernas condições. Naturalmente, nem todos os ataques podem ser feitos à tarde e os meios distribuídos à engenharia não devem ficar na dependência exclusiva dessa hipótese. Todavia, quando o ataque é realizado à tarde, de maneira a permitir a captura do segundo objetivo ao escurecer, a enorme vantagem que o defensor possui na mobilidade das suas reservas mecanizadas e motorizadas é reduzida ao mínimo. Seus tanques estão praticamente imobilizados até o amanhecer. O atacante dispõe de toda a noite para construir suas pontes e concentrar seus canhões antitanques, seus tanques e sua artilharia na margem oposta, sob a proteção da obscuridade, afim de enfrentar o contra-ataque inimigo e prosseguir o avanço no dia seguinte. Uma travessia de rio iniciada à tarde, contudo, perde a vantagem do sigilo, a principal característica de um ataque matutino. Isto pode ser atenuado em parte, pelo menos, com o emprego de fumaça e pela realização intensiva da preparação de artilharia e bombardeio aéreo, assim como do tiro das armas de apoio de infantaria.

Na determinação dos meios adequados para as travessias, os tipos de cargas devem ser analisados. Cada regimento de infantaria possui agora 107 caminhões de meia tonelada para o transporte de armamento, doze dos quais rebocam canhões antitanques de 37 mm. Nem todos esses caminhões transportam armas, mas quasi todos são utilizados como transportadores de munição e cerca de dois terços são indispensáveis ao regimento nos ataques de envergadura realizados a distância maiores de uma a duas milhas do curso d'água. Além disso, cada regimento de infantaria possui quarenta e três caminhões de 1.1/2 toneladas. Esses caminhões pesam, quando carregados, cerca de 5.1/2 toneladas, que é a maior carga de um regimento de infantaria. A maioria dos caminhões de 1.1/2 toneladas não é indispensável ao regimento nas primeiras fases de um ataque de travessia de rio.

O transporte da artilharia de apoio imediato (105 mm) e da maior parte dos outros elementos maiores da divisão ternária é feita principalmente em caminhões de 2.1/2 toneladas, que pesam, quando

carregados, cerca de oito toneladas. O batalhão de artilharia média e o batalhão de engenharia, juntos, contêm um total de dezenove caminhões de 4 toneladas que pesam, quando carregados, cerca de 12.1/2 toneladas. No conjunto, a divisão ternária de infantaria possui 48 caminhões, pesando 5.1/2 toneladas ou menos, 368 pesando cerca de 8 toneladas e dezenove pesando cerca de 12.1/2 toneladas. As cargas rebocadas são geralmente bastante leves e ficam suficientemente afastadas do veículo motor, de maneira a apresentar pequeno efeito suplementar à estabilidade de uma ponte flutuante de pequeno vão.

Em uma operação de travessia de rio, uma divisão de infantaria tem muitas vezes de prover os meios para a transposição de unidades de tanques CHQ (General Headquarters = Grande Quartel General), que acompanham os elementos de infantaria nas fases adiantadas do ataque. O atual tanque leve pesa cerca de 13.1/2 toneladas e um batalhão de tanques leves GHQ, que é a menor unidade empregada nas missões de acompanhamento de infantaria, possui 54 desses veículos. As grandes unidades das forças blindadas poderão prover os próprios meios de transposição, mas, naturalmente, é muito mais de desejar que as pontes construídas para as divisões de infantaria possam suportar a maioria das cargas da divisão blindada. Assim, é evidente que o tanque de 13.1/2 toneladas, apenas ligeiramente mais pesado do que alguns caminhões da divisão de infantaria, devem ser tomados como a carga limite de uma ponte para as unidades de apoio de uma divisão.

O emprego de pequenos botes, dotados ou não de motores, para transportar tropas de assalto a pé tem aprovado satisfatoriamente sob as modernas condições. Assim, também, o lançamento de passarelas para as tropas de apoio. A passarela e o bote de assalto regulamentares, juntamente com os botes pneumáticos de reconhecimento e os botes velozes de motor, a serem em breve regulamentados, servirão perfeitamente para o transporte das tropas a pé. Então, o problema que, agora, demanda mais acurado estudo é o da transposição rápida dos rios pelos veículos.

Há dois tipos fundamentais de meios de transposição para veículos: pontes e portadas. As portadas têm a vantagem sobre as pontes em apresentar menor vulnerabilidade ao fogo inimigo devido à sua mobilidade e à quantidade relativamente menor de equipamento e de homens utilizada na sua construção e no seu manejo. A capacidade de carga-peso das portadas não é menor do que o das pontes construídas com o mesmo material, mas a capacidade das portadas em veículos-por-hora é tão pequena que elas se tornam impróprias ao trabalho de transportar veículos com o rendimento desejado, a não ser que sejam empregadas em grande número, o que em via de regra é impraticável. Isso é tanto mais verdadeiro quanto, na realidade, a maioria das regiões escolhidas para a travessia apresentam apenas alguns locais em que as pontes e as portadas possam ser construídas sem a necessidade

de preparação demorada de extensas estradas de acesso. As portadas têm considerável valor para os reconhecimentos, para o transporte de pequenas cargas de grande peso e para emprego como processo alternativo, quando a pressão do inimigo impossibilita a construção e a utilização de pontes. As pontes devem, contudo, constituir, em via de regra, a espinha dorsal de uma travessia de rio, em qualquer etapa.

Chegamos, então, ao âmago da questão: que tipo ou tipos de equipagens de pontes deve a divisão de infantaria possuir? O princípio de simplicidade — possuir tão poucos tipos quanto possível — não deve ser desprezado, mas o essencial é que as pontes fornecidas sejam suscetíveis de rápida montagem, apresentando ao mesmo tempo capacidade suficiente, tanto em relação à carga total como ao número de veículos por hora, afim de atenderem ao grande volume de tráfego esperado.

No caso de haver necessidade de transportar grande quantidade de caminhões de armamento de infantaria enquanto o ataque progride por uma milha e meia ou duas milhas além da segunda margem, ou no caso em que os caminhões de armamento e os canhões antitanques devam encontrar-se na margem oposta dentro de duas ou três horas após o início do ataque, tais caminhões e canhões devem normalmente ser levados para aquela margem antes mesmo de ser possível eliminar a observação de artilharia inimiga. A doutrina atual sustenta que uma passarela pode ser construída antes dessa observação ser anulada, mas que a construção da ponte de barcos leve regulamentar (10 toneladas) deve ser deixada para depois.

As vantagens da passarela são: facilidade de substituição de trechos avariados, pequena concentração de homens e de veículos necessários à sua construção e possibilidade de serem construídas em grande número, de maneira a apresentar ao inimigo um alvo muito disperso. Na época em que as armas de apoio da infantaria e a respectiva munição eram em grande parte transportada em carretas puxadas por muares e o remuniciamento constituía um assunto menos complexo, uma ponte em carreta era suprida para acompanhamento da infantaria, possuindo material para construção de passarelas no princípio da operação. Uma ponte em veículo de motor para substituir a ponte em carreta destinada ao transporte de todas as cargas regimentais da infantaria (máximo de 5.1/2 toneladas), — ponte que deva, tanto quanto possível, possuir as vantagens da ponte em carreta com passarela — parece assim ser um elemento indispensável da equipagem de ponte da engenharia. Presentemente, nenhuma ponte em tais condições é regulamentar. Como já foi demonstrado, uma ponte, satisfazendo a todas as necessidades da divisão de infantaria, deve suportar 15.1/2 toneladas. Afim de alcançar essa capacidade de transporte de peso, é claro que as vantagens essenciais à ponte de acompanhamento da infantaria teriam de ser sacrificadas em grande

extensão. Em consequência, dois tipos de pontes flutuantes devem ser criados.

Realizaram-se recentemente experiências com uma ponte flutuante leve, na qual meios pontões de madeira laminada suportam dois taboleiros separados paralelos, com três pés de largura cada uma e feitos também de madeira laminada, com corrimões pela parte interna. Essa ponte é construída na margem e impelida para a água a braços, a proporção que as secções vão ficando concluídas. A parte mais pesada, um dos meios pontões, é transportável por quatro homens, podendo a ponte ser construída pelo mesmo processo do da atual passareira. As experiências realizadas com esse equipamento revelaram a possibilidade da sua adoção com as seguintes especificações:

1) Suportará todas as cargas da infantaria, movimentando-se com a velocidade de duas milhas por hora, pelo menos;

2) 360 pés de ponte com sobressalentes podem ser transportados em sete caminhões basculantes de 1.1/2 tonelada rebocando sete veículos de duas rodas;

3) Uma ponte de 300 pés de comprimento pode ser construída por 60 homens dentro de uma hora após a chegada dos homens e do material ao ponto de passagem, não incluindo o tempo e os homens necessários para os trabalhos nas estradas de acesso;

4) As secções avariadas por ação inimiga podem ser rapidamente substituídas sem dismantelar as outras partes;

5) O equipamento é requisitável em grandes quantidades em situações de emergência.

Tal ponte resolverá o problema de transposição rápida da maior parte dos rios pelos veículos da infantaria. Todavia, não se prestará para o emprego em cursos d'água de mais de 500 pés de largura, devido às dificuldades de ancoragem rápida em rios dessa natureza. Esse tipo de ponte leve deve ser destinada à engenharia de divisão.

Como acima ficou dito, a carga padrão para a ponte divisionária é o tanque leve que atualmente pesa 13.1/2 toneladas. Mas, em vista da velha tendência de aumentar o peso da couraça e do armamento dos nossos tanques leves, seria aconselhável projetar a ponte para uma carga mínima de quinze toneladas. Isso dar-lhe-ia também, como veremos em seguida, capacidade para as cargas de todos os corpos. Uma característica adicional de grande interesse é ser a ponte de 15 toneladas suscetível de rápido reforço de maneira a permitir o transporte do tanque médio (28 toneladas, presentemente), que é especialmente empregado como tanque de acompanhamento destinado à destruição de tanques inimigos e armas antitanques. A previsão dos meios para esse reforçamento dispensaria também a necessidade da atual ponte de 25 toneladas e, assim, manteria o número total de equipagens de pontes regulamentares em dois, como atualmente sucede. A ponte regulamentar de 10 toneladas transportará o tanque de 13.1/2

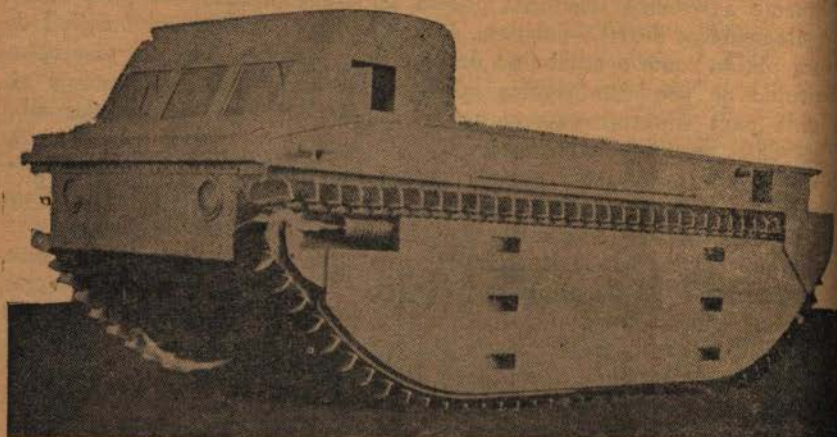
toneladas, deslocando-se com menores velocidades e com outras precauções. Todavia, as baixas velocidades reduzem a capacidade da ponte em número de veículos por hora.

Experiências recentes com a ponte de viga armada de aço H-10 indicaram que, se a superestrutura é bastante rígida, cargas de cinquenta a sessenta toneladas podem ser transportadas nos pontões regulamentares de 10 toneladas. A rigidez na superestrutura é difícil de ser obtida como o atual tipo de piso de pranchões, mas um piso constituído de pequenas vigotas aproximadas pode tornar-se bastante rígido para suportar uma carga de 15 toneladas em velocidades adequadas. Semelhante piso não permite ordinariamente a passagem de veículos puxados por animais, porém um ligeiro soalho pode suprir essa deficiência quando necessário, sem alteração do conjunto. Esse tipo de taboleiro de ponte eliminará grande número de elementos e muitas operações de construção que acarretam presentemente uma concentração desnecessária de pontoneiros no local. Afim de reforçar a ponte com o objetivo de permitir a passagem do tanque médio, a distância entre os pontos pode ser reduzida e maior número de vigas intercaladas entre as primitivas. Assim, a ponte de 15 toneladas não reforçada poderia permitir a passagem de todas as cargas dos corpos e da divisão e o tanque leve. A ponte reforçada permitiria a passagem dos tanques médios e de todas as outras cargas até 30 toneladas ou mais.

A discussão acima sobre a ponte leve terminou com a afirmação de que esta ponte, como a passadeira, não se adapta ao emprego em rios de largura superior a 500 pés. A maioria das transposições de rio enquadrar-se-ão nesse limite, mas os rios mais largos terão também de ser atravessados.

Na transposição de rios largos, a concentração de material e de pessoal necessários à construção das pontes mais pesadas oferece grande alvo ao inimigo. Além disso, tais pontes exigem de quatro a seis horas para serem construídas com os processos atuais. Ainda, em vista desse tipo de ponte não poder ser lançado antes da captura do segundo objetivo, as unidades de assalto de infantaria terão de permanecer durante seis a dez horas na margem oposta, aguardando a construção daquela. Deve ser previsto algum dispositivo para assegurar-lhes o remuniamento e a possibilidade de emprego dos canhões antitanques. As portadas, conquanto úteis, têm capacidade limitada, e devem ser inteiramente destinadas à artilharia de apoio direto. Assim, para acompanhamento da infantaria, parece que um transportador anfíbio auto-propulsor constitui uma solução. Tais veículos não seriam blindados, destinando-se exclusivamente ao transporte de pessoal, munição, canhões antitanques e caminhões leves (1/4 de tonelada), após haver cessado o fogo das pequenas armas inimigas nos pontos de passagem. Eles operariam diretamente entre os depósitos de

munição e parques de canhões situados na primeira margem e os depósitos de munição e posições de bateria da margem oposta. O transportador anfíbio não seria um veículo de combate e não deve ser confundido com o tanque anfíbio, que teria características diferentes e emprego tático completamente diverso.



O "ALIGATOR" constitui um novo aperfeiçoamento nos transportes anfíbios

O Corpo de Marinha está agora adquirindo algumas centenas de veículos anfíbios denominados "Aligators" (Crocodilos). O Aligator é uma revelação comercial, podendo transportar uma carga de 7.000 libras, pelo menos, em condições desfavoráveis. Tem uma velocidade de cerca de 10 milhas por hora em águas de pequena profundidade, de 25 milhas por hora em terra firme e a possibilidade de atravessar pântanos e banhados com velocidade de mais de 10 milhas por hora. É de fácil manobra, tanto em terra firme como na água e nos banhados. O emprego do Aligator como meio de transporte de pessoal seria excepcional, visto que os botes ou pontões têm praticamente a mesma capacidade e apresentam a vantagem de requisição mais fácil e utilidade adicional em pontes e portadas.

O emprego do Aligator como transportador de material para um regimento de infantaria na travessia de um rio de 1 000 pés de largura, por exemplo, merece maior exame. Presume-se que um regimento de infantaria necessite 1.1/2 unidade de fogo, equivalente a 117 toneladas de munição de infantaria. Além disso, necessitaria seus doze canhões antitanques de 37 mm, pelo menos seis caminhões de 1/4 de tonelada para deslocá-los de uma posição para outra, e cerca de doze caminhões idênticos para o comando e outros fins. Um número aproximado de trinta e quatro viagens completas seria dispendido

por um Aligator somente para assegurar o remuniamento. As dimensões internas do Aligator permitem-no carregar dois canhões de 37 mm ou um caminhão de 1/4 de tonelada. Assim, um acréscimo de vinte e quatro viagens se impõe para essas armas e veículos, perfazendo um total de cinquenta e seis viagens completas para atender às necessidades do regimento de infantaria. Se a travessia referida tem de ser realizada num período de seis horas, cada veículo fazendo uma viagem completa por hora, pelo menos dez veículos serão necessários para atender ao regimento de infantaria. Admitindo uma perda de cinquenta por cento, cerca de quinze Aligators seriam necessários para cada regimento.

A unidade básica de engenharia para operar transportadores anfíbios de carga bem poderia ser uma secção dotada de cinco transportadores. Tal unidade seria destinada a atender a um batalhão de infantaria de primeira linha. Três secções constituiriam uma companhia, destinada normalmente a servir a um regimento. O batalhão com três companhias seria a maior unidade administrativa deste tipo e teria capacidade para acompanhar um divisão de infantaria. Batalhões de Aligators seriam tropas do GQG e destacados junto dos exércitos, corpos de exércitos e divisões, de acordo com as necessidades. Seriam empregados como transportadores de pessoal e material em operações de desembarque, em complemento às funções que desempenhariam nas operações de travessias de cursos d'água.

Em vista do transportador anfíbio de material ser necessário para a travessia dos rios largos, é razoável perguntar se ele pode também ser empregado nos rios estreitos e suprimir, assim, a ponte leve. A resposta repousa principalmente no fato de não poder transportar as viaturas de armamento da infantaria, que devem de preferência operar desembarcadamente entre as posições avançadas e os pontos de distribuição de munição da margem oposta. Quinze veículos, conquanto ligeiros, não podem substituir 107.

Um novo emprego que se tem pretendido para o Aligator é o de suporte flutuante para as pontes. Sendo auto-motriz e lançando-se à água por si mesmo, apresenta grandes vantagens para tal fim. Contudo, é claro que faria uma ponte muito pesada, cuja utilidade seria provavelmente limitada às Forças Blindadas.

Resumindo: parece que o progresso das armas modernas, dos veículos e da tática favorece mais ao defensor de uma linha d'água do que ao atacante, a menos que este consiga reduzir o tempo de travessia muito abaixo do valor permitido com o atual equipamento regulamentar. Essa dificuldade resulta principalmente do seguinte fato: embora tenhamos aumentado grandemente o número de armas de apoio e os requisitos da munição de infantaria, possuímos atualmente como meio de reposição dos cursos d'água uma reprodução modernizada da velha ponte transportada em carreta. A travessia pode ser mais

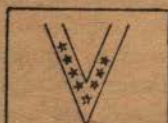
bem assegurada com o emprego de uma ponte leve, de acompanhamento de infantaria, para os rios comuns e por meio do emprego de transportadores anfíbios especiais de material para rios largos. A ponte divisionária necessita permitir a passagem de grande número de tanques leves logo no início da operação de transposição de um rio. A capacidade de carga das atuais pontes de 10 toneladas deve, portanto, ser aumentada para 15 toneladas e o tempo de sua construção reduzido, empregando-se pisos de vigotas, suportados por vigas armadas de aço seccionáveis, em vez dos pranchões e vigas de madeira dos tempos antigos. Esta substituição, juntamente com a provisão para o reforçamento da ponte para 30 toneladas, eliminará também a atual ponte de equipagem regulamentar de 25 toneladas. A transformação do equipamento de engenharia consistirá em substituir nossos tipos atuais de equipagens de pontes por dois novos tipos destinados a satisfazer às necessidades modernas da tática e da técnica e em criar um equipamento especial para a travessia dos rios largos e operações de desembarque.

CARTEIRA HIPOTECARIA — Empréstimos a longo prazo para construção e compra de imóveis. Contratos liberais. Resgate em prestações mensais.

CARTEIRA COMERCIAL — Descontos de efeitos comerciais, warrants e contas correntes garantidas.

DEPOSITOS — Em contas à vista e a prazo, mediante as seguintes taxas: MOVIMENTO, 3% ao ano; CONTA LIMITADA, 5% ao ano; CONTA PARTICULAR, 6% ao ano; PRAZO FIXO, 1 ano, 7% ao ano, 2 anos ou mais, 7 1/2% ao ano; COM AVISO PREVIU de 60 dias, 4% ao ano e 90 dias, 5% ao ano; A PRAZO COM RENDA MENSAL, 1 ano, 6% ao ano, 2 anos, 7% ao ano.

SECÇÃO DE VENDA DE IMOVEIS — Residências, Lojas e Escritórios modernos. Ótimas construções no Flamengo, Avenida Atlântico, Esplanada do Castelo e outros bairros valorizados. Vendas a longo prazo, com pequena entrada inicial e o restante em parcelas mensais equivalentes ao aluguel.



Estado funcional incorporado
às forças armadas — serviço
da administração — previdência
de seus empregados e associados

**BANCO HIPOTECARIO
LAR BRASILEIRO**

R. OUVIDOR, 90 - RIO DE JANEIRO

Bureau 5 PAULO SANTOS BALA

LIVROS DO EXÉRCITO

AUTORES MILITARES

Quebramos hoje o ritmo normal desta coluna, para inserir uma apreciação do Cap. De Paranhos Antunes ao livro "Imagens do Tocantins e da Amazônia", de autoria do Cap. Umberto Peregrino.

Logo abaixo o nosso crítico retomará a sua secção de um modo, aliás, muito singular, isto é, discutindo o seu próprio livro em face das observações do Cap. De Paranhos.

N. da R.

BIBLIOGRAFIA MILITAR

CAP. UMBERTO PEREGRINO — *Imagens do Tocantins e da Amazônia*. — Edição da Bib. Militar. — 1942.

O livro do Cap. Umberto Peregrino, "*Imagens do Tocantins e da Amazônia*", ressen-te-se do meio de transporte que empregou para observar os lugares percorridos — o avião — e da pressa com que viu as regiões descritas. Daí, entretanto, não se pode concluir que o livro seja "aéreo", superficial... Dada a rapidez da viagem, porisso mesmo, ficam evidenciados os poderosos dotes de observação do jovem escritor. Tivesse ele se aventurado a fazer a viagem, através da Amazônia, num barco-motor ou de canoa, como a fez o saudoso Hermano Ribeiro da Silva, dali trazendo livros do quilate de "*Nas Margens do Araguaia*", e então teríamos mais um grande trabalho, repleto de novidades, sobre a imensa bacia, que tem a virtude de sempre oferecer novos aspectos àqueles que a procuram.

Quando o Autor, porém, deixa o avião e penetra a terra, atravessando furos, pisando o chão, sentindo de perto a natureza, já o livro ganha prestígio e a gente sente que ele escreve o que viu e não o que outros viram. E' o caso da excursão à ilha de Marajó. Há, nesta parte, muita coisa inédita, muitas observações próprias, não obstante a rapidez da visita. Outros visitantes, com preocupações mais eruditas, não

deixariam, por certo, de excursionar até o Pacoval e ali se deterem em considerações sobre a preciosa cerâmica pre-colombiana, que tantas hipóteses tem levantado sobre migrações, etnias, semelhanças ou contrastes com a de outros povos antigos da terra. O Cap. Peregrino, todavia, não se preocupou com estas questões sibilinas. Tentou sentir e descrever a terra, apenas com a sua gente e os seus costumes, e o fez de modo interessante.

A visita à ilha de Marajó, todavia, patenteia a pressa com que o jovem Autor das "Imagens..." percorreu alguns dos seus recantos. Há, no livro, um capítulo sobre a "Linguagem de Marajó; nota-se, logo, que foi uma página escrita mais tarde, no silêncio de um gabinete, com o auxílio de vários dicionários, e isto fica evidenciado pelos diversos vocabulários constantes da bibliografia consultada, no final do livro. Do contrário, uma das primeiras palavras que o teria ferido seria o vocábulo "teso", lugar alto, onde o fazendeiro em geral constrói a sua fazenda e para onde leva o gado, na ocasião das cheias, quando não o recolhe às "marombas" por falta de "tesos".

Falando de Soure, diz o autor: — "Aliás, Soure é tido como clima". E' o caso de perguntarmos: — Que clima? Bom? Mau? Seco? Úmido? Frio? Quente? — Não adianta a explicação que se segue, fazendo o elogio do clima de Soure. A frase, como está, não diz nada, porque qualquer terra do mundo tem clima, que representa a "temperatura e mais condições atmosféricas de uma região".

O Autor, no seu estilo correntio e despretensioso, mostra pertencer à corrente modernista dos nossos escritores. Tem estilo arejado e movimentado. Porisso mesmo choca o leitor quando se mete a bancar o naturalista, a imitar Von Jhering, por exemplo, ao citar os "C. Trigonatus", "C. Sclerops" (pág. 112).

Em Belem do Pará, parece que o Autor passou a maior parte do tempo junto ao mercado de "Ver-o-Pêso". Inegavelmente, colheu ali ótimo material folclórico e fez as melhores filmagens de todo o livro. Mas, quando a gente se lembra que as docas de "Ver-o-Pêso" já foram tão exploradas por outros itinerantes, como uma das feições mais características de Belem, pouca novidade encontra no livro em apreço. Até pelos poetas já foram elas cantadas, e por poetas modernistas, como Manoel Bandeira, em "Libertinagem" (1930):

"Nunca mais me esquecerei
Das velas encarnadas
Verdes
Azues
Da doca de Ver-o-Pêso
Nunca mais
E foi pra me consolar mais tarde
Que inventei esta cantiga

Bembelelém
Viva Belém !
Nortista gostosa
Eu te quero bem."

Em matéria de novidades folclóricas o livro traz muita coisa excelente. Além de receitas culinárias, costumes, lendas, ervas medicinais, etc. registra grande cópia de poesia popular, que é vendida em folhetos no Mercado de Ver-o-Pêso, tornando a sua obra preciosa para consulta.

A escala Formosa — Porto Nacional — Marabá, antes de chegar a Belém, pouco interesse apresenta. Fôra os logares que tocou e viu, o resto é escrito por informações de outros ou através de volumosa bibliografia consultada sobre o Amazonas, constante do fim do livro, a qual, digamos de passagem, não representa nem um décimo do que há de melhor, sobre a vasta região.

Sobre Formosa, o Autor escreveu meia página. Diz que a igreja ameaçou cair, mas "esberraram-lhe o oitão com uma baita apêndice triangular". Uma baita apêndice? O adjetivo baita concorda com qualquer gênero. Ex: Uma baita casa, um baita castelo. Portanto, o autor só poderia escrever "um baita apêndice". Isolado, o brasileiro baita é usado no masculino. Ex: "Baita — O mesmo que badejo. Estupendo. Nunca visto. Maravilhoso. Foi um sucesso baita" (Vide "Vocabulário Pernambucano", in — Rev. Inst. Arqueol. Hist. Geogr. Pernambucano. Vol. XXXIV — 1936).

Logo de início, ao falar de Goiânia, repete rapidamente cousas que outros já disseram, sem se deter no que ela representa como centro aéreo-viário do Oeste, ou como foco de civilização em pleno planalto central. E ao citar Campinas, hoje bairro de Goiânia, diz que aquele burgo foi fundado em 1916, quando na verdade foi ele elevado à vila em 1907 e à cidade em 1914.

Tratemos agora do título do livro. Convenhamos que é bastante pomposo. Mas, além de pomposo, é, a nosso ver, redundante. Deveria chamar-se apenas "Imagens da Amazônia", porque o Tocantins pertence à grande bacia amazônica, faz parte da região, e até, em tempos remotos, segundo os geólogos, era um dos afluentes do Amazonas, deslocando depois o seu curso mais para leste, não obstante comunicar-se ainda com o grande estuário.

Possue o Autor, como já dissemos, grande capacidade de observação e seu livro é uma promessa de trabalhos de fôlego para o futuro. Não tivesse ele visto tudo cinematicamente, num atropelo de quadros, e os seus instantâneos se transformariam em verdadeiras imagens. Foi pena.

CRITICO NA DEFENSIVA...

Pelo Cap. UMBERTO PEREGRINO

Fui honrado com uma benévola nota do Cap. De Paranhos Antunes, comentado o meu livro "Imagens do Tocantins e da Amazônia". Honrado é o termo, sem favor, sem nenhum convencionalismo, porque, como todos sabem, a dita nota, embora apressada, rápida, ferindo apenas a epiderme dos assuntos focalizados pelo volume, vem de alguém que ostenta altos títulos, os seguintes, se me permitem reproduzi-los da assinatura do "Prefácio" da "História do Grande Chanceler": "Do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, da Academia Rio Grandense de Letras, sócio da Nacional Geographic Society de Washington, membro correspondente da Academia Alagoana de Letras".

Não fôra o natural desembaraço que sempre, graças a Deus, me acompanhou, nem sei como poderia justificar, perante o detentor de tão ofuscante "folha de alterações" intelectuais, os defeitos que se lhe antolharam no meu despretensioso trabalho.

A primeira desculpa que lhe devo é pela natureza aérea de parte da minha viagem. Mas nesse particular, ilustre Cap. De Paranhos Antunes, também eu fui uma vítima. Não fiz a viagem que desejara, mas a que me foi dado fazer. A viagem aérea, porém, não tenha dúvida, também é interessante. E eu só me penitenciaria se a tivesse empreendido em "Lookeed" e a narrasse como feita em "barco-motor". Mas não fiz tal mágica, e logo nas primeiras linhas da primeira página avisei que ia voar... O leitor me acompanharia ou não, conforme as suas inclinações em matéria de transportes...

Noutro conflito ainda vejo com o meu erudito leitor, por causa das malditas servidões da minha viagem. Agora é o itinerário, que passando ao largo dos Pacovais, não me permitiu mais do que recordar a sua importância e sentido, numa breve referência (pág. 89). Porém, devo confessar, mesmo que pudesse ter visitado os cemitérios indígenas de Marajó, nunca me aventuraria a considerações sobre o material arqueológico que eles têm fornecido. Isto é assunto especializado, a cargo de sábios que se sucedem produzindo exumações, classificações e hipóteses sempre discutidas. Os elementos acessíveis aos leigos, as idéias mais ou menos assentes, estão ao alcance de qualquer um nos trabalhos de vulgarização. Seria fácil, para iludir as exigências eruditas de algum leitor, extrair de Angione Costa, por exemplo, substanciaosas informações sobre as atordoantes coisas que a cerâmica marajoara sugere... Mas, desgraçadamente, eu só vi dos Pacovais uns esbatidos barrancos vermelhos dos campos do Cururú...

Fui omissos no tocante a Goiânia, porque não me detive "no que ela representa como centro aéreo-viário do Oeste, ou como foco de civilização em pleno planalto central". Oh! de fato, perdi o ensejo de

CL. DERVIEU

**CAP. BREVETADO PELO 3.º REGIMENTO DE INFANTARIA
(DA FRANÇA)**

A CONCEPÇÃO DA VITÓRIA

ENTRE

OS GRANDES GENERAIS

ALEXANDRE

ANIBAL

CESAR

GUSTAVO ADOLFO

TURENNE

FREDERICO II

CARNOT

NAPOLEÃO

MOLTKE

**TRADUÇÃO
DO**

CAP. FREDERICO MINDÉLLO CARNEIRO MONTEIRO

RIO DE JANEIRO

1942

"A obra é magnifica, rica de ensinamentos, razão
orque reputo idéia feliz, e até mesmo oportuna, trasladá-la
para o português."

"Creia que vai prestar inestimavel serviço não só
os nossos camaradas do Exército e Marinha, senão também a
quantos se interessam pelo assunto e não dispõem de meios para
borda-lo no domínio exclusivamente técnico".

"Nenhum modo de História tem mais sedução do
que a exposta em volta de um homem que o destino em dado
momento fez líder de inúmeros de seus compatriotas. Isso explica
o bom êxito de livros como o do Capitão Dervieu e o grande
restígio do método histórico nas Escolas de Estado Maior".

"O público extranho á profissão também colhe pro-
veito desse método, sobretudo quando lhe põem ao alcance
trabalhos como o a que me estou referindo, em que as difi-
culdades são afastadas e só é posto em relevo o que é
realmente útil".

"Cabe-me ainda o dever de salientar o trabalho
gráfico das ilustrações. São a meu ver desenhos primorosos
pela riqueza de expressão. Honram a artista e emprestam sin-
gular realce ao texto".

Trechos da carta-prefácio do General Tasso Fragoso

Pedidos á A DEFESA NACIONAL

CAIXA POSTAL 32 - MINISTERIO DA GUERRA - RIO DE JANEIRO

uma brilhanturazinha fácil, de vez que há muito já fôra alertado para essas duas funções da nova capital de Goiaz, pelo Prof. Pierre Monbeig, nos seus "Ensaio de Geografia Humana Brasileira" (págs. 84-5-6). Mas agora, depois da expressiva coincidência Monbeig-De Paranhos, prometo jamais esquecer as coisas importantes sobre Goiânia.

Só escrevi meia página sobre Formosa, reclama o Cap. De Paranhos. Eu lhe digo, parei lá meia hora, mas inda que estacionasse meio ano creio que não chegaria à página inteira. Continuará vendo o mesmo padre de moto-cicleta, a mesma igreja esbarrada, as mesmas casas salteadas em que as galinhas vivem em promiscuidade com os seus donos. O que tem importância em Formosa está no alto da meia página: Vértice das três bacias.

Não sou forte na história municipal de Goiaz, de maneira que, desejando fornecer referências sobre a idade de Campinas, recorri, despreocupadamente, à "Corografia Histórica de Goiaz", de Raimundo José da Cunha Matos ("Revista do Instituto Histórico", tomo 37) e de lá retirei a data 1816. Veiu a revisão e deu um salto de um século, pois saiu 1916. Na "bibliografia" também há erro (este denuncio-o eu, porque escapou ao meu eminente comentador): em lugar de ser Tomo 56, o da "Corografia Histórica de Goiaz", é Tomo 37. Nele está, à página 2, escrito em 1824, sobre o arraial de Campinas: "Tem 11 casas, e uma capela de N. S. da Conceição, foi fundado em 1816". Pois bem, o Cap. De Paranhos, autor de duas histórias municipais, a de Cachoeira e a de Rio Pardo, rechaçou bravamente a falsa data municipal surgida ao sabor da composição tipográfica... Glorioso feito! Uma pena que duas datas por ele fornecidas, a propósito, nada têm a ver com a fundação de Campinas. (1) Destarte, ficamos no mesmo com a sua intervenção... Seria estranhável a correção como foi feita, sem indicação das fontes. Mas eu compreendo, e bem estimaria render-me à egrégia autoridade histórico-municipal do Cap. De Paranhos. Infelizmente, porém, esse privilégio cabe a algum anônimo tipógrafo da Companhia Editora Americana, rua Maranguape 15.

Um lance de aguda perspicácia crítica, do meu ilustre comentador, é quando assinala que em "Belem do Pará, parece", eu levei "a maior parte do tempo junto ao mercado de Ver-o-Peso". Em todo caso, não logrei fornecer-lhe muitas novidades sobre as famosas docas já "tão exploradas por outros itinerantes". Aqui pago pela ignorância. Em verdade desconhecia noutros autores, mesmo separadamente, material do Ver-o-Peso na extensão e na variedade do que recolhi. E como conservo uma doida paixão por aquele fabuloso mercado, o mais rico documento humano que já topei em todo o Brasil, mesmo incluindo a Baía, rogo ao meu caro De Paranhos que me indique, com urgência, as obras onde posso encontrar esses amplos dados, seus conhecidos,

1) Referem-se à elevação à vila e à cidade, respectivamente.

sobre o *Ver-o-Pêso*. Os versos de Manuel Bandeira quasi não me adiantaram. Cantam a poesia das velas "encarnadas, verdes, azues", mas não descrevem o mercado, não fixam os seus elementos de interesse social, os flagrantes da alma popular que nele se atropelam.

Vamos, Capitão De Paranhos, quero com o seu auxílio aprender ainda muito sobre o *Ver-o-Pêso*!

Andei mal afirmando que "Soure é tido como clima"? Para o meu comentador, que tomou a expressão no sentido usado pelos compêndios de Geografia, sim. (2) Sucede, entretanto, que na linguagem do Nordeste usa-se comumente dizer que um lugar "é clima", querendo significar que tem bons ares. (F. precisa de clima. Porque não vai para Angicos. Angicos é clima). Meu trabalho está pejado de modismos de linguagem, alguns, quando necessário ao entendimento geral ou quando suscetíveis de discussão, ventilados em nota. Nunca pensei que nesse "clima" alguém pudesse dar uma topada...

As idéias do Cap. De Paranhos sobre estilo poder-se-iam considerar um tanto sumárias. Basta atentar que associa o "estilo correntio e despretencioso", "à corrente modernista dos nossos escritores". Quanto ao meu, todavia, é de uma generosidade elogiosa, que me deixou emocionado. Vai ao ponto de lamentar que eu, de uma feita, tenha querido "bancar o naturalista, a imitar Von Ihering, porque citei os "C. Prigonatus" e "C. Sclerops". Ora, até parece a fabula do velho, o menino e o burro... Inda há pouco levava culpa por não me ter debruçado eruditamente sobre as igaçatas, pratos, tangas, tampas de camotins e outros pertences da cerâmica marajoara. Agora já sou acusado de "bancar o naturalista", porque identifiquei alguns batismos indigenas de jacarés, com a classificação científica. Mas tenho a consciencia limpa. Não perpetrei erudição absolutamente. O latinorio dos jacarés, aliás muito barato, presente em qualquer zoologia de ginásio, compareceu tão sómente para que se tornasse manifesta a precisão das diferenças estabelecidas pelo caboclo. E quanto a "imitar" Von Ihering, posso gabar-me de que só conheço desse senhor o "Dicionário dos Animais do Brasil", 800 páginas de consulta, riquissimas, mas que para imitar teria que ler...

A pressa fez o Cap. De Paranhos incorrer em leviandade. Foi quando me julgou incapaz de distinguir o gênero de um adjetivo. Bem viram que não neguei as minhas fraquezas no terreno da erudição arqueológica e naturalista, mas isso de flexionar adjetivos de acordo com o substantivo, garanto que sei para o gasto. Aquilo esquisito ("uma

2) De fato, o conceito atual de clima é muito complexo, subordinado a fatores geográficos e elementos meteorológicos. O exaustivo estudo do Prof. José Carlos Junqueira Schmidt, sobre "O Clima da Amazônia", estampado no último número da "Revista Brasileira de Geografia", dá bem idéia da complexidade que vai no moderno conceito de clima.

baita apêndice”) da pg. 11, logo fispado pelo ilustre leitor, está desmentido 27 páginas adiante, onde se lê: “Recordo bem um baita jacaré-tinga”. Eis aí — o qualificativo baita precedido do articular um, que determina o substantivo masculino jacaré-tinga. Aliás, não é propriamente como ensina o Cap. De Paranhos: “O adjetivo baita concorda com qualquer gênero”. A coisa em boa gramática vem a ser assim: os adjetivos assumem sempre a forma generica do substantivo que modificam; baita, porém, é invariavel em gênero, a exemplo de numerosos outros adjetivos qualificativos (superior, soês, indigena, etc), e nesas condições não sofre flexão. Diz-se “um baita apêndice” porque apêndice é masculino. Poder-se-ia escrever: um apêndice baita, uma lição baita — forma que põe em evidencia o caráter invariavel do adjetivo. O meu erro não seria, portanto, quanto ao gênero do adjetivo, mas sim do substantivo. Este é que comanda aquele em todas as flexões. Então deveria o meu erudito comentador ter-me corrigido assim: “apêndice, em todos os classicos e no que há de melhor na bibliografia filologica luso-brasileira é palavra masculina”. Quem não agradeceria uma palmatoada dessas?

Mas, convenhamos, aquele adjetivo uma, na expressão “uma baita apêndice”, não tem nada a ver com baita, senão sim com apêndice, não é mesmo Cap. De Paranhos?

Tanta história só por cusa de um lapso de revisão, que o meu abalizado comentador não podia, naturalmente, reconhecer na corrida com que me leu. Eu, todavia, que tenho lazer e estou empenhado em varrer todas as suas dúvidas com respeito as minhas habilitações nesse transcendente ramo dos conhecimentos humanos, que é a flexão genérica dos adjetivos, insistirei ainda, arrolando outras passagens em que empreguei o baita.

Em meu livro de contos “Desencontros” (Ed. José Olimpio, 1941), muito anterior às “Imagens do Tocantis e da Amazonia”, lê-se: “estourou numa baita gargalhada” (p. 14); e foi ele catucar pulou uma baita cascavel” (p. 100); “fiz um baita alarido (p. 173).

Gosto desse adjetivo. E como é de efeito quando a revisão não subverte o sexo do substantivo a que serve! Imaginem se tivesse saído: “estourou num baita gargalhada”. Um desastre. Todos pensariam que eu ignorava o gênero certo de gargalhada e o Cap. De Paranhos que não sabia manejar a palavra baita.

Mas, vamos ser justos, se não se tratasse de uma falha de revisão, e se o meu ilustre comentador não se houvesse atrapalhado no quinau, pretendendo, consoante vimos, que o determinativo articular, em vez de concordar com o substantivo, concorda com um adjetivo, que até podia deixar de existir na frase, não fossem essas duas insignificancias, estaríamos diante da melhor lição do comentário, porque foi caprichada, o Cap. De Paranhos até sacou uma citação de certo “Vocabulário Pernambucano”, cujo autor se esqueceu de mencionar.

E' bondade considerar volumosa a bibliografia que relacionei no fim do meu volume. Aquilo não é nada. Foi apenas o que pude ou que me interessou consultar. Limitei-me a campulsar alguns autores, de preferencia viajantes, para confrontar impressões e informações. Quem reclamar é porque não está compreendendo a orientação do trabalho.

O Cap. De Paranhos calcula a olho, com maravilhosa suficiência, que a "volumosa bibliografia" consultada por mim, não representa, em todo caso, "nem um décimo do que há de melhor sobre a vasta região". Aguardo que esteja concluída a "Formação da Sociologia Brasileira", do Prof. Almir de Andrade, para tirar a limpo esse calculo, realmente prodigioso... Não que o ponha em dúvida, mas apenas como curiosidade...

O meu ativo comentador fica a um degrau da verdade completa quando assinala que o capítulo sobre a Linguagem de Marajó, "foi uma página escrita mais tarde no silêncio de um gabinete, com o auxílio de vários dicionários, e isto fica evidenciado pelos diversos vocabulários constantes da bibliografia consultada". Muito bem, e completo eu, não foi somente aquele capítulo, o livro todo escrevi-o "no silêncio de um gabinete"...

Já menos feliz é a segunda parte da "descoberta": além de ter consultado diversos vocabulários, não referi o vocábulo teso, o primeiro que devêra ter escutado em Marajó, na arbitraria imaginação do Cap. De Paranhos. Pois lhe digo, o teso não me interessou por ser muito conhecido e até comum a variadas areas geográficas, inclusive o Rio Grande, onde designa, segundo o General Borges Fortes, o último lugar atingido pela inundação, junto à barranca do rio.

Os vocabulários que tive em mãos também registam teso, seria facil extrai-lo, como os outros, no silêncio de um gabinete"...

Pelo visto, o Cap. Paranhos acha que aqueles vocabulários foram utilizados unicamente no arranjo do capítulo Linguagem de Marajó, quando quasi todos os capítulos do livro estão atulhados de notas sobre linguagem. Mas, cabe perguntar, o fatal capítulo, forjado "no silêncio de um gabinete", seria incompativel com o apelo aos vocabulários? Evidentemente, não. Pelo contrário, creio que à exceção do Cap. De Paranhos, ninguém capricharia em compô-lo ao ar livre... A ninguém repugnaria o método, tido até então como excelente, de comparar dados, discutir variantes, documentar assersões. O diacho, porém, é que há na página sobre "Linguagem de Marajó" alguma contribuição nova, material e observações que não constam de nenhum vocabulário, e o meu erudito comentador não o notou. Seguramente pela insignificancia, mas talvez, também, por motivo da escassa atenção que pôde consagrar à minha pobre literatura...

Tomo por último a última observação do meu sereno comentador.

Ele implicou com o título do livro — “Imagens do Tocantins e da Amazonia”, classificando-o de pomposo e redundante.

Vá a gente atrás de opiniões. Logo quem havia de inculpar-me pampas verbais — o meu admirado autor dos “Itinerários Mentais da Pampa Brasileira”, que no Almanaque é Dioclecio Paranhos Antunes, e na capa dos livros: De Paranhos Antunes! Que rigor! Daí pode ser que devesse curvar-me ante alguém que é mestre em pomposidade... Mas sempre discutirei...

Pomposo um título que escolhi com a preocupação da humildade! Sabia que não poderia transmitir mais que “imagens” das regiões perlustradas. E foram simples “imagens” que realmente fixei. “Imagens” numa acepção literária, não percebida pelo Cap. De Paranhos, mas que os dicionários consignam. Lá está, por exemplo, no velho e acreditado Aulete, sobre imagens, entre outras coisas, o seguinte: “impressão passageira ou duradora que um objeto faz no espírito, no coração”. Felizmente os verdadeiros críticos do livro não tiveram dificuldade em compreender o sentido do meu batismo. Alvaro Augusto Lopes, um deles, opina que “Imagens do Tocantins e da Amazonia, com efeito, é bem a definição acertada para sintetizar as rutilas e empolgantes impressões duma viagem esplêndida”. Eloi Pontes, o severo Eloi, aplaude-me nestes termos: “Escritor de instinto, coordenando tudo quanto leu, e reduzindo a imagens nitidas tudo quanto vê, ele nos dá notícias oportunas”.

Lamento sinceramente a incompreensão do meu respeitável confrade De Paranhos. E como o vejo, por fim, jogar com as palavras — cinematicamente, quadros, instantâneos, para concluir que em vez de imagens realizei estes últimos, atribuo a sua incompreensão ao fato de ter enveredado pelas sutilezas da técnica fotográfica... Uma pena, eu estava no reino da literatura.

Redundancia falar de “Imagens do Tocantins e da Amazonia”? O Cap. De Paranhos afirmou isso com comovedora seriedade. Porém, melhor que tudo, são os argumentos em que estriba a sua convicção. Começa revelando que o Tocantins pertence “à grande bacia amazônica”. Daí conclue que faz parte da região, e de lambugem ainda nos ensina, numa vaga erudição, certamente devido à pressa, que “em tempos remotos, segundo os geólogos, era um dos afluentes do Amazonas”. Entretanto, fôra útil tê-la desenvolvido, porque, agora mesmo, em estudo publicado na “Revista Brasileira de Geografia” (Ano IV. 2, p. 347), o Prof. Delgado de Carvalho assegura, categoricamente, que “o rio Tocantins nunca foi, em período geológico algum, tributário direto do Amazonas”.

Mas isto não vem ao caso. O que importa é desfazer a confusão em que labora o meu insigne comentarista. Para ele, se o Tocantins faz parte da bacia amazônica, todas as “imagens” recolhidas no seu curso serão “imagens” da Amazonia. É muita simplicidade de mais, meu

amigo. E' esquecer, inexplicavelmente, as características de um dos rios mais característicos do Brasil.

O Tocantins está longe de ser um rio puramente amazônico, ou sequer essencialmente amazônico. Muito ao contrário, o que há nele de mais interessante do ponto de vista da geografia humana, econômica e até física, está nas partes média e alta do seu curso, as quais se situam no planalto. Eu mesmo, por duas vezes, insisti na diferença. Em Porto Nacional advertia: "O Tocantins aqui ainda é belo, não é a massa poderosa e monotona, entre dois infinitos taludes verdes, em que se tornará daí a pouco". (p. 21) Adiante, na ocasião precisa, dei conta da "prodigiosa transformação. Logo depois de Imperatriz começa a mata amazônica. Com pouco, por todo lado é o verde compacto". (p. 25)

A pretensão do Cap. De Paranhos torna-se tanto mais estranha quanto se sobrepõe ao critério de divisão geográfica do Brasil, unanimemente adotado pelos estudiosos. Com efeito, André Rebouças, Lionel Wiener, Reclús, Alberto Rangel, Moacir Silva, Delgado de Carvalho, todos, em fim, que ensaiaram a divisão do Brasil em regiões naturais, desautorizam violentamente o esquisito prolongamento amazônico de autoria do Cap. De Paranhos. Goiás, como não podia deixar de ser, está sempre, excluído da Amazonia. Às vezes sozinho, às vezes com Mato Grosso, forma região à parte. Reclús é mesmo muito perentório em relação ao Tocantins. Estabelece oito regiões das quais as duas primeiras são: I — Amazonia — Amazonas e Pará; II — Vertente do Tocantins — Goiás.

Atualmente, isto é, desde janeiro de 1942, há uma divisão oficial, levada ao Governo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Ei-la:

I — Região Norte: Território do Acre e Estados do Amazonas e Pará;

II — Região Nordeste, dividida em duas partes: Nordeste Ocidental: Estados do Maranhão e Piauí; Nordeste Oriental: Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;

III — Região Leste, dividida em duas partes: Leste Setentrional: Estados de Sergipe e Baía e Leste Meridional: Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal;

IV — Região Sul: Estados de S. Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

V — Região Centro-Oeste: Estados de Goiás e Mato Grosso.

Viram, não viram? Sempre Maranhão e Goiás constituindo regiões desligadas da Amazonia. Nenhum respeito à "teoria das bacias" fundada pelo Cap. De Paranhos. Imaginem que coisa cômica, S. Paulo incorporado ao Pampa só porque o Tietê, pertence à bacia do Prata...

Oh! sinto-me aliviado. Parece que poderei, honestamente, conservar o título do meu livro. Ele encerra de fato imagens e elas são do Tocantins e da Amazonia.

VOLUMES RECEBIDOS:

Orientações do Pensamento Brasileiro — Cap. Nelson Werneck Sodré — Editora Vecchi — 1942.

A Biblioteca Militar está distribuindo aos seus assinantes:

Rumo ao Oeste — General Rondon.

Comandar — Maj. Niso Montezuma.

Canticos Militares — Mariza Lira.

Os Generais do Exército Brasileiro (de 1860 a 1889) — Laurenio Lago.

CASA ROSA de MANUEL RIBEIRO GONZALEZ

Vinhos, Sorvetes, Bombons, Bafas, etc.

Rua Conde de Bomfim, 213-A — Fone 48-9551 — Rio de Janeiro

À venda em A Defesa Nacional:

A Defesa contra Engenhos Moto-mecanizados

Major HUGO DE MATOS MOURA

Preço: Cr\$ 4,00 sem o porte

Os Melhores Apartamentos nos Mais Aristocráticos Bairros

- Compro e vendo Prédios e
- Terrenos — Negócio direto
- Administração Predial

PLANOS E INCORPORAÇÕES

Escritório Técnico e Imobiliário

Dr. Oliveira Penna

Av. Almirante Barroso, 90 - 9.º Pavimento

Sala 913 - Fone : 42-3633

Rio de Janeiro

CASA ALMEIDA

LIQUIDOS E COMESTIVEIS FINOS

Ande um pouco mais e pague muito menos

JOSÉ DA SILVA ALMEIDA

RUA MARQUÊS DE ABRANTES, 77-A — TEL. 25-2123 — RIO DE JANEIRO

Armazem e Deposito de Pão "SÃO GABRIEL"

Completo sortimento de secos e molhados

E. T. MONTEIRO

Rua Conde de Azambuja, 1325 — Maria da Graça
RIO DE JANEIRO

FITA PARA MAQUINAS DE ESCRIVER — PAPEL CARBONO

"ÁWECO"

Produtos de alta qualidade Fornecidos a todos as repartições publicas do Brasil

"ÁWECO ARTIGOS DE ESCRITÓRIO LTDA."

Rua São Francisco da Prainha, 15 — Distrito Federal

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

DAQUÍ E DALÍ...

UTILIDADE DESPERCEBIDA DOS CAVALOS MILITARES JULGADOS IMPRESTÁVEIS

Ao Exmo. Sr. General ANTONIO DA SILVA ROCHA, Sub-Diretor dos Serviços de Remonta e Veterinária.

O destino dos seres é de pasmosa dessemelhança entre indivíduos da mesma espécie; e do homem ao animalculo todos sujeitos a mesma fatalidade.

O nobre animal quando julgado inservível (reformado como qualquer de nós), de corcel de guerra é reduzido à condição de sendeiro; e então é vendido em hasta pública como simples azêmolá ou entregue a Estabelecimentos cícrtíficos onde é empregado na confecção de remédios heróicos — destino aliás muito mais elevado e de geneosa finalidade.

Em época remota cavalos célebres mereceram excepcionais honrarias; entretanto, sua utilidade para o homem, limitava-se ao préstimo habitual na paz e na guerra.

Diz-nos a História que “Bucéfalo” domado pelo próprio Alexandre Magno, seu rei e seu Senhor, teve funerais magníficos e sobre o seu túmulo, nas margens do Hidaspo, foi fundada a cidade de Bucefalia.

“Incitatus” — o cavalo de Calígula — tinha como cavalaria um palácio; comia à mesa com seu Senhor, cuja insensatez chegou a dar-lhe o título de Consul.

Na antiga Héllade, aos cavalos vencedores olímpicos erigiam estátuas.

E certamente os célebres solípedes outro valor não possuíam e nenhuma outra utilidade, além da serventia comum da própria espécie.

De meio século para cá, vêm os cavalos sendo utilizados também para fins científicos e entre outros, na preparação dos sôros preventivos e curativos.

A soroterapia derivada das pesquisas de Richet e Héricourt, foi desenvolvida consideravelmente por Behring e Kitasato, entrando afinal, triunfalmente, na prática terapêutica, no tratamento da difteria, pelas mãos de Roux e Martin, com a célebre comunicação feita ao Congresso médico de Budapest em 1894.

Nesta comunicação, Roux, pela sua clareza e precisão, pôde convencer aos mais cépticos e hesitantes e fazer que todos adotassem a soroterapia anti-diftérica como remédio único e soberano, cabendo-lhe além disso o grande mérito de haver industrializado a técnica de seu preparo.

O uso do sôro modificou por completo a profilaxia e o tratamento da difteria, do tétano, da peste, etc., doenças outrora de alta letalidade.

Já em fins de 1890, Behring, e Kitasato haviam publicado a grande descoberta das anti-toxinas tetânica e diftérica; e desde logo, pesquisadores de vários países puseram-se a estudar as propriedades dos soros dos animais vacinados contra o tétano e a difteria.

Devemos pois o maior reconhecimento aos sábios cujas pesquisas sobre as duas doenças, tóxicas por excelência, conduziram à descoberta tão memorável, que

orientou a ciência para as propriedades adquiridas pelo soro dos animais imunizados, o que constitui o fundamento da soroterapia.

Na noite de Natal de 1891, como um presente de Cristo às criancinhas, foi o soro anti-diftérico empregado, pela primeira vez em Berlim, na clínica de von Bergmann.

E dessa data, vem baixando a letalidade da cruel doença; cruel pelo sofrimento de suas vítimas, das mães aflitas e até do próprio médico, que sendo homem, não pode furtar-se ao padecimento alheio, máximo das crianças — vítimas preferidas do terrível mórbo.

Em 1932 iniciou o Instituto Militar de Biologia o preparo dos soros anti-tetânico e anti-gangrenoso; e já neste decênio, grande tem sido a produção daqueles medicamentos, dos quais, do último, foi o Estabelecimento um dos pioneiros de sua sua fabricação no país.

Dos animais em serviço alguns têm produzido com abundância; e dois dentre eles o vêm fazendo já há 10 anos, ininterruptamente, sendo sua produção digna de registro, são os cavalos 6 e 8, produtores do soro anti-tetânico e anti-oedematiens.

O preparo prévio às vezes fá-los sofrer muito; alguns suportam apenas poucas sangrias, vários morrem, a despeito dos cuidados empregados, ficando outros inteiramente inservíveis, tal o estado de deperecimento.

A sangria, via de regra, é de 5 litros e pode ser repetida semanalmente, sem inconveniente.

Em alguns Institutos porém, quando o animal está fornecendo bom soro, de grande poder, é dessangrado obtendo-se 20 ou 25 litros o que lhe acarreta a morte.

No Instituto Pasteur de Paris assim não se procede; e do mesmo modo no Instituto Militar de Biologia onde os animais são conservados até morrer.

Repugna-nos proceder daquela maneira para com o prestante animal que contribue para a salvação de tantas vidas humanas.

Entretanto há uma razão justificativa para os que procedem daquele modo: é que o animal depois de estar produzindo excelente soro, poderá, em sangria posterior, revelar grande perda do poder protetor do mesmo e que às vezes jamais é readquirido. Além disso poderá morrer, e a preparação de um animal demanda meses...

Referência a alguns dos melhores produtores de soro: *Cavalo número 6.*

Nascido em 1928, com 1,46 de altura, pêlo 11, natural do Distrito Federal, incluído na carga do Instituto em 12-5-932, com procedência do Depósito de Remonta de Valença, onde tinha o n.º 16. Preço de aquisição Cr\$ 200,00. De 12-12-932 à 18-6-942 sofreu 51 sangrias fornecendo 255 litros de sangue ou sejam 25500 empolas de soro anti-tetânico no valor de Cr\$ 102.000,00 (cento e dois mil cruzeiros).

Cavalo número 8.

Nascido em 1926, com 1,41 de altura, pêlo (vinagre), natural do Rio Grande do Sul incluído no Instituto em 12-5-932, com procedência do Depósito de Remonta de Valença onde tinha o n.º 13. Preço de aquisição Cr\$ 180,00. De 27-12-932 à 17-8-942 sofreu 32 sangrias fornecendo 148 litros de sangue ou sejam 7400 empolas de soro anti-oedematiens no valor de Cr 45.400,00.

Cavalo número 7.

Nascido na primavera de 1926, com 1,42 de altura, douradilho, Rio Grande do Sul, incluído no Instituto em Maio de 1932 com procedência do Depósito de Remonta de Valença, onde tinha o n.º 14. Preço de aquisição Cr\$ 200,00. De 13-12-932 à 28-2-939, sofreu 36 sangrias fornecendo 173 litros de sangue, ou sejam 17300 empolas de soro anti-tetânico no valor de Cr\$ 34.400,00 (trinta e quatro mil cruzeiros).

Cavalo número 12.

Nascido em 1923, com 1,47 de altura, incluído no Instituto em Fevereiro de 1933 com procedência do Depósito de Remonta de Valença, onde tinha o número

108. Preço de aquisição Cr\$ 200,00. De 1-10-933 à 9-4-938 sofreu 21 sangrias, fornecendo 101 litros de sangue ou sejam 10100 empolas de sêro anti-tetânico, no valor de Cr\$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos cruzeiros).

Cavalo número 1.

Nascido em 1924, com 1,52 de altura, douradilho, transferido para o Instituto em 22 de Abril de 1932, com procedência do 1.º R.A.M., onde tinha o n.º 226. De 5-1-933 a 3-8-934 sofreu 12 sangrias fornecendo 54 litros de sangue ou sejam 2700 empolas de sêro anti-gangrenoso (histolítico) no valor de Cr\$ 16.300,00.

Cavalo número 162.

Nascido em 1923, com 1,53 de altura, pêlo n.º 1, natural do Rio Grande do Sul, incluído no Instituto em 27 de Dezembro de 1939, com procedência do 1.º R.A.M. onde tinha o mesmo número. Preço de aquisição Cr\$ 250,00. De 26-10-940 à 11-8-942 sofreu 10 sangrias fornecendo 45 litros de sangue ou sejam 2250 empolas de sêro anti-gangrenoso (Welchii), no valor de Cr\$ 13.500,00.

Cavalo número 10.

Nascido em 1926, vermelho, com 1,46 de altura, natural do Distrito Federal, incluído no Instituto em Maio de 1932 com procedência do Depósito de Remonta de Valença onde tinha o n.º 16. Preço de aquisição Cr\$ 200,00. De 10-12-932 à 10-8-933 sofreu 7 sangrias fornecendo 31,5 litros de sangue ou sejam 1600 empolas de sêro anti-gangrenoso (Welchii) no valor de Cr\$ 9.600,00 (produção de 8 meses).

Cavalo número 43.

Nascido em 1929, pêlo 1, com 1,52 de altura, incluído no Instituto em 6 de Outubro de 1938 e excluído em 21 de Setembro de 1940. Preço de aquisição Cr\$ 550,00. De 19-4-939 à 27-12-939 sofreu 7 sangrias fornecendo 31,5 litros de sangue ou sejam 1575 empolas de sêro anti-gangrenoso (Welchii) no valor de Cr\$ 250.680,00, talvez a metade do preço de aquisição no mercado; porquanto, no cálculo de seu valor comercial foi feita abstração de vários elementos, inclusive do próprio animal, que nada custou ao Estabelecimento.

O relato que aí fica é de véras surpreendente; e o cavalo anônimo bem merece a divulgação destas linhas, pelo benefício por ele prestado ao soldado doente.

Destino digno de um cavalo de guerra, do "Cavalo do Herói", cantado em versos por Fernando Caldas; do que fôra outrora o corcel do lutador e que embora reformado,

"ao ouvir o clangor das trompas e bucinas,
encurva relinchando a táboa do pescoço".

Cel. Dr. Juvenal Feliciano dos Santos
(Diretor do Instituto Militar de Biologia)

HOMENAGEM AOS OFICIAIS PARAGUAIOS QUE CURSARAM A ESCOLA DE MOTO-MECANIZAÇÃO

Os oficiais da Escola de Moto-Mecanização homenagearam, com um almoço, os camaradas do Exército Paraguaios, Capitães José Del Carmen Valiente, Derlis Ferreira e Ovidio Caceres, que, tendo concluído o curso da referida Escola, agora regressaram à Assunção.

A reunião decorreu muito animada e cordial. Falou aos oficiais paraguaios, em nome da Escola, o Cap. Umberto Peregrino, tendo respondido o Cap. José Del Carmen Valiente.

Foi a seguinte a saudação proferida pelo Cap. Peregrino:

Meus camaradas do Exército paraguaios.

Quando, hoje pela manhã, o Ten. Cel. Cmt. me designou para saudar-vos nesta reunião de despedida, não cheguei a esboçar nenhum gesto de embaraço, em que pesasse o meu feito avesso à oratória.

Eu sabia, é verdade, que teria em meu favor a excusa de que a eloquência nunca foi uma virtude militar. As maiores falas dos maiores cabos de guerra da história sempre se caracterizaram pela sobriedade, pela palavra direta como as suas ações, pelo tom seco, o mesmo das suas ordens. Aliás, a decadência da oratória está se tornando, hoje, um fenômeno universal. A imprensa, o livro e sobretudo o rádio, separaram aquele que fala do seu público, o que representa a morte da eloquência, despojada do seu elemento fundamental que é o contacto direto, o magnetismo pessoal, o gesto, enfim, as reações recíprocas entre o que fala e os que ouvem. As condições da vida moderna, apressada, intensa, fortemente utilitária, também têm contribuído para desvalorizar o orador.

Não foi, porém, nada disso, não foram essas considerações gerais que me fizeram tranquilo em face da tarefa de dirigir-vos a palavra. Não, o que me deu segurança para enfrentar este instante foi que refleti imediatamente na natureza da nossa reunião. Estamos, com efeito, numa reunião de família. Encontram-se aqui os mesmos que trabalharam, na mais perfeita identificação, durante o ano todo. O ambiente também é o mesmo de cordialidade, de confiança, de estima e de compreensão. Seria em almoço igual aos outros, no intervalo de dois tempos de instrução, se não fosse a circunstância de ser o último a que comparecem os nossos queridos e nobres camaradas do Exército Paraguai.

Que dizer-lhes, então, à guisa de despedida?

Certamente não há nada que passamos dizer-lhes que eles já não tenham auscultado através do convívio que hoje se encerra. Trabalhamos juntos, aprendemos juntos, tivemos vidas iguais por muitos meses. Haverá experiência mais completa, prova mais significativa?

A magua com que vemos agora vós afastardes, de retorno à vossa bela e valorosa Pátria, reflete os nossos sentimentos para convosco. Contudo, além da certeza de uma grande amizade aqui cimentada, teremos a confortar-vos a idéia de que levareis aos demais camaradas do Exército Paraguai os frutos de um grande, honesto e sincero esforço comum, que foi o nosso nesta Escola. Levareis ao vosso Exército, não só os conhecimentos técnicos aqui adquiridos, como, o que reputo ainda mais importante, uma mensagem viva, palpitante, pois que é representada por vossas próprias pessoas, do espírito das forças mecanizadas brasileiras.

Certamente, a nossa mais alta virtude deve ser a fé na arma mecanizada. Sem isso os conhecimentos técnicos resultarão de alcance muito limitado. E aqui, conforme vistes, se cultiva esse espírito como base de toda a nossa formação.

Na América do Sul, bem sabia, a vitória da Moto-Mecanização é uma dupla vitória, porque significa não só a imposição do prestígio da nova arma, como implica em subjugar enormes dificuldades de ordem material.

Mas hoje, felizmente, vai longe o tempo em que se discutia se a Moto-Mecanização era vantajosa ou não, se podia ser empregada onde não houvesse abundância de boas estradas.

Nesta altura já possuímos um apreciável patrimônio moto-mecanizado, cuja conquista se tornou mais valorizada justamente em face dessas dificuldades.

Posso dizer que se chegastes aqui como camaradas bem-vindos, destinados a participar das nossas tarefas, estais ainda agora como verdadeiros irmãos, forjados na poderosa oficina do trabalho e na profunda identificação que une, indissolivelmente, todos os oficiais moto-mecanizados. Apertando, consolidando, estreitando ainda todos esses laços, já de si tão sólidos, existe mais o ideal comum das nossas Pátrias, que abraçaram os mesmos compromissos em prol da defesa da América contra as forças do odio e da cobiça.

Finalizando, para ser inteiramente fiel ao caráter íntimo e afetivo desta reunião, digo-vos apenas:

Boa sorte, amigos paraguaios.

ATOS OFICIAIS DO MINISTÉRIO DA GUERRA**De 20 de Dezembro de 1942 a 20 de Janeiro de 1943****AJUDANTES DE ORDENS (Têm direito).**

— O Ministro da Guerra, os generais, Chefe do Estado Maior do Exército, Inspetores de Grupos de Regiões Militares e os comandantes das 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a, 5.^a e 7.^a Regiões Militares, têm direito, cada um, a dois oficiais ajudantes de ordens; disporão de um os demais generais da ativa, em serviço.

Terão direito, também, a um ajudante de ordens os generais chefes de Missões Militares, o general Chefe do Gabinete Militar do Presidente da República e os generais da ativa quando em comissões de caráter essencialmente militar.

O coronel que estiver no exercício de função de comando relativo ao posto de general disporá de um adjunto, ao invés de ajudante de ordens.

Os ajudantes de ordens do Ministro da Guerra, do Chefe do Estado Maior do Exército, dos Inspetores de Grupos de Regiões Militares, do Chefe do Gabinete Militar do Presidente da República, dos Chefes de Missões Militares, dos comandantes de Regiões Militares e do Secretário Geral do Ministério da Guerra, serão de qualquer arma; os demais, em princípio, provirão da arma ou do serviço correspondente à natureza do Comando ou Diretor a que servem.

Os generais da ativa, quando dispensados da função que exercerem e enquanto aguardarem nova comissão, conservam seus ajudantes de ordens. Os ajudantes de ordens serão do posto de 1.^o tenente e excepcionalmente do de capitão, devendo ter dois anos de serviço arregimentado após a promoção a 2.^o tenente.

Nenhum ajudante de ordens poderá permanecer na função por mais de dois anos consecutivos.

(Dec.-lei n. 5.160, de 21-12-942 — D.O. de 7-1-943).

ARREIAMENTO DE TRAÇÃO (autorização).

— Autorizo, para completar os arreios dos cargueiros, assim como o arreamento de tração para viaturas de 1 a 4 animais, sejam fornecidas às unidades que empregam cargueiros ou viaturas naquelas condições as seguintes peças: 1 bernal para ração a cada animal dos cargueiros ou viaturas e 1 balde de lona para cada animal dos cargueiros e 1 balde para as viaturas de tração de 1 a 3 animais e 2 baldes para as de 4 animais.

(Aviso n. 3.460, de 28-12-942 — D.O. de 2-1-943).

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA (passa a ter).

— O Depósito de Material de Intendência da 8.^a Região Militar passa a ter autonomia administrativa, de conformidade com o disposto no art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado por decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n. 3.413, de 24 — D.O. de 28-12-942).

— A 1.^a Companhia de Metralhadoras Anti-Aérea da 8.^a Região Militar passa a ter autonomia administrativa, de conformidade com o disposto no art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado por decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n. 3.446, de 29 — D.O. de 31-12-942).

— Os I Grupo do 1.^o Regimento de Artilharia de Divisão de Cavalaria, I Grupo do 2.^o Regimento de Artilharia de Divisão de Cavalaria, II Grupo do 3.^o Regimento de Artilharia de Divisão de Cavalaria e II Grupo do

4.º Regimento de Artilharia de Divisão de Cavalaria, passam a ter autonomia administrativa, de conformidade com o disposto no art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado por decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n. 3.461, de 29 — D.O. de 31-1-942).

— O 3.º Batalhão do 18.º Regimento de Infantaria passa a ter autonomia administrativa, de conformidade com o disposto no art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado por decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n. 17, de 4 — D.O. de 6-1-943).

— Afim de que a Comissão de Orçamento possa cumprir o que prescreve o item 4.º do art. 7.º das Instruções publicadas no *Diário Oficial* de 12-12-942, determino que os agentes diretores das Unidades Administrativas do Exército e outros órgãos que disponham de pessoal (Corpos de Tropa, Repartições, Estabelecimentos, Comissões, etc.) remetam àquela Comissão, em caráter sigiloso, até 15 de fevereiro de 1943, os seguintes elementos:

a) *Efetivo* numérico de cada posto ou graduação (pessoal militar), com indicação do ato que o aprova e órgão que o contém (Boletim do Exército, *Diário Oficial*, Regulamento, Folheto, etc.);

b) *Lotação* (pessoal civil), com indicação das classes (funcionários titulados) e das escala-padrão de salários, isto é, referência e salário mensal (extranumerários);

c) Uma via da *demonstração-base* de que trata o Aviso n. 442, de 14-6-938. No *efetivo*, os *soldados* devem ser discriminados de acordo com os vencimentos (engajados, artífices, músicos, etc.).

Na *lotação*, não serão incluídos os *extranumerários* que percebem salários à conta de *lotação* orçamentária.

(Aviso n. 1 — D.O. de 6-1-943).

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA (concessão).

— E' concedida autonomia administrativa à 7.ª Cia. de Engenhos da 7.ª Divisão de Infantaria, com sede em Recife, na conformidade do que estabelece o art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado por decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

— E' concedida autonomia administrativa à 1.ª Cia. de Engenhos da 1.ª Divisão de Infantaria, com sede na Capital Federal, na conformidade do que estabelece o art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado por decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

— Ao 3.º Regimento Auto-metralhadoras de Cavalaria, com sede em Bagé, é concedida autonomia administrativa, na conformidade do que estabelece o art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado por decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Avisos ns. 116, 118 e 121, de 13 — D.O. de 15-1-943).

— E' concedida autonomia administrativa à 14.ª Cia. de Engenhos da 14.ª Divisão de Infantaria, com sede em Natal, na conformidade do que estabelece o art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado por decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n. 112, de 13 — D.O. de 15-1-943).

— O Quartel General da 10.ª Região Militar passa a ter autonomia administrativa, de conformidade com o disposto no art. 25 do Regulamento para Administração do Exército, aprovado por decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n. 144, de 14 — D.O. de 16-1-943).

BATALHÃO-ESCOLA (efetivo).

— Deve ser dado efetivo, no corrente ano, à Cia. de Instrução do Batalhão-Escola, e à Cia. de Instrução do Grupo-Escola.

(Aviso n. 101, de 12 — D.O. de 14-1-943).

CAMAS SUPERPOSTAS (concessão).

— Em face do radiograma n. 287-S.I.R., de 6 do mês findo, do Comandante da 9.^a Região Militar, concedo autorização para o uso de camas superpostas, de preferência de ferro, observando-se, porém, os seguintes preceitos:

- a) as aberturas dos alojamentos serão dispostas de modo que permitam boa ventilação;
- b) a superfície reservada a cada homem terá, no mínimo, 4,2 m;
- c) o alojamento proporcionará uma cubagem mínima individual de 25,3 m, calculados em altura superior a quatro metros do assoalho;
- d) as camas ficarão distantes, umas das outras, 80 centímetros, e afastadas das paredes cerca de 20 centímetros;
- e) filas de camas ficarão separadas por uma distância nunca inferior a dois metros.

(Aviso n. 3.362, de 19 — D.O. de 22-12-942).

COMPANHIAS DE ENGENHOS (instalação).

— As 7.^a e 14.^a Cias. Eng. (A.C.), criadas por decretos-leis ns. 5.175 e 5.174, ambos de 6 do corrente mês, são mandadas instalar, a partir de 15 do fluente, nas suas sedes definitivas.

(Aviso n. 117, de 13 — D.O. de 15-1-943).

— A 1.^a Companhia de Engenheiros (1.^a Cia. Eng.) tem sede na Vila Militar, no quartel da Escola das Armas).

(Aviso n. 119, de 13 — D.O. de 15-1-943).

COMPANHIA ESCOLA DE ENGENHARIA (subalternos).

— E' mandado aumentar de três oficiais subalternos do quadro da Companhia Escola de Engenharia.

COMPANHIA DO VALE DO RIO DOCE (Oficiais e Funcionários).

Os oficiais das forças armadas e os funcionários públicos civis da União, dos Estados e dos Municípios podem servir na Companhia Vale do Rio Doce S.A. em funções de nomeação ou efetivos, mediante licença do Presidente da República, perdendo apenas o vencimento ou remuneração do posto ou cargo efetivo, salvo se eleitos para o Conselho Fiscal, hipótese em lhes ficam também asseguradas essas vantagens.

(Decreto-Lei n. 5.179, de 11 — D.O. de 13-1-943).

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL (Organização).

— O Diário oficial n. 5 de 7-1-943, publica na íntegra o Decreto-Lei n. 5.163, de 31-12-942, que dispõe sobre a organização do Conselho de Segurança Nacional.

CONVOCAÇÃO DE RESERVISTAS (Especializado).

1 — Afim de satisfazer às necessidades dos corpos de tropa, em pessoal especializado em transmissões, os comandantes das 1.^a, 2.^a e 4.^a Regiões Militares devem convocar, imediatamente, reservistas de 2.^a categoria, num total de 250, para serem matriculados no Curso B-1 da Escola de Transmissões.

2 — Esses reservistas deverão satisfazer às seguintes condições:

- a) ser brasileiro nato;
- b) ter mais de 21 e menos de 26 anos de idade, referidos a 31 do corrente mês;
- c) ter sido aprovado na 3.^a série, no mínimo, do curso secundário ou ginasial;
- d) não ter outra especialização profissional.

3 — A convocação dos reservistas será feita do seguinte modo: pela 1.^a Região Militar, 100; pela 2.^a Região Militar, 100; pela 4.^a Região Militar, 50.

DE NORTE A SUL



MÁU grado as dificuldades creadas pela guerra, a Anglo-Méxican continua mantendo, de Norte a Sul, as suas filiais e agencias e os revendedores dos produtos Shell, envidando assim seus melhores esforços no sentido de bem servir os transportes e as industrias nacionais.

ANGLO-MEXICAN PETROLEUM CO, LTD.

Praça 15 de Novembro, 10 - Rio de Janeiro

DESDE AQUELE DIA



parece que os negocios tomaram novo impulso...

A direção da firma cabia a um sócio apenas. Por isso, os Bancos limitavam seu crédito. Não havia pleno desenvolvimento. Um dia, porém, os tres socios resolveram proteger a firma e protegerem-se mutuamente, instituindo um Seguro Comercial, na Sul America. Desde então o crédito firmou-se, os negocios aumentaram e os lucros multiplicaram-se. Siga este exemplo, o Sr. que também é comerciante!



SUL AMERICA

Companhia Nacional de Seguros de Vida

Dias Gracia & Cia. Ltda.

RIO DE JANEIRO

Grandes importadores de:

Ferragens em geral. Cimento e materiais de construção. Telhas corrugadas, de ferro galvanizada e cimento-amianto. Ferro e aço em todos os perfis. Metais. Chapas pretas e galvanizadas. Arame farpado e liso. Tubos para água, gaz e vapor.

Produtos químicos Industriais.

Máquinas e artigos para indústria de laticínios.

Coalho "Estrella"

Instalações frigorificas. Extintores de incêndio e mangueiras. Artigos de escafandria e mascaras contra gases.

Visconde de Inhauma, 23/25

4 — Uma vez matriculados na Escola os reservistas ficarão pertencendo ao respectivo contingente, devendo o comando da 1.^a R.M. distribuí-los pelos corpos da guarnição da Vila Militar para efeitos de alojamento e alimentação.

5 — A data do início do período letivo será oportunamente fixada.

6 — A Inspetoria Geral do Ensino do Exército promoverá as medidas que lhe disserem respeito.

(Aviso n. 3.424 — de 26 — D.O. de 25-12-942).

CORPOS DE TROPA (Criação).

E' criada, para instalação a partir de 1.^o de janeiro de 1943, com sede em Belém do Pará, a 1.^a Companhia Independente de Metralhadoras Anti-Aéreas da 8.^a Região Militar.

(Decreto-Lei n. 5.113, de 18 — D.O. de 21-12-942).

E' criado, para instalação a partir de 15 de janeiro de 1943, com sede em Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, o 3.^o Regimento Auto-metralhadoras de Cavalaria.

(Decreto-Lei n. 5.170 de 6 — D.O. de 8-1-943).

E' criado, para instalação a partir de 15 de janeiro de 1943, com sede em Uruguaiana — Estado do Rio Grnde do Sul, o 2.^o Regimento Auto-metralhadoras de Cavalaria.

(Decreto-Lei n. 5.171 de 6 — D.O. de 8-1-943).

E' criada, para instalação a partir de 15 de janeiro de 1943, com sede na Capital Federal, a 1.^a Companhia de Engenheiros, pertencente, organicamente, à Infantaria Divisionária da 1.^a Divisão de Infantaria.

(Decreto-Lei n. 5.172 de 6 — D.O. de 8-1-943).

Fica criada, com sede em Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul, a 10.^a Circunscrição de Recrutamento.

(Decreto-Lei n. 11.277, de 8 — D.O. de 11-1-943).

CARTEIRA DE IDENTIDADE. (Recomendação).

— Recomendo aos comandantes de Região, em face da situação especial decorrente do estado de guerra, e para facilitar a ação das autoridades, que determinem providências de ordem a que seja rigorosamente observada a prescrição regulamentar segundo a qual todo militar, fardado ou não, deve andar munido da respectiva carteira ou cartão de identidade.

(Aviso n. 3.459 de 29-12-942 — D.O. de 2-1-943).

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS (Matrícula).

— Autorizo a matrícula no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos, arma de infantaria, de sargentos da Força Aérea Brasileira, conforme discriminação abaixo:

1.^a Região Militar (trinta), 30; 3.^a Região Militar (dez), 10; 5.^a Região Militar (cinco), 5; 7.^a Região Militar (cinco), 5; 8.^a Região Militar (cinco), 5.

(Aviso n. 162, de 15 — D.O. de 15-1-943).

CURSO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA (Efetivo).

— São fixados os seguintes efetivos para o Corpo de Alunos dos C.P.O.R. de Porto Alegre e Curitiba, para 1943:

Porto Alegre: Infantaria, 240; Cavalaria, 200; Artilharia, 110; Engenharia, 60; Intendência, 90.

Curitiba: Infantaria, 310; Cavalaria, 160; Artilharia, 100; Engenharia, 70; Intendência, 60.

(Aviso n. 37, de 8 — D.O. de 12-1-943).

— São fixados os seguintes efetivos para o Corpo de Alunos dos C. P. O. R. abaixo:

C. P. O. R. de Belo Horizonte: Infantaria, 300; Cavalaria, 100; Artilharia, 95; Intendência, 60.

C. P. O. R. de Belém: Infantaria, 300; Intendência, 60.

C. P. O. R. de Campo Grande: Infantaria, 150.

Fica aumentado para 130 o número de alunos do C. P. O. R. do 16.º Batalhão de Caçadores.

(Aviso n. 2 de 2 — D.O. de 5-1-943).

DIRETORIA DE ENGENHARIA (Disposição).

— Em consequência da criação da Diretoria das Armas e da aprovação do respectivo Regulamento, ficam adotadas, em caráter provisório, até a publicação do novo Regulamento para a Diretoria de Engenharia, as seguintes disposições concernentes à última dessas Diretorias:

a) a atual 2.ª Divisão da D. E. é transformada em 1.ª Secção, com a seguinte organização:

1.ª Secção — Material de engenharia e pessoal Q. T. A.; Chefe — 1 Cel. ou Ten. Cel. de Engenharia.

1.ª Sub-Secção — Movimentação e mobilização dos oficiais do Q. T. A. (construtores, transmissões e eletricitas);

Chefe — 1 Major Q. T. A. proveniente da Engenharia (const., Trans. ou elet.) ou da Arma;

Adjuntos — 2 capitães de Engenharia ou Q. T. A. — (const., trans. ou elet.).

2.ª Sub-Secção — Estudos relativos ao material de engenharia, sob os aspectos técnico e tático;

Chefe — 1 Major de Engenharia;

Adjuntos — 2 Capitães de Engenharia.

3.ª Sub-Secção — Distribuição, exame e verificação do material de Engenharia;

Chefe — 1 Major de Engenharia;

Adjuntos — 2 capitães de Engenharia.

b) As atribuições da atual 3.ª Sub-Secção da 2.ª Divisão da D. E. são transferidas para o E. M. E.

(Aviso n. 3.416 de 26 — D.O. de 29-12-942).

DIRETORIA DE INTENDÊNCIA DO EXÉRCITO (Reservistas).

O aviso n. 42, de 6 do corrente mês, dispondo sobre reservistas convocados do quadro do pessoal civil destes Ministério, se aplica aos Estabelecimentos da jurisdição da Diretoria de Intendência do Exército.

(Aviso n. 120, de 13 — D.O. de 15-1-943).

ESCOLA DE ARTILHARIA DE COSTA (Curso).

— Na Escola de Artilharia de Costa, funcionarão, em 1943, os seguintes cursos:

a) Curso de Oficiais da Ativa, no período de 15 de abril a 16 de outubro, com 20 alunos, oficiais subalternos, primeiros ou segundos tenentes, sendo que estes últimos devem ter um ano de posto. Na falta de candidato, a matrícula será compulsória.

Os oficiais classificados nas 3.ª, 5.ª, 6.ª, 7.ª, 8.ª, 9.ª e 10.ª Regiões Militares, devem ter um ano de serviço nessas Regiões.

b) Curso de Engenharia para Oficiais da Reserva, que já está em funcionamento até 31 de março, organizando-se outra turma, durante o ano, de acordo com as necessidades e pela forma prescrita no aviso n. 1.189, de 12 de maio de 1942.

c) Curso de Sargentos, com quatro turmas, duas das quais funcionarão no período de 2 de janeiro a 30 de junho e duas outras de 1.º de julho a 31 de dezembro.

As matrículas serão efetuadas mediante exame de seleção a que serão obrigados todos os sargentos. As provas terão lugar nas respectivas unidades, providenciando o comandante da Escola de Artilharia de Costa sobre a organização e julgamento das questões.

Realizadas as provas, serão as mesmas remetidas à Escola, acompanhadas de uma relação dos candidatos com os pontos até então obtidos para promoção, efetuando-se a matrícula dos classificados de acordo com a escala para a promoção.

O curso compreenderá fundamentalmente:

Recapitulação de matemática;

Uma parte técnico profissional;

Técnica de tiro;

Topografia;

Telemetria;

Transmissões;

Guerra química;

Material de artilharia;

Minas e projetores;

Organização de defesa de Costa.

(Aviso n. 3.447 de 29 — D.O. de 31-12-942).

EFETIVO DE CORPO (Retificação).

— São de 64 (sessenta e quatro), soldados condutores e 64 (sessenta e quatro) muars, os acréscimos autorizados sobre o efetivo fixado para o 7.º Grupo de Artilharia de Dorso (Olinda), e não de 96 (noventa e seis) como consta nos Avisos ns. 3.323 e 3.324, ambos de 17 de dezembro último.

(Aviso n. 143, de 14 — D.O. de 16-1-943).

ESPECIALISTAS (Convocações).

Autorizo, para preenchimento dos claros de especialistas, a convocação de reservistas de 1.ª categoria, até 30 anos de idade, inclusive, e que possuam a especialidade exigida.

(Aviso n. 3.423 de 26 — D.O. de 29-12-942).

ESTABELECIMENTO DE INTENDÊNCIA DO RIO (Contingente).

— É criado, no Estabelecimento de Material de Intendência do Rio, um Contingente de praças que terá o seguinte efetivo:

1.º sargento, 1; 2.ºs sargentos, 5; 3.ºs sargentos, 7; Cabos, 7; Soldados, 60. Total 80.

(Aviso n. 3.417 de 26 — D.O. 29-12-942).

ESTABELECIMENTOS MILITARES (Reservistas Convocados).

— Os reservistas pertencentes ao quadro do pessoal civil dos Estabelecimentos militares, convocados para o serviço ativo do Exército, devem ser incorporados nos Contingentes especiais dos respectivos Estabelecimentos.

(Aviso n. 42 de 6 — D.O. de 8-1-943).

ETAPA DE ALIMENTAÇÃO (Valor).

— É fixado em quatro cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 4,20) o valor da etapa de alimentação das praças que servem na Estação Reguladora de São Francisco, para o semestre em curso.

(Aviso n. 146, de 14 — D.O. de 16-1-943).

EXCLUSÃO DISCIPLINAR (Aplicação).

— Enquanto vigorar o atual estado de guerra fica suspensa a aplicação da pena de exclusão disciplinar aos cabos e soldados, e facultada a aplicação da pena de expulsão, também aos cabos e soldados que cometerem, num período de quatro meses, três ou mais faltas graves punidas com prisão de dez ou mais dias, e cujo mau comportamento não for suscetível de melhorar.

Nesse último caso, em se tratando de reservistas convocados serão os mesmos excluídos da reserva, não se lhes restituindo os respectivos certificados ou carteiras.

(Aviso n. 4 de 2 — D.O. de 5-1-943).

BANCO NACIONAL DE DESCONTOS

Contas Correntes Populares

Juros de 5% ao ano

Paga e recebe até às 7 horas da noite

Pague com chéque,

— Quem paga com chéque paga certo.

50, Rua da Alfandega, 50

Sociedade Anônima

MARVIN

Refinação e fundição de metais e depósito de ferro, aço e metais — Fábrica de pregos, parafusos, porcas, dobradiças, fios, cabos de cobre e latão, tachas, rebites e arestas de ferro e latão — Canos de chumbo e chumbo em lençol.

**FERRO, COBRE E LATÃO EM
TUBOS, VERGALHÕES E CHAPAS**

FONE 30-3800

Av. dos Democráticos, 207

RIO DE JANEIRO

SERVIÇO DE REEMBOLSO POSTAL

A DEFESA NACIONAL, visando facilitar aos seus sócios e assinantes a aquisição de livros - militares ou não - à venda nas livrarias do Rio de Janeiro, introduziu, na sua **Secção de Publicações**, o serviço de ENTREGA DE ENCOMENDAS CONTRA REEMBOLSO.

Os livros solicitados serão remetidos mediante o simples pedido, e o pagamento feito na agência postal da localidade onde se encontra o destinatário, na ocasião da entrega da encomenda.

As despesas relativas ao SERVIÇO POSTAL DE ENCOMENDAS CONTRA REEMBOLSO, serão incluídas no valor do pedido.

A toda encomenda acompanhará a fatura respectiva.

Para facilidade do serviço, os pedidos devem ser feitos nesta ficha.



Este número publica a relação dos livros à venda na Secção de Publicações de A DEFESA NACIONAL

Em. / /

Snr. Diretor de Publicações

de "A Defesa Nacional"

Caixa Postal 32
MINISTÉRIO DA GUERRA
RIO DE JANEIRO

Solicito enviar-me, pelo SERVIÇO DE REEM-
OLSO POSTAL, os seguintes livros:

Nome

Unidade ou rua.....

Cidade.....

Estado



COMPANHIA *de* CIGARROS
★ **SOUZA** ★ **CRUZ**

MARCENARIA REIS

Fabrica de artefatos de madeira para maquina de costura

PASCHOAL DOS REIS

RUA Cerqueira Daltro, 254 - Cascadura — Tel. 29-8739

RIO DE JANEIRO

ARMARINHO FLÔR DAS LARANJEIRAS

DE

CHEADE ABDALLA

Grande depósito de calçados e chinelos

Rua das Laranjeiras, 392

TEL. 25-0374

Rio de Janeiro

SANTA TEREZINHA

DEPOSITO DE CARVÃO E LENHA

Lenha em tócos e achas-Carvão vegetal de

mato virgem e Paulista-Entrega gratis a domicilio

MARIO DA ROCHA

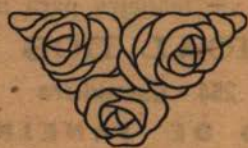
RUA PIAUI N.º 195-A-Engenho de Dentro — Tel. 29-2951 — RIO DE JANEIRO

A DEFESA NACIONAL

é do Exército

Trabalhar para ela é trabalhar

PARA O EXÉRCITO



MANDEM SUAS

COLABORAÇÕES

FORTE MARECHAL MOURA (Contingente).

— E' considerado extinto, a contar de 2, do corrente mês, o Contingente de Guarda do Forte Marechal Moura, devendo as praças do referido Contingente ser aproveitadas, por transferência, noutros destacamentos e formações pertencentes à 5.^a Região Militar.

(Aviso n. 41 de 6 — D.O. 8-1-943).

GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO (Sargentos).

— Os Gabinetes de Identificação ns. 7 e 8, ficam aumentados, cada um, de um 3.^o sargento e dois cabos identificadores e os Postos de Identificação de Guarnição, ns. 6 e 7, para Campina Grande e Maceió, respectivamente, serão constituídos por um 2.^o sargento, um 3.^o sargento e um cabo identificadores, cada um.

(Aviso n. 3.466 de 31-12-942 — D.O. 4-1-943).

INSÍGNIAS DE COMANDO (Aprovã).

Aprovo as insígnias de comando para os Batalhões de Engenharia (motorizado), suas sub-unidades (Cias. de Pontoneiros, Sapadores e Equipagem de Pontes) bem assim o distintivo para as respectivas praças.

(Aviso n. 100, de 17 — D.O. de 15-1-943).

IMPOSTO DE RENDA (Contribuintes).

Ficarão isentos do desconto mensal de 3% a que se referem os artigos 6.^o e 7.^o do decreto-lei n. 4.789, de 5 de outubro de 1942:

a) os funcionários públicos, os extranumerários, os contratados, os mensalistas, os diaristas e tarefeiros, federais, estaduais e municipais, e os associados dos institutos e caixas de aposentadoria e pensões que forem contribuintes do imposto de renda e que apresentarem à autoridade pública competente, ou ao empregador, o recibo de pagamento do dito imposto no último exercício financeiro;

b) toda pessoa que percebe mensalmente remuneração inferior a duzentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 250,00).

Os números e as datas dos recibos do imposto de renda, a que se refere a a deste artigo, deverão ser anotados nas folhas de pagamento pela autoridade pública competente ou pelo empregador.

(Decreto-Lei n. 5.159, de 31-12-942 — D.O. 5-1-943).

INSTRUTORES DO C. P. O. R. (Gratificação).

— Aprova a tabela anexa de gratificações aos instrutores-chefes e instrutores dos Núcleos dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva, proposta pela Inspetoria Geral do Ensino do Exército, para atender as respectivas despesas, no corrente exercício, a partir da 2.^a quinzena de outubro último (arts. 98 e 116 do Regulamento para os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva — Decreto n. 8.887, de 2 de março de 1942).

(Avisos n. 3.452 de 29-12-942 — D.O. 2-1-943).

JUNTAS MILITARES DE SAUDE (Inspeção).

— Afim de apressar o processo de incorporação dos reservistas convocados, as Juntas Militares de Saude deverão funcionar todos os dias uteis das sete às onze e das treze às dezoito horas.

Quando possível, os médicos que funcionarem na primeira parte da jornada serão substituídos. Se necessário, recorrer-se-á aos médicos das repartições e estabelecimentos de saude existentes nas respectivas Guarnições.

— Os comandantes de Região Militar providenciarão afim de ser fielmente cumprido o disposto no presente Aviso.

A Diretoria de Saude do Exército providenciará, por sua vez, no sentido de que os médicos não subordinados diretamente aos comandos de Região concorram nos trabalhos das citadas Juntas, sem prejuizo de suas funções nas unidades, repartições ou estabelecimentos em que sirvam.

(Aviso n. 3.415 de 24 — D.O. de 28-12-942).

LEI DO SERVIÇO MILITAR (Garantias).

Ficam suspensas, enquanto durar o estado de guerra a que se refere o decreto n. 10.358, de 31 de agosto de 1942, as garantias previstas no decreto-lei n. 1.187, de 4 de abril de 1939 (Lei do Serviço Militar), e autorizado o Governo a transferir a incorporação de voluntários e sorteados, quando e para onde for conveniente, atendendo, exclusivamente, às conveniências da mobilização e da segurança nacional.

A aplicação da suspensão das garantias será feita, em cada caso, por ordem direta do Ministro da Guerra, em caráter reservado.

(Decreto-Lei n. 5.166, de 31-12-942 — D.O. de 8-1-943).

MEDICAMENTOS (VENDA).

— A venda de medicamentos no âmbito do Exército (Laboratório Químico Farmacêutico Militar, Farmácia Central, etc.) deve ser considerada *renda comercial*, aplicando-se-lhe o disposto no aviso n. 611-C, de 10 de dezembro de 1941 (Boletim do Exército n. 50, de 13-12-41).

Para observância do preceito acima fixado, ter-se-á em conta:

1.^o) *quanto aos produtos não preparados naqueles Estabelecimentos*, o disposto no artigo 28 das Instruções publicadas no Boletim do Exercício n. 69, de 15 de dezembro de 1934;

2.^o) *quanto aos produtos ali manufaturados*, o seguinte critério:

a) *custo industrial*:

1) matéria prima — valor integral;

2) 20 % sobre o valor da matéria prima, para os fins previstos no § 4.^o do art. 150 do Regulamento de Administração do Exército.

b) *preço de venda*: Custo industrial acrescido de uma percentagem máxima de 10 %.

(Aviso n. 467, de 6, 11 — D.O. de 26-12-942).

OFICIAIS DA RESERVA (Períodos de Instrução).

— Deve ser contado como um dos períodos de instrução previstos no art. 11 do Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva o período de um ano de convocação para o serviço ativo, desde que o oficial em causa obtenha conceito favorável do respectivo comandante ou chefe.

(Aviso n. 57, de 7 — D.O. de 11-1-943).

OFICIAIS TRANSFERIDOS (Ordem).

— É autorizado o Comando da 7.^a Região Militar a desligar dos corpos e estabelecimentos da Região os oficiais deles transferidos para outros de outras R. M. só após a apresentação aí dos respectivos substitutos, cabendo aos Comandantes destas determinar as necessárias providências no sentido do embarque imediato, findo o trânsito, dos oficiais que, por transferência ou classificação, forem mandados servir na 7.^a R.M.

— Fica aumentado de seis burocratas (soldados) o contingente da 16.^a Circunscrição de Recrutamento, com sede em Florianópolis.

(Aviso n. 3.360, de 19 — D.O. de 22-12-942).

OFICINAS DE REPARAÇÃO DE MATERIAL BÉLICO (Criação).

I — Ficam criadas no território da 7.^a Região Militar mais duas Oficinas de Reparação de Material Bélico, com o pessoal e equipamento abaixo discriminados.

II — Essas oficinas, essencialmente moveis, terão o caráter de órgãos divisionários (Secções de Reparação dos Parques de Material Bélico Divisionários) e se destinam aos serviços das 7.^a D. I. e 14.^a D. I.

III — A que se destina aos serviços da 7.^a D. I. terá como sede normal Caruarú e a que se destina aos serviços da 14.^a D. I. terá como sede normal Campina Grande.

IV — As novas oficinas e a atual do Serviço do Material Bélico da 7.^a Região Militar, ficarão sob as ordens do chefe do S. M. B. R., até o desdobramento dos serviços regionais em órgãos de serviços de Exército e órgãos de serviços divisionários.

V — O pessoal artífice para essas oficinas será recrutado entre sargentos, cabos e soldados artífices dos Corpos de Tropa, com sede no território da Região, e mediante exame de seleção cujo programa é o mesmo estabelecido em Boletim do Exército n. 478, de 20 de setembro de 1928.

VI — O exame de seleção de que trata o item anterior realizar-se-á na sede da Região em dia previamente marcado pelo respectivo comando que nomeará também a comissão julgadora.

VIII — O lugar de sub-tenente mestre geral será preenchido pelo candidato que for melhor classificado entre os que possuírem uma profissão mecânica e tiverem, além disso, conhecimentos gerais das outras profissões.

VIII — A constituição das oficinas é a seguinte:

Pessoal:

1. Sub-tenente artífice-mestre geral;
1. 1.^o sargento torneiro-mecânico;
1. 1.^o sargento limador-ajustador;
1. 1.^o sargento para serviços de escrituração;
1. 2.^o sargento limador-ajustador;
1. 2.^o sargento armeiro (armas portáteis e automáticas);
1. 2.^o sargento carpinteiro-coronheiro;
1. 3.^o sargento serralheiro;
1. 3.^o sargento ferreiro;
1. 3.^o sargento seleiro-correio;
1. 3.^o sargento eletricista;
1. cabo pintor;
1. cabo serralheiro;
10. soldados artífices, auxiliares.

IX — A aparelhagem mecânica e demais utensílios profissionais devem constar, no mínimo, do seguinte:

1. torno mecânico com cava, de 1,50 m entre pontas
1. torno mecânico, de 1 m entre pontas;
1. pequena fresa horizontal;
1. torno limador;
1. tesoura manual;
1. prensa-balancim;
2. forjas;
2. máquinas de furar, de bancada;
1. serra circular;
1. serra-fita.

Ferramentas necessárias aos trabalhos de ajustagem, de máquinas-ferramentas, forja, serralharia, correaria, carpintaria, segearia, pintura e eletricidade.

X — Inicialmente, e pelo tempo que for julgado necessário, deverão fazer parte dessas oficinas operários civis do Quadro do Arsenal do Rio, sendo: um especialista em material de artilharia, e um especialista em armas portáteis e automáticas.

Esses operários deverão orientar a execução dos trabalhos dessa natureza, para os quais não dispõem os artífices dos Corpos de Tropa do necessário tirocínio.

(Aviso n. 113, de 13 — D.O. de 15-1-943).

ORTOGRAFIA (regula).

— Até que seja adotado em definitivo o vocabulário oficial em elaboração,



**OCULOS E PINCE-NEZ
COM CRISTAIS "PARALUZ"**

APARELHOS E
ARTIGOS PARA
FOTOGRAFIA

**LUTZ, FERRANDO
CIA. LTDA.**

RIO DE JANEIRO

RUA DO OUVIDOR, 88
AVENIDA RIO BRANCO, 142
RUA GONÇALVES DIAS, 4-A
AV. N. S. DE COPACABANA, 576

**COLCHOARIA DO POVO
DE
HOCHMAN & FAJNGOLD**

Rua 24 de Maio, 783-Sampaio Fone 29-2939
RIO DE JANEIRO

**ARMAZEM BRILHANTE
DE
A. L. GASPAR**

Líquidos e comestíveis finos
Rua Dr. Bulhões n. 38 - Tel. 29-3489
Engenho de Dentro - Rio de Janeiro

Caixotaria Brasil Ltda.



**RUA GENERAL CAMARA 313
Rio de Janeiro**

Srs. Oficiais! Ide viajar?
Procurai a "Caixotaria Brasil"
Trabalha 90 % para militares
Centenas de atestados.
Engradamento de moveis, cristais, louças etc.
Encarrega-se de embarque e despacho
Orçamento sem compromisso

**Rua General Camara, 313
Fone 43-4339**

que consubstancie, de modo seguro, o acôrdo celebrado em 1931, entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa, vigorará, em todo o país, como formulário ortográfico, o do "Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa", organizado pela Academia Brasileira de Letras, de acôrdo com a Academia das Ciências de Lisboa", publicado em 1932.

O Ministro da Educação e Saude fixará os prazos de obrigatoriedade relativos à ortografia dos livros didáticos e, bem assim, resolverá, por instruções, toda a matéria atinente à ortografia.

Fica revogado o parágrafo único do art. 1.º do decreto-lei n. 292, de 23 de fevereiro de 1938, e outras disposições que contrariem o presente decreto-lei. (Dec.-lei n. 5.186, de 13 — D.O. de 15-1-1943).

PROMOÇÃO DE SARGENTOS (Regula).

— As promoções de sargento devem ser reguladas da seguinte maneira:

- 1) a 1.º sargento, de acôrdo com os avisos ns. 1.777 e 1.854, de 7 e 16 de julho de 1942, respectivamente;
 - 2) a 2.º sargento, mediante notificação do número de vagas pela D.A., de acôrdo com o aviso n. 162-Prom. 2, de 21-1-1942;
 - 3) as de 2.º sargento decorrentes da criação de novas unidades, pelos Cmts. de Regiões, de acôrdo com o aviso n. 162, acima citado, ficando também autorizados a promover, com transferência, soldados a cabos e cabo a 3.º sargento, tendo em vista a atual legislação;
 - 4) as de cabo a 3.º sargento, pelos comandantes de Corpos, de acôrdo com o aviso n. 153-Prom. 3, de 29 de janeiro de 1942.
- (Aviso n. 28, de 5 — D.O. de 7-1-1943).

RESERVISTAS CONVOCADOS (Curso B1)

— Fica assim redigido o item 4 do Aviso n. 3.424, de 26 de dezembro de 1942:

"4. Os reservistas convocados, pelo comando da 1.ª Região Militar, serão distribuídos pelos corpos de guarnição da Vila Militar, aos quais ficarão pertencendo como se efetivos fossem, dispensados, entretanto, dos serviços de escala.

A proporção que forem sendo apresentados a essas unidades, os respectivos comandos mandarão apresentá-los à Escola de Transmissões, para efeito de matrícula no Curso B1".

(Aviso n. 68, de 7 — D.O. de 11-1-1943).

SORTEADOS INSUBMISSOS (indulto).

— E' concedido indultos aos sorteados insubmissos que estiverem presos, aguardando julgamento ou cumprindo sentença na data em que entrar em vigor o presente decreto-lei.

Os termos de insubmissão dos indultados serão cancelados nos corpos onde se encontrarem, independentemente de quaisquer formalidades judiciais, por ordem do respectivo comandante, e deixarão de ser lavrados quando não o tenham sido, em tempo, fazendo-se disso menção em boletim; e os processos em curso serão arquivados, na fase em que se acharem, por despacho do Presidente do Supremo Tribunal Militar ou do Conselho de Justiça, ou do Auditor, conforme o caso, expedindo-se as comunicações necessárias.

(Dec.-lei n. 5.195, de 15 — D.O. de 18-1-1943).

SORTEADOS E RESERVISTAS (Incorporação).

— Os comandantes de Região Militar providenciem no sentido de serem sempre comunicadas às empresas, repartições ou serviços, as incorporações e licenciamento dos sorteados e reservistas, convocados, que sejam funcionários ou empregados dos mencionados órgãos.

Companhia de Nickel do Brasil

Jazidas: Liberdade - E. F. Sul de Minas
MINAS GERAES



End. Telegr.: NICKEL - RIO

Tel. 22-2967

Caixa Postal 2111

Rua Robrigo Silva, 34-A-1.º Andar

RIO DE JANEIRO

RUPTURITA

ALTO EXPLOSIVO BRASILEIRO

de: ALVARO ALBERTO

Oficial da Marinha e Professor de Explosivos na Escola Naval

SOCIEDADE BRASILEIRA DE EXPLOSIVOS RUPTURITA, S. A.

RUPTURITA HIDRAULICA

Considerada pela E. F. Central do Brasil como explosivo de 1.ª classe, com rendimento equivalente, ou superior ao das melhores dinamites estrangeiras e comparável ao da própria "blasting gelatine" Nobel: adequada ao trabalho em rochas duríssimas e desmontes sob água.

ESCRITÓRIO:

Avenida Rio Branco, 137

Caixa Postal, 2321

Telefone: 23-2739

8.º and., Salas, 819-820 — Edifício GUINLE

Códigos Ribeiro, Bentleys e Mascote, 2.ª

Endereço Telegráfico: "RUPTURITA"

RIO DE JANEIRO

Tais comunicações deverão ser feitas imediatamente após os atos de incorporação e licenciamento.

(Aviso n. 4 de 2 — D.O. de 5-1-943).

SUB-TENENTES E SARGENTOS (Transferência para a reserva)

— O "Diário Oficial", n. 5, de 7-1-943, publica o decreto-lei n. 3.165, de 31-12-942, que dispõe sobre a transferência de sub-tenentes e sargentos para a reserva e sua convocação para o serviço ativo ao posto de 2.^o tenente.

UNIDADES ADMINISTRATIVAS (instalação).

— Recomendando aos agentes diretores dos corpos, estabelecimentos e repartições do Exército, que procurem agir com a máxima economia quando se tratar de proceder à instalação das diversas dependências de cada unidade administrativa, particularmente em relação às que se acham em vias de organização ou que venham a ser organizadas.

As aquisições necessárias devem cingir-se tão somente ao material que, embora de boa qualidade, se revista dos característicos de modéstia, e simplicidade convenientes, limitando-se outrossim, as mesmas aquisições, aos artigos que forem estritamente indispensáveis.

(Aviso n. 35, de 8 — D.O. de 12-1-943).

UNIFORME (solução de consulta).

— Em radiograma n. 19, de 28 de novembro último, o Comandante da 8.^a Região Militar consulta sobre a possibilidade de ser feita a distribuição de calças de brim verde oliva às praças recém-incorporadas, sem prejuízo do calção do mesmo brim a que tem direito, dado o grande número das referidas peças existente em depósito.

Em solução e atendendo a que a situação atual, diante dos onerosos encargos da guerra, impõe economia e aproveitamento, fica estabelecido no presente caso, bem assim nos demais idênticos, o uso da calça de brim verde-oliva pelas mencionadas praças, com prejuízo, porém, de um dos calções distribuídos de conformidade com as instruções em vigor.

(Aviso n. 3 414, de 24 — D.O. de 28-12-942).

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

A DEFESA NACIONAL recebeu, no período de 20 de dezembro de 1942 a 20 de Janeiro de 1943, as seguintes publicações:

"Revista de Medicina Militar" — N. 4 — Outubro a Dezembro de 1942 — D.S.E. — Rio.

"Revista del Sub-Oficial" — N. 285 — Novembro de 1942 — Argentina.

"Revista Militar del Perú" — Ns. 9 e 10 — Outubro e Setembro de 1942.

"Revista de Intendência" — N. 6 — Novembro e Dezembro de 1942 — Rio.

"Revista da Liga Marítima Brasileira" — N. 425 — Novembro de 1942 — Rio.

"El Mauser" — N. 98 — Outubro de 1942 — Miraflores (Perú).

"Alerta" — N. 262 — Novembro de 1942 — Uruguai.

"Revista de Infantaria" — Ns. 157 e 158 — Setembro de 1942 — Chile.

THE CALORIC COMPANY

Matriz: RIO DE JANEIRO

AVENIDA PRESIDENTE WILSON, 118 — 4.º andar

Tel. 22-5133

**OLEO
COMBUSTIVEL
para indústrias
e navegação**



**OLEO
DIESEL
para motores
e tratores**

OEEOS LUBRIFICANTES

DEPOSITOS:

Rio - S. Paulo - Santos - S. Salvador - Recife e Belem

Representantes em todas as cidades do país

Sociedade Fornecedora da Industria e Navegação Portella Ltda.

Fornecedores do Governo

Especialistas em: Materiais para Transmissões, - Artigos para navegação, máquinas e acessórios para Industria e Artefatos de Borracha aplicados a industria.

Endereço telegráfico "INDUNAVE"

Matriz: Rua Teófilo Otoni, 31 - Tel. 23-6364 - RIO DE JANEIRO - Filial: CAMPOS

Redação e Administração:
QUARTEL GENERAL DO EXÉRCITO
Rio de Janeiro — Telefone: 43-0563

EXPEDIENTE

Diariamente das 14 às 18 horas.
O Gerente é encontrado diariamente das 14 às 17 horas.

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

"A Defesa Nacional" mantém uma secção de informações destinada a atender aos Srs. Socios e Assinantes que servem fóra da guarnição do Rio-de-Janeiro.

a) Fornecer-lhes todas as informações solicitadas sôbre interesses pessoais ou militares.

b) Fazer, mediante encomenda, a aquisição de objetos na praça do Rio-de-Janeiro.

SECÇÃO DE PUBLICIDADE

Diretor: Cel. Orosimbo Martins Pereira
Diariamente — das 9 às 12 horas e das 14 às 16 horas.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência relativa à Gerência deve ser remetida para a Caixa Postal 32, Ministério da Guerra. As colaborações deverão ser endereçadas ao Ten.-Cel. Lima Figueirêdo, Caixa Postal, Ministério da Guerra.

PREÇOS

Officiais e sub-tenentes	}	ano	Cr\$ 30,00
		semestre	Cr\$ 15,00
Sargentos	}	ano	Cr\$ 25,00
		semestre	Cr\$ 14,00

Os assinantes avulsos, caso desejem que a revista siga registrada, e os assinantes do estrangeiro, devem pagar mais Cr\$ 2,40 por semestre.

Os oficiais que desejarem ser socios de "A Defesa Nacional", deverão pagar uma joia de Cr\$ 50,00 de uma só vez ou em diferentes prestações durante um ano comercial.

Colaboradores neste número:

Dr. José de Araújo

Dr. J. A. Gonçalves

Dr. J. A. Gonçalves, Director do Serviço

Dr. J. A. F. de Vasconcelos

Dr. J. A. F. de Vasconcelos

Mexico Alfredo Alves

Mexico J. A. de Almeida

Mexico Paulo Almeida

Dr. Dr. Francisco Antunes

Dr. Francisco Antunes



Crs 3.00